ISSN impressa: 2238-7641
ISSN online: 2525-4812

TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA

A Revista **Terceira Margem Amazônia** pretende ser um veículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacioandos direta ou indiretamente com à Amazônia, estimule o intercâmbio e o debate entre comunidade acadêmico-científica e atores sociais e contribua para a produção de conheconhecimento sobre a região



TERCEIRA MARGEM AMAZONIA

8

TERCEIRA MARGEM AMAZONIA

8

Volume 2 – Número 8
Manaus, de 2017

REVISTA TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA

EDITOR RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO: Lindomar de Jesus de Sousa Silva

ORGANIZAÇÃO DA EDIÇÃO: Jocilene Gomes da Cruz • Lindomar de Jesus de Sousa Silva • Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo • José Olenilson C. Pinheiro

CONSELHO EDITORIAL

Alberjamere Pereira de Castro - UFAM
Alison Castilho – BIONORTE
Ana Luisa Araújo de Oliveira - UFRGS
Carla Kelen de Andrade Moraes – UFRA
Céline Raimbert - Université de Sorbonne Nouvelle / Paris 3
Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo - UEA
Francimara Souza da Costa - UFAM
Genival Carvalho - ACER (*In memoriam*)
Gilmar Antônio Meneghetti - EMBRAPA
José Olenilson Pinheiro - EMBRAPA
Leonardo Malcher - UFPA
Marcos Filipe Alves Salame - EMBRAPA
Maria Albenize Farias Malcher - IFPA
Maria Luana Araújo Vinhote - UFAM
Mauro André Castro - UFPA
Miguel Pacifico Filho - UFT
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho
Pedro Chaves Baía - IFPA
Rafael Gastal Porto - EMBRAPA
Roberto Araújo Martins - NAEA/UFPA
Rogerio Almeida - UFOPA
Rosa Rocha – GESPAFIR/CNPq
Tânia N. O. Miranda – UFPA

CONSELHO CIENTIFICO

Adriano Premebida - UFRGS
Ana Maria O. Tancredi Carvalho-UFPA
Armando Lírio de Souza - UFPA
Edane França Acioli - 3R
Farid Eid - UFPA
Gutemberg Guerra - NCADR /UFPA
Heloísa Fernandes - USP
Henrique dos Santos Pereira - UFAM
Jocilene Gomes da Cruz - UEA
Jeronimo Alves dos Santos - UFSCAR
José Aroudo Mota - IPEA
José Camilo Ramos de Souza - UEA
José Guilherme de Carvalho - FASE
Josep Point Vidal - NAEA/UFPA
Lindomar de Jesus de S. Silva - Embrapa
Maria do Socorro Ferreira - EMBRAPA
Maria Marize Duarte - UEPA
Maria Goretti da C. Tavares - EMBRAPA
Mario Vasconcellos Sobrinho - UFPA
Martine Droulers - Université de Sorbonne Nouvelle / Paris 3
Maurilio de Abreu Monteiro - UNIFESSPA
Milton Cordeiro F. Filho - NUMA/UFPA
Roberto Marinho A. Silva - UFRN
Romero Ximenes - UFPA
Saulo Baptista - UEPA
Saint-Clair C. da Trindade Júnior-UFPA/ NAEA
Terezinha de Jesus Pinto Fraxe - UFAM
Vilma Barban - Instituto Pólis

EQUIPE TÉCNICA

Imagem da capa: Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo
Projeto Gráfico: Ione Sena
Revisão: Roseany Caxias Lima/Maria Perpetua Beleza Pereira
Secretaria: Verônica Fernandes Brito
Entrevista: Felipe Rosa

A presente edição está sob a responsabilidade do grupo de estudo e pesquisa sobre Agricultura familiar, Inovação, Sustentabilidade e Ruralidade – GEPAFISR/CNPq/EMBRAPA.

Revista Terceira Margem Amazônia é umveículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacionados direta ou indiretamente à Amazônia, estimule o intercâmbio e o debate entre a comunidade acadêmico-científica e atores sociais e contribua para a produção de conhecimentos sobre a região. A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos.

Indexadores

Sumários.org
Academia.edu

Contatos

Revista Terceira Margem Amazônia
Rodovia AM-010, Km 29,
Estrada Manaus/Itacoatiara 69010-970
Caixa Postal 319 Fone: (92) 3303-7800
Fax: (92) 3303-7820 – Manaus-AM
e-mail: editor@revistaterceiramargem.com
revistaterceiramargemamazonia@gmail.com

Submissão de artigos
Homepage da revista: www.revistaterceiramargem.com

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Terceira Margem Amazônia / Outras Expressões. - v.2, n.8
T315 -- São Paulo: Outras Expressões, 2017-v.. : il. : 23 cm.

Semestral
ISSN versão impressa: 2238-7641
ISSN versão online: 2525-4812
O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em agosto de 2012
1. Ciências Sociais – Periódicos. 2. Ciências sociaisaplicadas – Periódicos. I. Outras Expressões, Ed;

CDD 300 (05)

Sumario

Editorial 5

Apresentação 11

CORPUS

Os Taurepáng do bananal e o turismo 19
Caio Monticelli

A lenda do poço da moça: o imaginário da comunidade remanescente de quilombo ramal do bacuri e seus reflexos no turismo 39
Rayanne Silva Nascimento;Dayara Vanessa de Souza Bezerra;Jonathan Rodrigues Nunes;Vânia Lúcia Quadros Nascimento

Metodologia participativa para implementação de turismo de base comunitária: estudo de caso na comunidade Caripi na região de várzea de Cametá-Pa 59
Cibele Rossana Funck Donato;Lian Valente Brandão

Percepções turísticas da comunidade São João da RDS Tupé – Manaus/Am 95
Simone Marcela Souza de Carvalho do Nascimento;Karla Cristina Ribeiro;Maria de Nazaré de Lima Ribeiro

Política pública de turismo e desenvolvimento local: a experiência de Tracuateua-Pa 113
Vânia Lúcia Quadros Nascimento; Helena Doris de Almeida Barbosa

A pesca esportiva sob o olhar dos atores sociais do município de São Caetano de Odivelas-Pa 139
Flávia Domitila de Lima Souza; Marllen Karine da Silva Palheta; Voyner Ravena Cañete

Empresas em rede: um estudo sobre a rede empresarial turística da cidade de Tabatinga – Am 171
Salaniza Bermeguy da Cruz; Antônio Henrique Queiroz Conceição; Mário Mollo; Selomi Bermeguy Porto; Henrique F. L. C. Neto

PRÁXIS

Entrevista
Marco Antônio Vaz de Lima: *O Comunitário precisa ser o protagonista de todas as etapas do turismo de base comunitária* 191

Debates: Turismo de base comunitária e sustentabilidade 199
Por: Glaubécia Teixeira da Silva; Francisco Carlos Borges de Souza

Editorial

A Revista Terceira Margem Amazônia pretende ser um veículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacionados direta ou indiretamente à Amazônia, estimule o intercâmbio e o debate entre a comunidade acadêmico-científica e atores sociais e contribua para a produção de conhecimentos sobre a região. O escopo da revista contempla duas partes, batizadas de Corpus e Práxis. O Corpus será estruturado em quatro seções dedicadas à produção científica: artigos, notas de pesquisa, resenhas, resumos de teses e dissertações. A Práxis agrupa duas seções destinadas a expor ideias e práticas no formato de entrevistas e debates. Por que Terceira Margem Amazônia? A escolha do nome da revista passou por um cuidadoso debate e foi escolhido por a expressão terceira margem evocar outro caminho, acrescentando-se ao final a palavra Amazônia, por ser o locus privilegiado pela revista. Terceira Margem é o título de um conto de Guimarães Rosa que expressa a necessidade de olhar a realidade para além de uma perspectiva dual ou mecânica do certo ou errado. É na perspectiva de pensar de forma interdisciplinar a Amazônia e compreender toda a sua diversidade, que o nome Terceira Margem foi escolhido para expressar o pensar amazônico, a partir de suas várias matrizes e do que é peculiar à região. Foi uma expressão usada por Benedito Monteiro quando se referiu ao debate dos problemas socioambientais da Amazônia, em que as questões não se explicam somente pela margem direita ou pela margem esquerda (dos rios), e sim, por serem partes de uma complexidade sistêmica, se explicam a partir de uma Terceira Margem (nos rios).

Edane Acioli
Gutemberg Guerra

Apresentação

A presente edição da Revista *Terceira Margem Amazônica* aborda um tema em evidência e de extrema importância no contexto atual. Alvo de reflexões teóricas empreendidas por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, mas também pelo engajamento de povos indígenas e das comunidades tradicionais que o adotaram como uma estratégia para obter renda e promover a identidade étnica. O tema em questão é o **Turismo em Comunidades Tradicionais e Indígenas**, sobretudo, a condução das atividades turísticas feita pelas próprias comunidades, de acordo com suas visões, interesses e perspectivas. A partir de uma visão que visa romper com as relações assimétricas e com os modelos impostos, dando lugar às experiências elaboradas pelas comunidades em parceria com os interlocutores por elas escolhidos.

As primeiras experiências de comunidades tradicionais com o Turismo foram registradas a partir da década de 1980, em vários lugares da América Latina e envolvendo "diferentes fatores de ordem econômica, social, cultural e política" (MALDONATO, 2009, p. 25). É importante destacar que esses fatores, em sua maioria, envolveram relações de poder e desigualdade, exclusão e apropriação. Pois, embora o Turismo estivesse presente nas comunidades, infelizmente estas não eram as protagonistas. Nos últimos anos esse cenário vem se modificando graças a mobilização das comunidades que lutam para construir um cenário de autonomia e respeito.

No que tange, especificamente, ao Turismo em Terras e Comunidades Indígenas, verificam-se importantes mudanças e avanços nos últimos dez anos, particularmente, em termos de normatização, a exemplo da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), Decreto nº 7.747/2012, que no seu Art. 4º, Eixo V, declara ser necessário "apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas". Outro instrumento legal que modifica as relações até então observadas em

relação ao Turismo em Terras Indígenas, é a Instrução Normativa n. 03/PRES, de 11/06/2015 que estabelece as normas para a visitação com fins turísticos em terras indígenas.

Esse cenário demanda uma reflexividade sobre os avanços e melhorias concernentes as políticas públicas, aos processos de normatização das atividades e das experiências na prática. Nesse sentido, as discussões trazidas nos artigos que compõem a presente edição da revista, se constituem num importante exercício, o qual começa com o artigo **OS TAUREPÁNG DO BANANAL E O TURISMO** de autoria de Caio Monticelli. Nesse artigo o autor trata sobre a experiência do povo indígena Taurepáng com a atividade turística que vem se consolidando na parte setentrional da Terra Indígena São Marcos, norte do estado de Roraima. A pesquisa se desenvolve em uma comunidade experiente em receber turistas, no entanto, segundo o autor, para seus moradores, o turismo suscita ainda muitas controvérsias internas que precisam ser resolvidas, apontando a necessidade do planejamento participativo e maior autonomia dos indígenas acerca de qual Turismo e turista desejam em suas terras.

A importância do planejamento participativo também está presente nas discussões do artigo **A LENDA DO POÇO DA MOÇA: o imaginário da Comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri e seus reflexos no turismo**, nele os autores Rayanne Silva Nascimento, Dayara Vanessa de Souza Bezerra, Jonathan Rodrigues Nunes e Vânia Lúcia Quadros Nascimento, mostram a experiência vivenciada por uma comunidade quilombola localizada no estado do Pará. Nessa comunidade, o Turismo aparece como uma oportunidade que pode trazer melhorias para os moradores, tendo como principal atrativo a cultura, em particular a lenda do Poço da Moça. Os autores concluem que, embora haja um fluxo de turistas para a comunidade em função da referida lenda, o Turismo ainda não contribui efetivamente para a geração de renda na comunidade em virtude da falta de planejamento estratégico.

Seguindo na esteira das considerações sobre o lugar e a relevância do planejamento participativo na implementação do Turismo nas comunidades, sejam elas tradicionais ou indígenas, destaca-se o artigo **METODOLOGIA**

PARTICIPATIVA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: estudo de caso na comunidade Caripi na região de várzea de Cametá-PA, no qual Cibele Rossana Funck Donato aborda o Turismo de Base Comunitária e suas potencialidades, integradas aos produtos da sociobiodiversidade na Comunidade Caripi, evidenciando a necessidade do planejamento participativo e as metodologias utilizadas para viabilizar o planejamento.

No artigo **PERCEPÇÃO TURÍSTICA DA COMUNIDADE SÃO JOÃO DA RDS TUPÉ – MANAUS/AM**, Simone Marcela Souza de Carvalho do Nascimento, Karla Cristina Ribeiro e Maria de Nazaré de Lima Ribeiro refletem sobre a organização do Turismo na comunidade São João, partindo da própria percepção turística dos comunitários e dos aspectos relativos ao planejamento para o desenvolvimento do Turismo local, que como nos três artigos anteriores, é condição para o êxito das experiências das comunidades com o Turismo.

As questões referentes as políticas públicas para o Turismo perpassam por todas as discussões levantadas nos artigos supracitados. Pois, sem compromisso político e decisões políticas, as comunidades ficam impossibilitadas de alcançarem as melhorias almejadas por meio do Turismo. Com o título **POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE TRACUATEUA-PA,** Vânia Lúcia Quadros Nascimento e Helena Doris de Almeida Barbosa, concluem que as políticas públicas de turismo contribuírem para o desenvolvimento local, desde que sejam implementadas de maneira contínua e passem por atualização, adequação ou reformulação para atender às necessidades locais, considerando as transformações do contexto global.

A ausência de políticas públicas, a falta de ordenamento e planejamento nas atividades turísticas têm acarretado inúmeros problemas para as comunidades, é o que trata o artigo de autoria de Flávia Domitila de Lima Souza, Marllen Karine da Silva Palheta e Voyner Ravena Cañete. No artigo, cujo título é **A PESCA ESPORTIVA SOB O OLHAR DOS ATORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA**, as autoras enfatizam ser fundamental refletir sobre as práticas da pesca

esportiva e a forma como ela vem se desenvolvendo em diferentes regiões do Brasil, principalmente, sobre os prejuízos socioambientais que ela pode e tem ocasionado. Tomando a realidade de São Caetano de Odivelas, município da microrregião Salgado Paraense, mostram os impactos socioambientais, a desordem e insatisfação, especialmente por parte dos pescadores artesanais e das comunidades onde as atividades de pesca esportiva acontecem.

O artigo **EMPRESAS EM REDE: UM ESTUDO SOBRE A REDE EMPRESARIAL TURÍSTICA DA CIDADE DE TABATINGA – AM,** de autoria de Salaniza Bermeguy da Cruz, Antônio Henrique Queiroz Conceição, Mário Mollo, Selomi Bermeguy Porto e Henrique F. L. C. Neto, diferentemente dos demais artigos apresentados, aborda a realidade observada na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, uma análise que sai do âmbito das comunidades e do ambiente rural, focando nas empresas e nas redes constituídas por estas. Embora siga um percurso diferente, ele não exclui as conexões que possam aproximar as discussões em foco nos outros artigos, uma vez que as atividades turísticas devem ser analisadas à luz de suas próprias redes, as quais estão imbricadas à atuação de diferentes agentes sociais, nesse sentido, a rede empresarial não está fora.

Na seção debate tem-se uma discussão singular com o tema "Turismo de Base Comunitária e Sustentabilidade", com a participação de dois pesquisadores que atuam na região do Baixo Rio Negro-AM. Nesse debate, Glaubecia Teixeira da Silva e Francisco Carlos Borges de Souza defendem que o turismo sustentável pressupõem o respeito e a valorização das pessoas e do papel que elas desempenham na conservação ambiental. Nesse sentido, quando se discute as políticas públicas para as áreas protegidas, áreas de conservação, não se deveria excluir as pessoas ou alijá-las dos processos decisórios sobre as políticas de conservação ambiental, uma vez que elas são fundamentais nesse processo.

Todas as ênfases dadas pelos pesquisadores sobre os conflitos observados no Baixo Rio Negro, direcionam-se à necessária mudança nas relações sociais, na política e na própria prática científica observadas no contexto atual, e que são responsáveis pelas exclusões, assimetrias,

desigualdades e desrespeito às populações tradicionais e indígenas que vivem nas áreas protegidas. As falas dos participantes do debate vão ao encontro das colocações feitas por Marco Antonio Vaz de Lima, representante do Fórum de Turismo de Base Comunitária do Baixo Rio Negro, na seção entrevista.

O Fórum, de acordo com Marco Antônio, é composto por um grupo de pessoas comprometidas com a temática do Turismo de Base Comunitária na região e com a construção de um "modelo" de Turismo no qual haja a participação efetiva dos comunitários, como os protagonistas de todo o processo que envolve a atividade. Para consolidar tais propósitos ao longo de sua existência o Fórum promoveu debates, encontros, discussões, oficinas, e apesar das dificuldades, há um esforço muito grande em manter suas atividades e garantir vida longa e produtiva ao mesmo.

Com a seção entrevista, encerramos as discussões desta edição agradecendo aos autores e colaboradores. Desejamos uma produtiva e prazerosa leitura a todos.

Jocilene Gomes da Cruz
Lindomar de Jesus de Sousa Silva
Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo

Corpus

OS TAUREPÁNG DO BANANAL E O TURISMO

Caio Monticelli[1]

Resumo: Este artigo focaliza a participação dos Taurepáng na atividade turística que vem se consolidando na parte setentrional na TI São Marcos, norte do estado de Roraima. Localizada em uma região de floresta, a pesquisa se desenvolve em uma comunidade experiente em receber turistas, rodeada por muitas cachoeiras e ao pé da serra de Pacaraima, marco da fronteira entre Brasil e Venezuela. No entanto, para seus moradores, o turismo suscita ainda muitas controvérsias internas, uma vez que, além de devotos ao Adventismo de Sétimo Dia, que imprimi um ritmo próprio a vida comunitária, os espaços que essa nova atividade pretende são concebidos pelos Taurepáng como a morada de uma diversidade de espíritos, e, portanto, perigosos. Além disso, uma abertura demasiada ao exterior pode ser interpretada como um risco local, visto que aumenta a possibilidade de Kanaimé, isto é, uma categoria de assassino secreto que utiliza de feitiçaria para matar.

Palavras-chave: etnologia; Roraima; Taurepáng; turismo.

Abstract: This article focuses on the participation of the health activity holders that has been consolidating in the northern part of TI São Marcos, in the north of the state of Roraima. Located in a forest region, a survey develops in a community experienced in receiving tourists, surrounded by many waterfalls and at the foot of the mountain range of Pacaraima, the border between Brazil and Venezuela. However, for its residents, tourism still aroused many internal controversies, since, in addition to devotees to Seventh-day Adventism, which imprint a rhythm proper to community life, the spaces that this new activity are designed by Taurepáng as the abode of a diversity of spirits, and therefore dangerous. In addition, an opening to the

[1] Aluno do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCar). E-mail: caio.monticelli@gmai.com

outside can be interpreted as a local risk, since it increases the possibility of Kanaimé, that is, a category of secret killer that uses witchcraft to kill.

Key words: ethnology; Roraima; Taurepáng; tourism.

O turismo na Terra Indígena São Marcos, norte de Roraima

No início de 2016, o estado de Roraima teve aprovado seu primeiro itinerário de turismo étnico e ecológico em Terra Indígena (TI). Uma equipe composta por operadores locais de turismo, acompanhados por servidores da Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan) e da Secretaria Estadual do Índio (SEI), realizou uma viagem pela TI São Marcos com a finalidade de elaborar o roteiro denominado Caminhos de Macunaíma – já normatizado pela FUNAI em 2015. Apresentado e discutido em um momento posterior, durante assembleia na comunidade Boca da Mata, que apresenta uma população majoritariamente Macuxi, mas também Wapichana e Taurepáng, as lideranças presentes votaram a favor da consolidação do projeto. Deste modo, por meio do *Programa de Desenvolvimento Sustentável da Terra Indígena São Marcos*, inserido no *Plano Plurianual* (PPA) 2016-2019 do governo estadual, Caminhos de Macunaíma visa um itinerário turístico de mais de 400 km pela porção norte dos campos e serras do lavrado roraimense.

Em meio às trilhas e cachoeiras que fazem parte de seu trajeto, soma-se a Pedra do Pereira e Pedra Pintada, ambas com pinturas rupestres em pigmentos avermelhados. Muitas estão em bom estado de conservação, enquanto que outras, mais esparsas, já podem ser vistas bem castigadas pelo tempo. Em torno da Pedra Pintada há outros blocos menores, com desenhos variados, que constituem o Sítio Arqueológico da Pedra Pintada. Além disso, algumas comunidades indígenas da região, incluindo o Bananal, também se configuram como atrações ao público-alvo. Desta forma, o cenário construído parece ser um exemplo daquilo que Grünewald (2001, 2003) define como *arenas etnoturísticas*.

Em entrevista ao site jornalístico Roraima em Foco, o diretor do Departamento Estadual de Turismo explica,

> Teremos um novo produto para oferecer, certamente tão relevante quanto o monte Roraima. Falaremos dos caminhos percorridos pela figura lendária de Macunaíma, tão importante para a cultura dos povos nativos. Em cada ponto de parada, haverá um indígena para contar histórias, apresentar dança, mostrar como são feitas comidas e bebidas típicas". E segue escrito nesta mesma matéria, "já existem operadores nacionais e internacionais interessados nesse novo produto. O objetivo do Departamento de Turismo é transformar o roteiro Caminhos de Macunaíma em objeto de atração de visitantes nacionais e estrangeiros e alavancar ainda mais o setor, que deslanchou nos últimos dois anos, com crescimento de 68,6%, fazendo o estado avançar dez posições, saindo da 26ª para a 16ª no ranking do Ministério do Turismo, quando avaliada a intenção de viagens para a região"[2].

Os taurepáng do bananal e o turismo

Mas antes mesmo da própria proposição desse programa, a comunidade do Bananal já vinha recebendo turistas. Sediada em Brasília, a empresa BIOMA, consultora nas áreas de turismo e meio ambiente[3], há mais de três anos já havia enviado funcionários para esta comunidade com o intuito de fazer um levantamento das condições que favorecem o empreendimento turístico na região. A equipe técnica realizou um diagnóstico basicamente pautado nas seguintes características: i) os moradores do Bananal falam o idioma taurepáng; ii) mantém a culinária tradicional – no caso a *damorida*, prato típico elaborado a partir de um caldo de peixe, pimenta e *auoraçá*, uma planta verde escura de sabor picante; iii) fazem artesanato; e iv) a comunidade encontra-se em uma ótima localização – aqui em sentido duplo: situada a poucos quilômetros da serra de Pacaraima, e rodeada por aproximadamente sete cachoeiras, o Bananal está distante apenas 11 km da asfaltada BR-174, rodovia que liga Manais e Boa Vista à Venezuela. Após estas constatações, a BIOMA se disponibilizou a oferecer um curso gratuito para seus moradores, com carga horária de 48 horas, cuja finalidade era capacitá-los como condutores

[2] Disponível em: <http://www.roraimaemfoco.com/roteiro-turistico-caminhos-de-macunaima-esta-em-fase-de-consolidacao/>. Acesso em: 20 maio de 2017.

[3] Disponível em: <http://www.bioma.com.br>. Acesso em: 20 maio de 2017.

de visitantes por paisagens naturais. Dos pouco mais de 190 habitantes na época, em torno de 30 a 40 pessoas participaram do curso.

Com parte de sua população treinada, não tardou para que aos poucos os turistas começassem a aparecer, agora através da Roraima Adventure, agência sediada em Boa Vista e principal referência em pacotes turísticos pela região, cuja missão é "t*ransformar potencialidades em oportunidades de negócio, gerando renda sustentável nas comunidades envolvidas, fomentando parcerias nacionais e internacionais, e gerando ambiente propício para as atividades de turismo*"[4].

Todavia, nas ocasiões em que o turismo ocorreu no Bananal, alguns interlocutores relataram as seguintes queixas: 1) a ausência de um espaço físico para abrigar os turistas revela-se um problema, pois eventualmente utilizam do espaço destinado aos parentes visitantes ou da casa de algum morador; 2) não houve uma distribuição efetiva da renda gerada, ficando os serviço de guia, carregadores e a alimentação centralizados em poucas pessoas; 3) visitantes da cidade de Boa Vista representam a principal demanda, mas majoritariamente aos finais de semana, o que é incompatível com a prática local do adventismo; e 4) os mais velhos categoricamente sublinham que são agricultores, "era isso que os antepassados faziam, é isso que sabem fazer", e, além disso, que "turista é problema": podem trazer bebidas alcoólicas para dentro da comunidade e não raro insistem em se banhar semi-nus nos igarapés e cachoeiras – a primeira situação é proibida, já a segunda deve ser expressamente evitada na presença das crianças (MONTICELLI, 2017).

E da mesma forma que há o receio quanto ao desrespeito para com os espaços da comunidade, também há em relação ao comportamento desmedido que os turistas normalmente apresentam ao longo das trilhas pela floresta. Tanto por "quererem de tudo", isto é, ver onça, tamanduá, macacos, cobras, pássaros, pescar e caçar, quanto pela postura barulhenta e agitada que demonstram em locais que os Taurepáng não frequentam sem uma série de cuidados, pois são morada de espíritos potencialmente maléficos. Portanto, se a comunidade do Bananal é uma referência para vizinhança por contar com moradores treinados, por um contato permanente com

[4] Disponível em: <http://www.roraimabrasil.com.br/a-empresa/>. Acesso em: 20 maio de 2017.

uma agência e por já ter experiência em receber turistas, percebe-se, no entanto, que certos dilemas internos ainda precisam ser superados para que essa atividade de fato se consolide na vida comunitária.

De fato, como escreveu Escobar (1995), nas situações específicas em que as práticas induzidas por discursos desenvolvimentistas entram em contato e são absorvidas em contextos locais, verifica-se a emergência de formações *híbridas*, onde itens particulares de tais discursos interagem com questões e saberes das culturas envolvidas. Nesse confronto, sugere o autor, é preciso verificar aquilo que se passa no plano local – como novas práticas são introduzidas nos cenários comunitários, suas formas de operação e como são atualizadas e transformadas. Trata-se, portanto, de investigar nestes processos como atores culturais específicos reformulam suas práticas face à modernidade e, ao mesmo tempo, como a "cultura tradicional", segundo Escobar, persiste através dessa transformação. Sua sugestão é encarar o processo de *hibridação* como um jogo entre modernidade e tradição, no qual "*es necessário idear formas creativas de participar sin sacrificar las condiciones internas*" (ESCOBAR;PEDROSA, 1996). Nesse sentido, nas circunstâncias contemporâneas, qualquer projeto de "desenvolvimento sustentável" que envolva alguma população tradicional somente poderá ser continuamente bem-sucedido se estiver alinhado de modo adequado aos princípios metafísicos de sua cosmologia e de suas práticas rituais (WRIGHT, 2014).

No caso do turismo entre os Taurepáng, parece despontar algo como uma hesitação, especialmente entre os mais velhos, quanto a adotar ou não essa nova atividade socioeconômica. Com efeito, não se pode dizer que o turismo, tal como começa a ser efetivamente praticado no Bananal, corresponda um discurso desenvolvimentista totalmente exterior, já que na própria comunidade há pessoas mais jovens treinadas para tanto, e em muitos casos já engajadas nessa área. Trata-se portanto de elucidar o que alimenta tal hesitação. Seria apenas uma diferença geracional pautada em novas necessidades de consumo entre os mais jovens? Há décadas, porém, – possivelmente desde a abertura da BR-174 na década de 1970 – os Taurepáng vieram progressivamente se articulando ao mercado local. Nesse sentido, assumem-se explicitamente como agricultores: toda sexta feira comercializam seus produtos na Feira do Produtor, um espaço

construído na cidade de Pacaraima por um ex prefeito em homenagem à Bento Loyola, o já finado fundador da comunidade do Bananal e ainda bastante afamado na região.

Dessa forma, algumas interrogações conformam o pano de fundo desta pesquisa: em que medida o impacto de novas atividades econômicas pode ser avaliado com precisão sem uma consideração pormenorizada da vida cotidiana e ritual local? Parece que no caso Taurepáng, a prática do adventismo implicou a valorização de certas atividades tradicionais, a agricultura, em detrimento de outras, como a caça de animais de grande porte e seu consumo regular. Portanto, em que medida o turismo poderia reintroduzir certos riscos que possivelmente os Taurepáng trataram de evitar no processo de incorporação das práticas e doutrinas adventistas? Com a finalidade de precisar tais questões, passo a uma descrição sucinta da situação contemporânea deste grupo indígena, bem como de alguns aspectos importantes de sua historia recente.

Os Taurepáng, uma introdução

Pouco conhecidos no Brasil, os Taurepáng encontram-se distribuídos por um território que assistiu a sobreposição de três fronteiras nacionais – entre Brasil, Venezuela e Guiana. Conhecidos nestes dois últimos países pela autodenominação Pemon, seu contingente é maior na Gran Sabana venezuelana, região sudeste do estado Bolívar, e menor nas terras a oeste da Guiana. No lado brasileiro, onde o etnônimo Taurepáng é mais comum, estão estabelecidos predominantemente na parte setentrional da TI São Marcos[5], no alto curso do rio Surumu, e em menor número pela TI Raposa Serra do Sol[6] – ambas na porção norte do estado de Roraima, onde totalizam pouco mais de 792 pessoas (ISA, 2014). Nos últimos vinte anos, vale destacar, estas TIs passaram por um processo de retirada das fazendas estabelecidas há muitas décadas dentro de seus limites. Assim, são os próprios povos indígenas que administram a pecuária local ao seu modo.

[5] Com uma área total de 654.000 hectares, onde habitam 3 etnias: os Macuxi, os Wapichana e os Taurepáng.

[6] Com uma área total de 1.747.000 hectares, onde habitam 5 etnias: os Ingarikó, os Patamona, os Macuxi, os Wapichana e os Taurepáng.

A organização social taurepáng se estrutura basicamente em dois níveis: o grupo doméstico e o grupo local. Grupos locais vizinhos, conectados por laços de parentesco e por contatos frequentes, formam conjuntos bem delineados, inexistindo qualquer estrutura política hierarquizada entre si. Ao contrário, o grupo local, em relação a seus vizinhos, é caracterizado por uma marcante autonomia política (THOMAS, 1982). Com forte tendência à uxorilocalidade (BUTT COLSON, 1985, 1986), possuem como regra preferencial de casamento a união entre primos cruzados e sua terminologia de parentesco é do tipo dravidiano, conforme um padrão já classicamente descrito por Rivière (1984) para o conjunto dos povos guianenses.

Quanto ao plano cosmológico, desde Koch-Grünberg ([1911] 1982), os diversos etnógrafos que passaram pela região são unânimes em indicar um conjunto altamente diversificado de entes não-humanos que coabitam o mundo, tal como o descrevem os Taurepáng. Assim, Fr. Eulogio de Villarín (cf. Andrello 1993a), um dos primeiros missionários franciscanos a chegar na savana venezuelana nos anos de 1930, registrou que as matas, as serras e os rios são povoados respectivamente por *Amaiykó, Mawari* e *Rató*, seres potencialmente perigosos que ocupam muitos dos espaços adjacentes aos grupos locais.

Vejamos primeiramente os *Amaiykó*. Os interlocutores da comunidade do Bananal relataram a mim que são pequenos seres antropomórficos cabeludos, que assobiam para quem está passando pela floresta. Por sentirem-se sozinhos, e buscando atenção, também arremessam pedras e pedaços de madeira nas pessoas. Dessa forma, caso um Taurepáng caminhe pela mata com fome, apaixonado ou com saudade de parentes já falecidos, os *Amaiykó* muito possivelmente atacarão – em poucas horas a vítima fica febril, com falta de apetite, indisposição e apresenta grandes chances de morrer. Neste caso, o cuidado para despistar estes seres é esfregar alho na sola dos pés antes de entrar na floresta. Se não funcionar, no momento em que os *Amaiykó* começarem a se manifestar, o que resta é se comunicar com eles em idioma taurepáng passando a seguinte mensagem: *eu também sou gente, sou parente, moro aqui perto, sou filho de fulano, neto de ciclano, estou aqui só de passagem, só estou passando* (MONTICELLI, 2017).

Quanto aos *Mawari*, espíritos dos mortos que fazem das serras e montanhas suas casas (FARAGE, 1991), é através de fortes ventos e

chuvas que atacam as pessoas solitárias que andam pelas matas ou pelos campos da região. Também podem se apresentar sob a forma de um belo animal, que encanta e adoece os viajantes despreparados (SANTILLI, 2001). Neste caso, a vítima apresenta os mesmos sintomas descritos acima. Mas, diferentemente dos *Amaiykó*, os *Mawari* podem ser acionados como auxiliares pelos xamãs em suas sessões de cura. Já com relação a *Rató*, ser que povoa as águas, senhor ou pai dos peixes, a principal recomendação é o cuidado durante o período menstrual, no qual as mulheres devem evitar o banho nos igarapés e rios. Caso contrário, arriscam-se ser atacadas e puxadas para o fundo das águas. Se isso ocorrer, o corpo só volta à superfície após alguns dias, com unhas, pálpebras e lábios devorados. Aliás, no período menstrual as mulheres devem igualmente manter distância da floresta, para evitar a possibilidade de ataques do mesmo tipo promovidos por outros donos-animais[7]. Por esta razão, a reclusão feminina durante a primeira menstruação é muito importante. Os interlocutores mais velhos afirmam que após passar pelo menos um mês em resguardo dentro de casa, tomando água e comendo apenas mingau de beiju morno servido pela avó ou mãe, a menina adquire uma "saúde forte" para o resto de sua vida.

Muito mais frequente do que esses entes, e mesmo mais perigoso, parece ser, no entanto, o Kanaimé. Ao contrário dos demais, trata-se de um humano, feiticeiro-matador secreto, também chamado pelos Taurepáng de Rabudo: é uma ameaça extremamente presente no cotidiano taurepáng, bem como de todos os outros povos indígenas da região circum Roraima (cf. Butt Colson, 2001 e Whitehead, 2001). Voltarei a essa figura mais ao final. Por ora, cabe ressaltar que o conhecimento acerca desses diversos seres, bem como de suas moradas e de seus hábitos, é relativamente disseminado entre os Taurepáng. Mas uma explanação mais extensa e pormenorizada acerca de suas origens e dos riscos que hoje se enfrenta, e da cosmologia de modo geral, é objeto das narrativas míticas denominadas *Pandón* (literalmente, "histórias"), contadas em geral por pessoas mais velhas e, portanto, de domínio mais restrito. De acordo com os *Pandón*, os acontecimentos que levaram o mundo taurepáng a assumir seus atributos ocorreram em um tempo primeiro referido pela expressão *Pia Daktai* –

[7] Como a onça e o tamanduá, animais cujo ataque é motivado pelo cheiro do sangue menstrual.

onde *Pia* é um termo que designa aquilo que é antigo, ao passo que *Daktai* atua como um localizador temporal (cf. Andrello 1993a). Contar essas histórias corresponde, assim, a uma explanação acerca de como a terra em que vivem os Taurepáng veio a tomar a forma perigosa que possui hoje, o que engloba o surgimento das serras, montanhas, rochedos, rios, onde habitam os seres que mencionei acima. Esse foi também o tempo em que os animais adquiriram suas formas corporais específicas.

O ciclo mais importante dos *Pandón* é composto por várias narrativas que envolvem a saga de Makunaima[8] – um poderoso e primeiro xamã nascido da união do sol, *Wei,* com uma mulher de barro. Capaz de transformar em rocha os vários seres que encontra pelo caminho, esta figura é definida ora como um só personagem, ora como um grupo de irmãos. O *Pia Daktai*, tal como caracterizado nesses relatos, é um tempo no qual animais e humanos não apresentavam diferenças significativas entre si, todos eram *Pemon-pe,* pessoas. Compartilhando dessa condição com os demais seres, Makunaima se encarrega de procurar seu pai, *Wei* (Sol), que fora raptado pelos *Mawari* – esta é a primeira aparição destes seres, isto é, parece que já existiam no mundo desde sempre como inimigos prototípicos. É na região próxima ao monte Roraima que encontram seu pai e o libertam. *Wei* sobe aos céus e deixa seus filhos sozinhos na terra. Os mitos contam então que, famintos, os irmãos permanecem a perambular pela região do monte Roraima. Assim, seguem uma cotia, *akuri,* e acabam descobrindo *wadaka*, a "árvore do mundo" que continha todos os alimentos.

Extasiado com a abundância desta árvore, o desmedido Makunaima a derruba. De seu tronco cortado jorrou uma imensa quantidade de água, que veio a provocar um grande dilúvio; posteriormente, um forte incêndio destruiu todos os seres que então restaram. Após o cataclismo, novos homens e animais são feitos de barro por Makunaíma. Depois do corte, por fim, Makunaima parte para o outro lado do Roraima, em direção leste, deixando para trás um mundo onde permanecem cristalizados diversos de seus feitos, principalmente nas formações rochosas distribuídas pelo território. De fato, ao apontar para sua forma semelhante a um tronco

[8] Ou Makunaimã. A grafia Macunaíma ganhou forma somente com o modernismo de Mário de Andrade, inspirado nos trabalhos etnográficos de Koch-Grünberg.

partido, os Taurepáng contam que o monte Roraima é a raiz da grande árvore que permaneceu após a inundação.

Uma triste herança portanto é deixada: o mundo remanescente já não possui a mesma natureza daquele em que se vivia antes do corte da grande árvore. Os seres de agora, *sereware*, perderam a identidade de outrora e já não são todos *Pemon-pe*, isto é, pessoas do mesmo tipo. É desta forma que os mitos sugerem como a alteridade foi introduzida na terra. Depois da grande inundação, os vários personagens que aparecem nos *Pandón* se distanciam aos poucos dos homens e vão se situando em domínios específicos. Sob esta condição, relações marcadas por um antagonismo explícito emergem: cada ser se converteu em um possível predador do outro (ANDRELLO, 1993a, 1993b; SANTILLI, 2001).

Por tudo isso, é interessante observar as correlações entre as mensagens contidas nos *Pandón* e o depoimento cosmoecológico de Davi Kopenawa, bem como com as teorias sobre o animismo e o perspectivismo ameríndio.

O xamã yanomami categoricamente afirma, "*não pensem que a floresta é vazia. Embora os brancos não os vejam, vivem nela multidões de espíritos, tantos quanto animais de caça. Tampouco pensem que as montanhas estão postas na floresta à toa, sem nenhuma razão. São casas de espíritos; casas de ancestrais*" (KOPENAWA; ALBERT, 2015: 118). Suas palavras, portanto, evidenciam de que forma o plano ecológico é indissociável do cosmológico, que por sua vez implica no político, afinal, compreende uma multiplicidade de agentes, humanos e não humanos, em constante interação.

Com efeito, a teoria formulada por Descola sobre o animismo ameríndio aborda a concepção dos povos indígenas acerca de uma "espiritualidade" dos seres da "natureza", tomados assim como pessoas. Segundo o autor, tal condição lhes possibilita o estabelecimento de relações de caráter social com os humanos – seja de proteção, sedução, hostilidade, aliança, ou trocas de serviços. Por atribuir a estas entidades disposições humanas – estatuto de pessoa – e atributos sociais, esta concepção implica em comportamentos que se baseiam tanto no parentesco quanto no respeito por certas normas e condutas (DESCOLA, 1992). Tais práticas implicariam uma grande diversidade de esquemas reguladores das relações com a natureza e com a alteridade. Assim, os sistemas anímicos amazônicos

concebem o mundo como um grande circuito, no qual ocorre um constante intercâmbio de substâncias, almas e identidades (DESCOLA, 1997). Nesse caso, não há separação ontológica entre "natureza" e "sociedade" e uma série de atividades rituais cumpririam o papel de manter esses intercâmbios em equilíbrio. Essas concepções ganham uma formulação mais específica na teoria do perspectivismo ameríndio: esta noção se refere ao modo como homens e animais (ou espíritos) veem-se a si mesmos, e a outros seres, tomando a relação presa-predador como um modelo básico. Assim, a relação perspectivista corresponderia a uma disputa permanente pela posição de humanidade. Isto é, entre si todos são pessoas e possuem corpos humanos, ao passo que sob o olhar animal, por exemplo, o humano é presa ou predador. Do mesmo modo, sob o olhar humano, animais se dividem em presas, sendo o porco do mato a referência por excelência, e predadores, com o jaguar representando o principal signo dessa categoria (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, 2002, 2015).

A meu ver, é interessante ponderar em que medida a conversão taurepáng à religião adventista poderia representar um modo, dentre outros possíveis, de lidar com esses problemas cosmopolíticos. Com efeito, a prática do adventismo imprimi uma dinâmica própria ao ritmo da vida cotidiana taurepáng, no qual a igreja, localizada em um espaço central da comunidade, concentra uma atividade ritual quase permanente, entremeada, por sua vez, com uma intensa atividade nos roçados e na produção de farinha para venda e consumo.

O dia a dia na comunidade do Bananal é basicamente o seguinte: sempre em idioma taurepáng, os cultos são realizados toda quarta e sexta feira a noite, das 19h às 21h. Aos sábados, em período quase integral, vai das 8h30 às 18h – com intervalo para o almoço. As tardes de domingo também são reservadas para esse compromisso. É importante destacar que quando há necessidade de transmitir uma informação para toda a comunidade, o momento utilizado é logo após o culto, uma vez que os devotos só deixam o local após a saída do pastor. No mais, pelo que pude acompanhar em uma etapa preliminar de campo (realizada durante as festas de fim de ano em 2016 e janeiro de 2017), tanto homens quanto mulheres levantam cedo, antes mesmo das seis da manhã, fazem uma refeição e partem para suas roças, retornando por volta das treze horas. Depois de um descanso pós

almoço, as famílias se revezam nos barracões de farinha, onde preparam tanto a modalidade amarela quanto a branca. Este é o principal produto comercializado pelos Taurepáng na cidade de Pacaraima, toda sexta feira de manhã na Feira do Produtor. Neste local também vendem banana, laranja, abacaxi, acerola e, em menor escala, o beiju.

Exceto aos sábados, quando não se admite qualquer atividade que não seja a prática religiosa, quando não estão rezando ou produzindo, isto é, na parte final das tardes, quase todos os jovens, crianças e velhos, homens e mulheres, se reúnem na área de lazer em torno do campo de futebol e desfrutam de momentos coletivos de recreação, jogando vôlei, futebol ou apenas se divertindo com a performance dos parentes nessas partidas. Portanto, as atividades na roça e na igreja preenchem de modo praticamente integral o cotidiano dos moradores da comunidade do Bananal.

Além disso, é preciso lembrar que a prática adventista taurepáng enfatiza de modo muito saliente o tema de um paraíso celeste a ser alcançado após a morte. Em certa medida, esse lugar destinado às almas das pessoas mortas atende a um ideal que os vivos buscam atualizar no presente: fazer de suas próprias comunidades o que chamam de *upatá* (que se traduziria aproximadamente por "[meu] lugar bom"), livre de mazelas e de doenças, onde se vive entre iguais, parentes. Assim, no início do século XX, com a chegada de missionários adventistas à região do monte Roraima via Guiana Inglesa, esta concepção haveria convergido com as mensagens trazidas pelos pastores, em particular àquela referente a um lugar preparado no céu pelo criador, livre de perigos, moléstias, trabalho duro e sofrimento. Nas palavras de Andrello, "*a boa acolhida que os Taurepáng ofereceram aos missionários, bem como a subsequente conversão a esta religião, não foi fruto de mera imposição catequética, mas sim porque uma vez interpretados seus conteúdos, a doutrina adventista teria encontrado inteligibilidade no código Taurepáng*" (1993a: 109). Assim, nas antigas aldeias venezuelanas próximas ao Roraima, novas formas de culto emergiram, conduzidos por lideranças que anunciavam a conquista do "bom lugar". Mas, se antes o almejavam sobretudo no plano terrestre, na geografia, a partir do contato e da absorção da mensagem cristã passam a buscá-lo também na escatologia, em um tempo futuro.

Segundo esse autor, outra noção que parece ter ganho um grau a mais de elaboração no contato com o adeventismo foi a de um caminho das almas, que os Taurepáng chamam de *Yekaton Ienaruk,* isto é, o percurso que a alma do morto deve fazer através de um canal de comunicação entre a terra e o céu. Os que obedecerem a uma conduta correta durante a vida passam por esta via sem encontrar obstáculos, e chegam ao céu, local que convivem com *Portori-to* (literalmente "nosso pai"). Já os pecadores, *Imakoi-pe,* concebidos como "portadores de *Makoi*" ou "aqueles que carregam *Makoi*" – categoria equacionada a Satanás e que também significa "maldade" – enfrentam uma sequência de perigos e dificuldades. Ao chegar em determinado ponto do caminho, por exemplo, a alma viajante se depara com um abismo muito profundo, *Iarantak*. Sua passagem é extremamente difícil, mas é possível ser vencida e a viagem continua em direção ao céu. No entanto, o caminho vai se tornando cada vez mais árduo, como se fosse uma trilha em mata cada vez mais espessa, como dizem os Taurepáng. Finalmente, a passagem se fecha frente a uma enorme samaúma, *Kuma-yeg* – árvore associada a diversos perigos. No mesmo nível em que se encontra esta samaúma, haveria ainda uma "casa de cabas", *Tapyiucá*, com uma picada muito dolorosa. Se uma alma consegue chegar até este ponto, então as cabas investem e cobrem-lhe o rosto com picadas. Desesperada, não pode seguir em frente, e, retornando para a terra, aloja-se entre os *Mawari* das serras.

Deste modo, o batismo para os Taurepáng significa tirar *Makoi* do corpo e deixá-lo com *Rató* sob as águas. Ao sair do rio, aquele que é batizado apresenta uma nova condição: poderá seguramente atravessar o caminho do céu após sua morte. Isto porque a dificuldade para se desvencilhar das barreiras que surgem no percurso das almas é própria dos pecadores, *Imakoi-pe*, e também das pessoas em estado *imatanesak,* "estragadas". Não se trata, portanto, simplesmente de lavar o corpo, mas sim de uma transformação da pessoa taurepáng proporcionada pelas práticas adventistas.

Para melhor compreendermos essa purificação, é preciso ter em vista a formulação taurepáng da condição humana, que obriga os homens a uma permanente interação com os seres da mata e dos rios, domínios de onde retiram alimentos. A caça e a pesca constituem uma espécie de "roubo" dos

filhos dos pais de cada espécie. Do mesmo modo, as doenças que afetam os homens são, na maioria dos casos, roubos da alma praticados por estes seres. Neste caso, seria necessária a intervenção do xamã, responsável pela restituição da integridade da pessoa, ou de um equilíbrio incessantemente afetado pela relação que os homens mantêm com o mundo que envolve o grupo local. Seria essa a situação que os torna *imatanesak,* "estragados": o consumo da caça de certos animais e consequentemente a necessidade de tratamento xamânico, que os coloca em contato com os *Mawari*, e com os espíritos dos mortos de modo geral.

Ao se batizar, um Taurepáng pode virtualmente alterar significativamente tal condição, uma vez que após sua realização, a prática de um conjunto de proibições alimentares se impõe, sobretudo o consumo do caxiri alcoólico e do tabaco. De fato, os Taurepáng dizem que, após batizado, aquele que voltar a consumir os alimentos proibidos irá fatalmente adoecer – sem possibilidade de cura (ANDRELLO, 1999). Assim, se a cura xamânica consiste em um embate com seres invisíveis e agressivos, o batismo apresentaria um caráter preventivo, no sentido de proteção. Dito de outra forma, praticar o adventismo poderia ser interpretado como uma forma de se precaver de perigos potenciais, talvez algo muito próximo ao resguardo durante a primeira menstruação das mulheres, mas de modo mais amplo e coletivo.

Nesse sentido, a vida, tal como vivida na comunidade do Bananal, corresponderia a uma busca permanente por um *upatá* nesta terra, como condição para alcançá-lo também no além. Um dado que reforça tal hipótese refere-se às constantes afirmações de seus moradores referentes à abundância de alimentos que ali se desfruta e, de modo importante, à ausência praticamente absoluta de mortes por ataques de Kanaimé. Abundância de alimentos e ausência de Kanaimé, dois aspectos que marcam, portanto, de modo muito explícito a vida na comunidade, aspectos recorrentemente assinalados por seus moradores. Mas o que são os Kanaimé afinal? Para usar expressões correntes, é "gente" ou é "bicho"? Se humanos, índios ou brancos?

Com efeito, Koch-Grunberg registra que etnias inteiras podiam ser consideradas Kanaimé, categoria que encerra uma atribuição de feitiçaria e canibalismo. Conhecidos como "aqueles que matam de repente" (BUTT

COLSON, 2001), essa definição refere-se a feiticeiros-assassinos que secretamente atacam suas vítimas quando estão desprevenidas. Para tanto, ou o Kanaimé ataca fisicamente, com uma pancada, ou por meios mágicos, com o deslocamento de seu princípio vital até o local onde a vítima se encontra. Nesse sentido, há algumas plantas especiais que permitem sua alma viajar grandes distâncias em poucos minutos.

Após três dias do assassinato, o Kanaimé vai até a sepultura da vítima e chupa o suco de seu corpo em decomposição – ação análoga ao modo pelo qual os Taurepáng dizem que o mel é extraído das colméias. No caso Kanaimé, parece que esse estado de putrefação dos corpos atacados apresenta um sabor "doce" para o feiticeiro. Todavia, como pondera Whitehead (2001: 225), pesquisas comparativas ainda são necessárias, para que os pormenores do discurso sobre Kanaimé sejam melhor integrados às etnografias. Ainda assim, ao explorar esses ataques no quadro da "estrutura social" dos povos indígenas da região circum-Roraima, Butt Colson e Whitehead sugerem que as suspeitas de Kanaimé majoritariamente recaem sobre alguém de fora da comunidade, um outro, seja do mesmo grupo étnico ou não, de modo que ninguém consegue ficar completamente a salvo de seus ataques.

Quando interroguei alguns Taurepáng sobre os ataques de Kanaimé no Bananal, disseram-me que felizmente o local é muito "forte espiritualmente". Mas tal ameaça está presente na região, uma vez que diversos casos são registrados nas comunidades da vizinhança. Também é interessante destacar que, no início de 2017, durante minha pesquisa de campo, corria pela região o boato de que havia muito Kanaimé entre os refugiados venezuelanos. Nesse período, e com o significativo aumento de pessoas se deslocando da Venezuela para o Brasil, tal suspeita fez com que os Taurepáng evitassem dar caronas em suas caminhonetes pelas vicinais e pela própria BR-174. Assim, como os autores acima mencionados assinalaram, o acionamento da categoria Kanaimé revela-se um mecanismo eficaz de demarcação de certas unidades sociais para com grupos vizinhos e, de modo mais abrangente, para com todos não-parentes.

Considerações finais

Portanto, levando em consideração o conjunto de dados apresentados – os quais a presente pesquisa em desenvolvimento se dedica em ampliar e aprofundar – levanto as seguintes questões: em que medida a hesitação dos mais velhos face à introdução do turismo na vida comunitária estaria associada ao conjunto de cuidados voltados para a manutenção da comunidade expressos na prática adventista? Nessa linha, em que medida a consolidação dessa atividade não significaria uma correlata e demasiada abertura à alteridade (FAUSTO, 2012)? Ao que tudo indica, a prática religiosa local pode ser interpretada como uma forma pela qual os Taurepáng operam uma espécie de gestão constante de suas relações exteriores – tanto do ponto de vista das relações inter-humanas, como das relações com não-humanos. Nesse caso, talvez a abertura da comunidade para visitantes externos apresente alguma ressonância com o temor sempre presente de ataques de Kanaimé.

Em suma, em que medida os problemas explicitamente levantados quanto às dificuldades de implementar o turismo (logística, falta de estrutura, comunicação, cronogramas, risco do consumo de bebidas alcoólicas pelos visitantes, banhos de rio sem roupa) ocultariam outras razões implícitas? Será que o espaço zeloza e longamente constituído da comunidade do Bananal, desde sua fundação por Bento Loyola, não estaria prestes a se confrontar com novos riscos e desafios? Se até os *Amayikó* das imediações já se encontram minimamente domesticados, não seriam os turistas uma perturbação demasiadamente arriscada a este estado de coisas tão sensível? Ou, por outro lado, haveria, ao lado do interesse emergente pelo turismo, alguma atração inusitada pelo risco?

Referências bibliográficas

ANDRELLO, G. *Os Taurepáng: Memória e Profetismo no Século XX*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 1993a.

ANDRELLO, G. *Rumo Norte: Migrações e Profetismo Taurepáng no século XX*. Ciências Sociais Hoje. 1993b.

ANDRELLO, G. *Profetas e pregadores: a conversão taurepáng à religião do Sétimo Dia*. In: Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil Robin Wright (org). Campinas, SP. Editora da Unicamp. 1999.

ANDRELLO, G. *Fazenda São Marcos: de Próprio Nacional a Terra Indígena*. In: Roraima: homem, ambiente e ecologia. Barbosa, Reinaldo Imbrozio; Melo, Valdinar Ferreira (org.). Boa Vista: FEMACT. 2010.

BUTT COLSON, A. *Routes of knowledge: an aspect of regional integration in the circum-Roraima area of Guiana Highlands*. Antropologica, 63-64, pp. 103-149. 1985.

BUTT COLSON, A. *The spatial component in the political structure of the Carib speakers of the Guiana Highlands: Kapon and Pemon.* In: *Antropologica 59-62,* Fundacionla Salle, Instituto Caribe de Antropologia y Sociologia. pp. 73-124. 1986.

BUTT COLSON, A. *Itoto (Kanaima) as Death and Anti-Structure*. In: Beyond the visible and the material: The amerindianization of society in the work of Peter Rivière. RIVAL, Laura; WHITEHEAD, Neil (orgs). Oxford University Press. pp. 221 – 233. 2001.

DESCOLA, P. *Societies of Nature and the Nature of Society*. In A. Kuper (ed.) Conceptualizing Society. London/New York, Routledge, pp. 107-126. 1992.

DESCOLA, P. *Ecologia e Cosmologia*. In: Faces do Trópico úmido: Conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Castro, E; Pinton, F. (orgs). Editora Cejup. Belém, PA. 1997.

ESCOBAR, A. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press. 1995.

ESCOBAR, A; PEDROSA, A. *Pacífico. Desarrollo o diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano*. Santafé de Bogotá: CEREC/ECOFONDO. 1996.

FARAGE, N. *As fazendas nacionais do rio Branco*. São Paulo, CEDI. 1986.

FARAGE, N. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização.* São Paulo: Editora Paz e Terra/ANPOCS. 1991.

FARAGE, N; SANTILLI, P. *Estado de Sítio: Territórios e identidades no vale do rio Branco*. In: História dos Índios no Brasil. Carneiro da Cunha, M. (Org). pp. 267 – 278. 1992.

FAUSTO, C. *The friend, the enemy, and the anthropologist: hostility and hospitality among the Parakanã (Amazonia, Brazil).* Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.), S196-209. 2012.

GRÜNEWALD, R. *Os índios do Descobrimento: tradições e turismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2001.

GRÜNEWALD, R. *Turismo e etnicidade*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, nº 20, pp. 141-159. 2003.

KOCH-GRÜNBERG, T. *Del Roraima al Orinoco* (1917-1928) 3 vol. Caracas: Ediciones del Banco Central de Venezuela. [1911] 1982.

KOPENAWA, D; ALBERT, B. *A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami.* Editora Companhia das letras, São Paulo. 2015.

MONTICELLI, C. *Os Taurepáng do Bananal: novas perspectivas*. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal de São Carlos. 2017.

OVERING, J. *Elementary structures of reciprocity: a comparative note on Guianense, Central Brazilian, and North-West Amazon sociopolitical thought*. In: *Antropologica 59-62*. Fundacion la Salle, Instituto Caribe de Antropologia y Sociologia. pp. 331-348. 1985.

RIVIÈRE, P. *Individuo e sociedade na Guiana: um estudo comparativo da organização social ameríndia*. Editora Edusp. [1984] 2001.

SANTILLI, P. *As fronteiras da República: história e política entre os Macuxi*. São Paulo, SP: EDUSP/FAPESP. 1994.

SANTILLI, P. *Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito.* São Paulo. Editora UNESP. 2001.

THOMAS, D. *Pemon kinship terminology*. Antropologica, 30: pp. 3-17. 1971.

THOMAS, D. *The indigenous trade systems of Southeast Estado Bolívar, Venezuela.* Antropologica, 33: pp. 3-17. 1972.

THOMAS, D. *Pemon demography, kinship and trade*. Ann Arbor: Microfilms International. 1973.

THOMAS, D. *El movimento religioso de San Miguel entre los Pemon*. Antropologica, 43: pp. 3-52. 1976.

THOMAS, D. *Order without Government: The Society of the Pemon Indians of Venezuela.* Illinois Studies in Communication. 1982.

THOMAS, D. *Los Pemon*. In: Aborigenes de Venezuela, vol. II. Ed. R Lizarralde & H. Seijas. Caracas: Fundación La Salle. 1983.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio*. Mana, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p.115-144, out. 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *O nativo relativo*. Mana, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, pp.113-148, abr. 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas canibais.* Ed. Cosac Naify. 2015.

WHITEHEAD, N. *Kanaimà: Shamanism and Ritual Death in the Pakaraima Mountains, Guyana.* In: Beyond the visible and the material: The amerindianization of society in the work of Peter Rivière. RIVAL, Laura; WHITEHEAD, Neil (orgs). Oxford University Press. pp. 235 – 245. 2001.

WRIGHT, R. *Os princípios metafísicos nos desdobramentos do Universo Hohodene*. In: Revista de Antropologia da UFSCar, 6 (1), jan./jun. 2014.

A LENDA DO POÇO DA MOÇA: o imaginário da Comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri e seus reflexos no turismo

Rayanne Silva Nascimento[1]
Dayara Vanessa de Souza Bezerra[2]
Jonathan Rodrigues Nunes[3]
Vânia Lúcia Quadros Nascimento[4]

Resumo: Este artigo objetiva analisar como a lenda do Poço da Moça contribui para a atividade turística na Comunidade Quilombola Bacuri em Abaetetuba-PA. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo, tendo como instrumento de coleta de dados entrevista com os moradores autóctones e questionários semiestruturados aplicados aos turistas. Os resultados encontrados apontam que a lenda é um dos principais motivos de visitação ao Poço; 70% dos turistas que o visitam interagem com a comunidade, procurando por mais informações sobre o Poço e também sobre ela própria. Conclui-se que, embora haja um fluxo de turistas para a comunidade em função do Poço da Moça, o turismo ainda não contribui efetivamente para a geração de renda na comunidade por falta de planejamento estratégico da atividade.

Palavras-chave: Turismo. Lenda. Lenda do Poço da Moça. Comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri.

1 Graduanda em Turismo/UFPA. E-mail: nascimento_rayanne@hotmail.com.
2 Graduanda em Turismo/UFPA. E-mail: dayarasouza22@gmail.com.
3 Graduanda em Turismo/UFPA. E-mail: jonathanrodrigues58@hotmail.com.
4 Professora da Faculdade de Turismo/UFPA. E-mail: vaniaquadros@ufpa.br.

The legend of the poço da moça: the imagery of the Remnant Community of Quilombo Ramal do Bacuri and its reflections on tourism

Abstract: This article aims to analyze how the legend of the Poço da Moça contributes to the tourist activity in the Quilombola Bacuri Community in Abaetetuba-PA. In order to do so, bibliographical and field research was carried out, having as an instrument of data collection an interview with the native inhabitants and semi-structured questionnaires applied to tourists. The results indicate that the legend is one of the main causes of visitation to the Well; That 70% of the tourists who visit it interact with the community looking for more information about the Well and also about itself. It concludes that, although there is a flow of tourists to the community due to the Poço da Moça, tourism still does not effectively contribute to income generation in the community due to lack of strategic planning of the activity.

Keywords: Tourism. Legend. Legend of the Poço da Moça. Remnant Community of Quilombo Ramal do Bacuri.

Introdução

O estudo das narrativas orais como elemento de construção cultural de populações não é recente e há muito lhe foi atribuída importância para além de conversas em rodas e histórias para dormir. Antropólogos em todo o mundo continuam a estudar sua relevância no decorrer do tempo, não se atendo em verificar sua veracidade, mas em seu contexto na sociedade.

De acordo com Silva (2014, p.14), "[...] as narrativas orais sob a forma de mitos, lendas, contos e demais gêneros se fazem presentes ao longo do desenvolvimento de todas as sociedades humanas, representando fontes de explicações ou regulando a conduta social". Percebe-se, então, que a cultura em si é a soma dessas simbologias, das ações do homem na busca pelo conhecimento e de suas características originárias do espaço onde habita. E cada vez mais tem atraído turistas ao redor do mundo, com intuito de conhecer as particularidades das distintas sociedades.

As lendas e mitos estão inseridos nessa conjuntura, enriquecendo a experiência ao possibilitar ao turista, a partir deles, um contato, integração e harmonia maiores com a natureza e seus "guardiões". Moletta (1998, p. 10) sinaliza que o turismo cultural "[...] caracteriza-se, também, pela motivação do turista em conhecer regiões onde o seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas". Isto ganha contornos mais significativos quando se refere a uma comunidade remanescente de quilombo, representante expressiva do povo brasileiro.

Um exemplo disso é a Comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri, situada no município de Abaetetuba, região do Baixo Tocantins, no estado do Pará. Foi intitulada como Território Quilombola, em 2009, pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Nela está localizado o Poço da Moça, um local de águas cristalinas a partir do qual surgiu a lenda de mesmo nome.

A pesquisa ora relatada foi proposta tendo como objetivo analisar como a lenda do Poço da Moça contribui para a atividade turística na Comunidade Quilombola Bacuri. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográfica e de campo, esta última com entrevistas e questionários como instrumentos de coleta de dados. Assim sendo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três residentes e foram aplicados questionários a 10 turistas, no período de 25 a 27 de janeiro de 2016.

Os resultados encontrados indicam que a existência da lenda é uma das principais causas de visitação ao Poço da Moça. Isto porque sete entre 10 turistas questionados (totalizando 70%) interagem com a comunidade, procurando por mais informações sobre o Poço e também sobre a própria comunidade. Conclui-se que, embora haja um fluxo de turistas para a comunidade em função do Poço, o turismo ainda não contribui efetivamente para a geração de renda na comunidade, por falta de planejamento estratégico da atividade.

Breve discussão sobre lenda e mito

No Brasil, é difícil encontrar uma pessoa que desconheça totalmente as lendas e os mitos que permeiam o imaginário nacional; porém, é notória a confusão quanto à distinção conceitual de ambos pelo senso comum. Mas, é possível afirmar que, no decorrer da sua vida, ao menos uma pessoa conhece ou sabe de alguém cuja família detém lendas da estória local ou estudou sobre esses temas no ensino fundamental. O país é rico nessa diversidade de narrativa, que ultrapassa os tempos e adequa-se ao contexto espacial e cultural das sociedades.

Em termos conceituais, de acordo com Sales (2014), a palavra lenda surgiu em meados do século XIII, a partir da discussão do italiano Jacobus de Varazzo, e possui as quatro características do conto popular: a antiguidade, devido sua atemporalidade; a persistência, pois quem a conta acredita, mesmo que de forma imparcial, no enredo; o anonimato, uma vez que o autor é desconhecido; e a oralidade, pois é seu principal meio de transmissão. A lenda se caracteriza, também, por misturar fatos reais com a fantasia, sendo contada subjetivamente, pois cada pessoa a adapta segundo o seu pensar e o seu espaço geográfico.

Chaui (2000) defende que o mito é criado ou surge visando responder questões quanto à origem das coisas, a exemplo do mundo, seus elementos ou fenômenos, de maneira fantasiosa, com intuito de sanar as curiosidades da população. A palavra é oriunda do grego, "mythos", e provém de dois verbos: "mytheyo" (contar, narrar) e "mytheo" (conversar, contar, anunciar, nomear). Ainda segundo tal autora, para os gregos, naquela época, alguém que narrasse um mito era um escolhido pelos deuses, que testemunhou os acontecimentos, ou é próximo desse alguém, por isso tomam o mito como verdadeiro, no exercício de confiabilidade.

Há uma linha tênue na distinção entre esses dois os conceitos. Alguns os utilizam como sinônimos, enquanto outros não se preocupam em distinguir. Mas, de maneira geral, há um consenso quanto à importância de ambos, principalmente em se tratando da formação cultural das populações amazônicas, cuja ligação com o imaginário é criada desde a infância, sendo relacionada com seus rios, florestas e animais.

Cascudo (1976, p. 348) identifica a diferença entre mito e lenda defendendo que está última é um

> Episódio heróico ou sentimental com elemento maravilhoso ou sobrehumano, transmitido e conservado na tradição oral popular, localizável no espaço e no tempo [...]. Conserva as quatro características do conto popular: Antiguidade, Persistência, Anonimato, Oralidade [...]. Muito confundido com o mito, dele se distingue pela função e confronto. O mito pode ser um sistema de lendas, gravitando ao redor de um termo central com área geográfica mais ampla e sem exigência de fixação no tempo e no espaço.

Então, para tal autor, a distinção se mostra quanto à função e ao confronto, pois enquanto a lenda conta histórias e possui um espaço de tempo e localização, o mito pretende explicar os princípios de elementos naturais, dentre outros, e não se atém a essas características.

Por sua vez, Pereira (2001, p. 18) argumenta que "lenda e mito não passam de símbolos distintos para identificar a mesma coisa; enfim, são sinônimos, só que o termo lenda possui uma conotação poética". Tem-se, com isso, que para este autor a diferença entre lenda e mito ocorre na maneira como é contada, sua forma linguística. Assim, a lenda é narrada com nuances encantadoras e inspiradoras.

No que tange à classificação, na ampliação de seu trabalho "Painel de lendas e mitos da Amazônia", premiado em 1º lugar no Concurso "Folclore Amazônico 1993" da Academia Paraense de Letras, Pereira (2001) apresenta uma classificação dos mitos e lendas embasada em obras de vários autores, tais como Coutinho de Oliveira e Victor Jabouille. Assim sendo, as lendas classificam-se em:

> I - Lendas Cosmogônicas
> II - Lendas Heroicas
> III - Lendas Etiológicas
> IV - Lendas de Encantados
> V - Lendas Ornitológicas
> VI - Lendas Mitológicas (ciclo da Iara, da Boiuna, do Boto, do Curupira e da Matintaperê). Estas também são chamadas de Mitos Primários ou Domésticos (OLIVEIRA, 1951 apud PEREIRA, 2001, p. 30).

Vale ressaltar que, com base nisso, as lendas Cosmogônicas explicam a formação do universo e do mundo; as Heroicas tratam dos homens que inspiram coragem e destreza; as Etiológicas esclarecem a origem das plantas e rios; as de Encantamentos falam daqueles que foram submetidos à magia ou feitiçaria; as Ornitológicas se referem às aves; e, por último, as Mitológicas falam de seres fantásticos e poderosos.

Quanto aos mitos, estes podem ser classificados como:

> 1. Mito teológico - relata o nascimento dos deuses, os seus matrimônios e genealogias;
> 2. Mitos cosmológicos - debruçam-se sobre a criação e o ordenamento do mundo e seus elementos construtivos;
> 3. Mito antropogônico - apresenta a criação do homem;
> 4. Mito antropológico - prolonga o anterior, descrevendo as características e desenvolvimento do gênero humano;
> 5. Mito soteriológico - apresenta o universo de iniciação e dos mistérios, das catábases e percursos purificatórios;
> 6. Mito Cultural - narra as atividades de heróis que, tal como Prometeu, melhoram as condições do homem;
> 7. Mito etiológico - explica a origem de pessoas e coisas; pesquisa as causas por que se formou uma tradição, procurando em especial encontrar episódios que justifiquem normas;
> 8. Mito naturalista - justifica, miticamente, os fenômenos naturais, telúricos, astrais, atmosféricos;
> 9. Mito moral - relata as lutas entre o Bem e o Mal, entre anjos e demônios, entre forças e elementos contrários;
> 10. Mito escatológico - descreve o futuro, o homem após a morte, o fim do mundo (JABOUILLE, 1986 apud PEREIRA 2001, p. 30).

É possível observar, considerando essas duas classificações, que mitos e lendas se entrelaçam e alicerçam o saber tradicional das populações. A ênfase não é ponderar sobre sua veracidade, mas analisar sua extensão e reflexo no modus vivendi dos habitantes de determinada comunidade, sem nunca menosprezar a sua importância.

Lendas e Turismo

A Amazônia é cercada por rios e todo um imaginário foi surgindo sobre eles junto com as grandes expedições que os desbravaram, no período do descobrimento do Brasil. Um exemplo é a viagem de Orellana, em 1549, considerado um dos precursores dos mitos na região. Tal fato foi evidenciado por Loureiro (2002, p. 108) ao afirmar que:

> A viagem de Orellana [...] instaura o momento fundador dos primeiros mitos, como o das Amazonas — índias guerreiras, bravas habitantes de uma aldeia sem homens. Outros viajantes, aventureiros e exploradores que procuravam riquezas espalharam mundo afora mitos e fantasias. De todos os mitos mais persistentes parece ter sido sempre o da superabundância e da resistência da natureza da região: florestas com árvores altíssimas que penetravam nas nuvens, frutos e flores de cores e sabores indescritíveis, rios largos a se perderem no horizonte (povoados de monstros engolidores de navios nas noites escuras), animais estranhos e abundantes por todo o chão; pássaros cobrindo o céu e colorindo-o em nuvens de penas e plumas de todas as cores.

Desde então, o misticismo advindo dos colonizadores e da população que não vivia no local cresceu, contribuindo para o surgimento de vários mitos e lendas na região.

O Pará, segundo maior estado do Brasil em extensão territorial, tem enraizado em sua cultura lendas e mitos amazônicos. Estes são repassadas de geração em geração, valorizando, assim, a cultura, os saberes e fazeres da região. Eles apresentam e/ou estão relacionados aos elementos da natureza, como retrata Nascimento (2002) em sua pesquisa.

A cultura valoriza todos os tipos de saberes de uma região e, consoante ao disposto por Marconi e Presotto (2006), diversos elementos do imaginário popular das regiões ganham notoriedade e tornam-se verdade. Segundo Carvalho (2014, p. 222):

> A vida dessas pessoas é perpassada, pela mistura da subjetividade e objetividade, sintetizando e sendo sintetizadas pela cultura em que vivem. Assim, o homem se projeta no meio em que vive, e re/cria o seu imaginário, construindo seu próprio conhecimento do mundo que o cerca.

Assim sendo, na Amazônia, o contato com o rio e com a floresta é constante. Isso contribui para que os mitos se tornem cada vez mais presentes, tornando-se um patrimônio imaterial para a sociedade. Este entendido, segundo Macena (2003), é pensado como todo tipo de legado edificado e cultural que cerca um povo, ampliando-se para além das edificações, crenças, lendas e mitos.

Nesse contexto de imaginários, o turismo se faz presente, uma vez que os turistas passam a conhecer e a vivenciar o misticismo de determinada sociedade. Na Bahia, um grande exemplo é o Candomblé, que já se tornou uma "[...] grande atração para o visitante. Todos querem assisti-lo e as agências de turismo incluem-no em seus roteiros. Mas é preciso compreendê-lo e respeitá-lo" (OLIVEIRA, 1999, p. 16). Paes-Luchiari, Bruhns e Serrano (2007) defendem que os potenciais culturais vêm se modificando, gerando uma "refuncionalização" para as práticas culturais, transformando em produtos turísticos os locais que são cercados por lendas e mitos.

No que concerne às populações tradicionais da Amazônia, é possível notar uma diversidade de lendas que circunda a população, principalmente as comunidades tradicionais. E, de acordo com Bueno (1996), a transmissão de valores e costumes passa a ser considerada como memória afetiva do povo. Com isso, passa-se a valorizar os saberes tradicionais de uma comunidade, fazendo com que eles não se percam.

Algumas cidades são bastante conhecidas e evidenciadas como exemplo de consolidação do turismo cultural. Isto, para o Ministério do Turismo, pode beneficiar a comunidade uma vez que:

> A criação de produtos tematizados, utilizando técnicas de interpretação e de interação, que ressaltem a história do lugar e de seus personagens, para apresentar o patrimônio tangível e intangível do ambiente visitado, é uma forma de ampliar o conhecimento, possibilitar a fruição e emocionar o visitante (BRASIL, 2010, p. 15).

Este fato já se evidencia em alguns lugares do Brasil e já foi defendido por Urry (1990), ao afirmar que, a partir de diversos elementos, o turismo provoca mudanças consideráveis nas cidades impactadas pela atividade. Assim, o "Olhar atento do Turista" (URRY, 1990, p. 66) gera uma responsabilidade ainda maior para o produto.

Nesse contexto, alguns locais se destacam como produtos turísticos potenciais, pois como afirma Miotello (1996, p. 16):

> A análise dos mitos poderia revelar a forma de representar o mundo e a vida deste povo, da sua crença, da sua fala. Mitos indígenas da criação, do surgimento do dia e da noite, da origem da mandioca, da criação dos lagos e outros; mitos dos povos da floresta como os mitos das mães, mãe da floresta, mãe da seringueira, da castanheira e de todas as árvores ameaçadas; mitos do curupira, do Motim Tapereira. Há ainda os mitos dos povos ribeirinhos, como o mito da cidade encantada, do barranco caído, do boto, do surgimento dos igarapés.

Quanto a isso, municípios do interior do Pará começam, gradativamente, a se tornar atrativos para os turistas, em função de histórias como essas. Citam-se como exemplo os municípios de: São João de Pirabas, com a estátua do Rei Sabá; a Ilha de Colares, com a história do "Chupa chupa"; e Abaetetuba, onde há, na Comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri, a lenda do Poço da Moça.

Ratifica-se que as questões culturais e o turismo andam juntos. Mas, isto, desde que seja feito um planejamento estratégico e que seja evidenciado o Turismo como um viés para a cultura imaterial representada. Contudo, é necessário um investimento em *marketing* turístico que é, para Krippendorf (1989 apud RUSCHMANN, 1990, p. 25),

> [...] a adaptação sistemática e coordenada da política das empresas de turismo, tanto privadas como do estado; no plano local, regional, nacional e internacional, visando a plena satisfação das necessidades de determinados grupos de consumidores, obtendo, com isso um lucro apropriado.

Isso traz benefícios à comunidade local, entre os quais o resgate, a valorização e a preservação de seu patrimônio natural e cultural, visto que a interação com o turista possibilita uma gama de troca de experiências.

Além disso, para alguns autores, o viés para um turismo mais sustentável se expressa em um seguimento diferenciado, o de base comunitária. Este, na visão de Maldonado (2009, p. 28), consiste em "[...] assegurar o bem-estar comum e garantir a sobrevivência de seus membros, preservando sua própria identidade cultural". Dito de outra maneira, isso faz com que todos participem da cadeia do turismo, fortalecendo assim a união e o bem-estar dos integrantes de determinada sociedade e seu entorno.

Comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri

A Comunidade Quilombola Ramal do Bacuri compõe, segundo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o conjunto das comunidades quilombolas do município de Abaetetuba. Intitulada em 2009 com extensão territorial de 854.4893ha, possui como meio de subsistência, majoritariamente, a agricultura familiar, principalmente da produção de farinha, profissão que é passada de geração em geração.

A luta pelo reconhecimento territorial é antiga no Pará. Segundo Treccani (2006 apud MARQUES; MALCHER, 2009, p. 34), "Os direitos territoriais das comunidades quilombolas têm raízes históricas profundas e exigem de nós conhecimento técnico e "PAIXÃO" pela causa para que saiam do papel e se transformem em ETNODESENVOLVIMENTO". Nesse contexto, a titulação das terras das comunidades remanescentes de Quilombo é um ganho significativo para os movimentos negros do Estado, juntamente com as associações das comunidades e o Centro de Estudos e Defesas dos Negros no Pará (CEDENPA), um aliado nessa conquista.

As associações são formadas com intuito de agregar o incentivo cultural e perpetuação dos saberes. E, também, auxiliar na própria sobrevivência da localidade. Na comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri, há a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ramal do Bacuri (ARQUIBA), fundada em 2008, que auxilia na organização de produção e venda da agricultura local.

Outra associação existente é a Associação de Mulheres Quilombolas Agroextrativistas da Comunidade Ramal do Bacuri (AMQACRB), que abrange projetos de cunho social, produção de artesanato, doces e farinha, cultivo de horta e oficina de pintura. O objetivo dessa associação é ensinar à faixa etária mais nova a cultura, bem como alternativas de renda. Quinzenalmente, as mulheres da associação expõem e comercializam seus produtos na sede do município, durante a Feira do Agricultor Familiar, e o lucro obtido é dividido entre as associadas.

A lenda do Poço da moça

A lenda foco desta pesquisa pode ser encontrada facilmente na *internet*. Contudo, para maior fundamentação, ouviu-se a descrição dos moradores da comunidade de onde ela é originada. Para eles, essa lenda é tradição repassada de geração em geração, logo na infância.

De acordo com os entrevistados, nas cercanias do local onde está situada a Comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri, existiam duas tribos indígenas rivais; a moça a que se refere o nome da lenda pertencia a uma dessas tribos. Certa noite, em uma das suas andanças pela mata, ela encontrou, por acaso, um rapaz membro da tribo rival. Apaixonados, eles passaram a se encontrar, às escondidas, próximo a um olho d'água, para que não fossem descobertos por suas famílias, pois seu amor era proibido.

Porém, um dia, os parentes da moça descobriram o seu envolvimento com o rapaz, desencadeando a guerra entre as famílias, nela vindo a morrer o jovem índio. O local onde se encontravam, onde um dia desejava desposá-lo, virou lugar de sofrimento para a moça. Todos os dias ela ia até lá, chorava e lavava suas lágrimas no olho d'água que, de tantas lágrimas, se transformou em um poço, como demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Poço da Moça, Comunidade Quilombola Ramal do Bacuri



Fonte: David Rodrigues (2016).

Durante uma dessas visitas da moça ao local, o jovem apareceu, em uma visão, e a arrebatou; depois disso, ela nunca mais foi vista. Assim originou-se a lenda. Consoante aos relatos dos entrevistados, a moça aparece às 12h e às 18h, no Poço, para lavar seus cabelos. Em razão disso, a ida ao local nesses horários é proibida.

Resultados e discussões

Durante a pesquisa de campo realizada entre os dias 25 e 27 de janeiro de 2016, foi possível conhecer a Comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri. Porém, devido ao curto período de tempo, não se investigou amplamente a dinâmica social da comunidade. Mas, no que tange ao objetivo da pesquisa, obteve-se as informações necessárias.

De início, percebeu-se a vida simples dos moradores locais. Isto, principalmente, em relação às moradias (Figura 2) e às práticas cotidianas. Convém destacar que, mostrando-se acolhedora, a comunidade não

apresentou restrições quanto ao fato de ser objeto de observação e de fonte de fornecimento de informação, via entrevistas.

Figura 2 – Moradia da comunidade Remanescente de Quilombo



Fonte: Joanaldo Silva (2016).

Das entrevistas realizadas com os moradores, consideram-se duas informações primordiais: uma quanto à importância da lenda do Poço da Moça para a comunidade e outra sobre os impactos da propagação da lenda no cotidiano local. Foram entrevistados três moradores, sendo duas mulheres (25 e 64 anos) e um homem (40 anos), todos nascidos na comunidade e conhecedores da lenda. Ao serem questionados sobre a lenda, todos a narraram de maneira extremamente semelhante, confirmando a apropriação e integração dela na cultura local.

O Poço da Moça integra o cotidiano dos residentes e é utilizado nas tarefas diárias e no lazer em família. A lenda que o caracteriza é repleta de encantos e inspira, segundo os moradores, a ânsia pelo amor e a luta pelo seu alcance. Em virtude de sua representatividade, ela foi introduzida como costume e influencia na rotina diária dos moradores; um exemplo citado pelos entrevistados é o respeito aos horários proibidos para a utilização do poço.

Dessa feita, os moradores cumprem a proibição de tais horários (06h, 12h e 18h) e informam aos seus visitantes a necessidade de também o fazer. Eles atentam, ainda, para a necessidade de pedir permissão antes de entrar nas águas, pois a moça da lenda "assombra", causando fortes dores na cabeça, inclusive alguns moradores da própria comunidade tiveram que se submeter à benzedeira, cuja reza daria o "passe" para acabar com o assombro, por terem ido ao poço em hora inoportuna.

Em sua maioria, os moradores são os grandes propagadores da lenda, pois, ao serem questionados pelos visitantes, narram de maneira eloquente essa história que lhes foi transmitida na infância como tradição e se perpetua há várias gerações. Conforme dados da pesquisa, o Poço da Moça é mais visitado durante o período de férias escolares e feriados, sendo os turistas oriundos de municípios vizinhos, como Moju, Barcarena e Belém (Figura 3). Os adultos constituem o público mais interessado na tradição e na lenda.

Figura 3 – Turistas em visita ao Poço da Moça



Fonte: Junior Costa (2016).

Até o momento, a comunidade não se beneficia economicamente do turismo. Porém, os moradores locais entrevistados relataram que receber os turistas contribui para que a cultura se mantenha viva em seus pensamentos e que muitas crianças e adolescentes da Comunidade se entusiasmam com a possibilidade de contar as lendas locais aos visitantes. Por conseguinte, se atentam mais em conhecer as tradições.

Os moradores consideraram positiva a presença periódica de turistas na Comunidade, visto que estes aprendem sobre seus costumes e vivenciam sua rotina; além disso, eles consideram os benefícios econômicos que podem ser obtidos. Porém, se mostram preocupados quanto ao planejamento e organização desta atividade, uma vez que ela é de total responsabilidade deles. Nesse sentido, eles ressaltaram a necessidade de esclarecimento quanto à atividade turística e seus impactos por meio de pesquisadores, os quais os auxiliariam a gerir seu potencial, desde a fase inicial, de modo a minimizar os resultados negativos.

Os dados obtidos junto aos turistas corroboram o potencial da lenda como propulsor do turismo de natureza e cultural na Comunidade, mesmo com a ausência do planejamento para o fomento do turismo. Assim sendo, o Poço da Moça foi apontado, de maneira unânime, pelos questionados como um dos principais atrativos da comunidade Ramal do Bacuri, para quem deseja conhecê-la.

Ressalta-se que somente três turistas (30% dos questionados) não procuraram obter junto aos moradores mais informações sobre a lenda. Desse modo, além das perguntas tradicionais sobre a narrativa, os sete turistas (70% dos ouvidos) que buscaram sanar outras curiosidades conseguiram conhecer um pouco mais sobre a história dos moradores e também sobre a própria Comunidade.

No que concerne à satisfação, 100% dos turistas ouvidos descreveram a experiência como agradável e estimam o retorno ao local, informação confirmada pela análise da frequência de visitação, uma vez que 70%, ou seja, 7 dos 10 turistas questionados estiveram no Poço mais de duas vezes. Portanto, pode-se afirmar, com base nos dados relatados, que o potencial da Comunidade para a prática da atividade turística é significativo, abrangendo o imaginário, o *modus vivendi* e a história dela.

Conclusão

Conhecer o imaginário de uma comunidade é uma tarefa árdua, mesmo quando se refere a apenas uma lenda. Entretanto, foi importante notar que o "comum" pode se tornar um instrumento que, agregado a outros atrativos e serviços, tornar-se um produto turístico. O posicionamento como produto pode até apresentar um enfoque essencialmente mercadológico, mas uma comunidade rica em expressões culturais, como a aqui analisada, precisa minimamente se beneficiar dos frutos de sua hospitalidade e de sua permissão em abrir a "porta" para que outras pessoas "desbravem" suas tradições e saberes.

A Comunidade Remanescente de Quilombo Ramal do Bacuri é uma, dentre outras, que não usufrui do seu potencial turístico como mecanismo de valorização cultural e alternativa de geração de renda. O turismo acontece, como foi constatado nesta pesquisa, contudo não gera renda para a Comunidade. Nem ao menos os trabalhos frutos da visita de pesquisadores são deixados para ela.

A lenda do Poço da Moça atrai, agregada à beleza natural e à hospitalidade dos moradores locais, turistas de maneira crescente. Destaca-se que apenas uma das tantas lendas e mitos que permeiam o imaginário da Comunidade foi estudada. Porém, constou-se que há muito a ser feito em termos de planejamento e gestão para que se fomente, efetivamente, a atividade turística e para que esta possa gerar benefícios, notadamente os financeiros, para a Comunidade.

Ao se pensar em valorização cultural e alternativa de geração de renda, o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) se destaca. Contudo, para que o TBC alcance resultados favoráveis, é necessário que haja união e participação de todos os atores envolvidos, que interagem direta e indiretamente com o local. E é preciso que esses atores sejam capacitados para planejar e gerir a atividade turística.

Por conseguinte, o turismo necessita entrar na pauta de discussão da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ramal do Bacuri (ARQUIBA), da Associação de Mulheres Quilombolas

Agroextrativistas da Comunidade Ramal do Bacuri e também da Comunidade do Ramal do Bacuri como um todo. Com isso, será possível debater e analisar a viabilidade de se fomentar a atividade turística no local, bem como incentivar o trabalho existente quanto ao ensino de artesanato, agricultura entre outros. Deste modo, a Comunidade, que a priori foi conhecida por seu Poço, se destacará no mercado turístico como lócus de turismo de base comunitária.

Referências

BUENO, Belmira A. Barros Oliveira. **Autobiografias e formação de professores:** um estudo sobre representações de alunas de um curso de magistério. São Paulo, 1996. Tese (Livre Docência em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural:** orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CARVALHO, Nazaré Cristina. Caleidoscópio do imaginário ribeirinho amazônico. **Instrumento - Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, jul./dez. 2014.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

LOUREIRO, Violeta R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

MOLETTA, Vânia Florentino. **Turismo Cultural**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1998.

MACENA, Lourdes. Festas, Danças e Folguedos: elementos de identidade local, patrimônio imaterial do nosso povo. In: MARTINS, Clerton (Org). **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasil: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

MARQUES, Jane Aparecida; MALCHER, Maria Ataide (Org). Territórios Quilombolas. **Cadernos ITERPA**, Belém, v. 3, p. 1-79, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia:** uma introdução. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2006.

MIOTELLO, Valdemir. **Um mito amazônico em narrativas de roda - repetição e mudança nos processos enunciativos**. Campinas. SP: [s. n.], 1996.

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros. **Ecoturismo, lendas e mitos**: realidade e possibilidades na capital paraense. Belém, 2002. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Planejamento e Gestão de Turismo). Centro de Ensino Superior do Pará, 2002.

OLIVEIRA, Fernando. Folclore é uma das Riquezas da Bahia. **Neon, Arte, Cultura e Entretenimento**. Salvador, v. 1, n. 8, p. 15-16, ago. 1999.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza D.; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia Maria de Toledo (Org). **Patrimônio, Natureza e Cultura**. Campinas, S.P.: Editora Papirus, 2007.

PARÁ. Instituto de Terras do Pará. **Territórios Quilombola** Belém, 2017. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas>. Acesso em: 28 jan. 2017.

PEREIRA, Franz Kreüther. **Painel de lendas & mitos da Amazônia**: trabalho premiado (1º lugar) no concurso "Folclore Amazônico 1993" da Academia Paraense de Letras. Belém, 2001. Disponível em: <http://library.umac.mo/ebooks/b11716629.pdf >. Acesso em: 27 jan. 2016.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Marketing turístico:** um enfoque promocional. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

SALES, Maria da Luz Lima. **A presença das Narrativas Tradicionais no imaginário dos jovens em idade escolar**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação)-Évora, Portugal, 2008.

SILVA, Dielly de Castro. **Vozes da ilha:** narrativas, assombrações e cotidiano na comunidade do Rio Maúba-PA. 2014. Monografia (Graduação em Ciências Sociais)–Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

URRY, John. **The tourist gaze "revisited".** American Behavioral Scientist, v. 36, n. 2, p. 172-186, Lodres, 1992.

METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ESTUDO DE CASO COMUNIDADE CARIPI NA REGIÃO DE VÁRZEA DE CAMETÁ-PA

Cibele Rossana Funck Donato[1]
Lian Valente Brandão[2]

Resumo: Este trabalho apresenta uma metodologia participativa para implementação do Turismo de Base Comunitária (TBC). Buscamos avaliar as potencialidades locais existentes integradas aos produtos da sociobiodiversidade na Comunidade Caripi, verificando as possibilidades e suas restrições para o uso da atividade turística. O estudo foi realizado na referida comunidade, considerada uma região de várzea pertencente ao Município de Cametá, no Estado do Pará. Metodologicamente, o trabalho empregou a pesquisa-ação, o planejamento participativo e o diagnóstico rural participativo (DRP). Como instrumentos de campo foram feitas observações, aplicação de questionários e oficinas, além dos dados georreferenciados. Ao final, pode-se constatar que a comunidade ribeirinha de Caripi apresenta potencial para o desenvolvimento do TBC.

Palavras-chave: Planejamento Participativo; Turismo de Base Comunitária; Sociobiodiversidade; Amazônia.

Abstract: This paper presents a participatory methodology for the implementation of the TBC. We sought to evaluate the existing local potentialities, integrated with the products of the sociobiodiversity in

1 Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, IFPA Campus Castanhal, Pará, Brasil e Bacharel em Turismo pela UNICRUZ-RS. E-mail: cibelefdonato@gmail.com

2 Professor Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, IFPA Campus Castanhal, Pará, Brasil. E-mail: lianpesca@yahoo.com.br.

the Caripi Community, verifying the possibilities and their restrictions for the use of the tourist activity. The study was carried out in the refered community, considered a region of meadow belonging to the Municipality of Cametá, in Pará. Methodologically, the work used action research, participatory planning and participatory rural diagnosis (DRP). As field instruments, observations, questionnaires, workshops, and georeferenced data were made. At the end, it can be seen that the community of Caripi has potential for the development of community-based tourism (TBC).

Keywords: Participatory Planning; Community Based Tourism; Sociobiodiversity; Amazônia.

Introdução

As discussões que envolvem o meio ambiente estão cada vez mais limitadas aos fatos em maior evidência, como a substituição da paisagem, a destruição dos recursos naturais e a tão difundida importância de os indivíduos refletirem sobre suas práticas cotidianas. Portanto, entende-se que, para reverter este quadro, visto a necessidade de preservação e de melhorias das práticas de utilização do meio para a sua sustentabilidade, é necessário uma reflexão e implementação dessas novas formas de produção, organização e participação, as quais precisam ser norteadas por um planejamento, considerando as especificidades da realidade amazônica sob uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

A história da Amazônia tem se constituído numa relação de perdas e danos, de um povo vítima paradoxalmente de sua própria riqueza, magia e exuberância (LOUREIRO, 2002). Conforme Becker (2005), toda essa exploração tem gerado na história da Amazônia uma relação entre poder e espaço geográfico de conflito no campo, de misérias urbanas e principalmente de desperdício de recursos naturais.

A microrregião do Baixo Tocantins, uma das regiões de colonizações mais antigas do estado do Pará, por pertencer a uma parcela da Amazônia, também vivenciou a crise dos ciclos econômicos de exploração extrativista da borracha, do cacau e mais recentemente da pimenta do reino. Além

disso, passou por outras agruras como a crise ambiental ocasionada pelos grandes projetos instalados na região, que alteraram o ecossistema da microrregião (APACC, 2010).

Todos esses fatos, somados a um território com escassez de investimentos – os quais se limitaram, nos últimos anos, somente a intervenções de políticas públicas sociais –, caracterizaram a Comunidade Cametá como um dos locais onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresenta um dos menores valores (IBGE, 2014). A comunidade ficou em terceiro lugar, com 29% da taxa de extrema pobreza, no levantamento realizado para diagnosticar a vulnerabilidade econômica da região. Desse quantitativo, boa parte encontra-se na região das Ilhas (FAPESPA, 2015).

Em suma, o presente trabalho é um estudo realizado na comunidade ribeirinha de Caripi, localizada no distrito de Juába, considerada uma região de várzea pertencente ao município de Cametá, localizado na mesorregião, território da microrregião do Baixo Tocantins, Pará.

A região do Tocantins apresenta dinâmicas de ocupação e de desenvolvimento socioeconômico diferenciadas devido ao fato de a sua ocupação territorial ser predominantemente ribeirinha. Suas melhores condições econômicas acontecem no período da safra do açaí e da liberação da pesca (CARDOSO *et al*., 2007), pois suas pluriatividades[3] são baseadas no agroextrativismo de várzea, na extração do fruto açaí (*Euterpe oleracea*); na pesca e na agricultura familiar (CARDOSO *et al*., 2007; PARÁ, 2009; PDA, 2006).

Desta forma, é possível observar que a maioria das propriedades está à margem do rio e mais de 56% da população ainda vive em áreas consideradas rurais, em uma área de abrangência de 3.073,9 quilômetros quadrados, que abriga 120.896 habitantes. Em um contexto geral, Oliveira, Brandão e Pena (2015, p.4), especificam que a região possui

> uma economia a base do extrativismo vegetal, agricultura familiar e da pesca artesanal, complementada por outras rendas como aposentadorias, auxílios governamentais, serviços públicos na área

[3] A noção de pluriatividade na agricultura familiar refere-se à combinação de uma ou mais formas de obtenção de renda, seja na diversificação das atividades rurais ou com a inserção profissional dos membros de uma mesma família que vivem em uma mesma unidade produtiva (SCHNEIDER, 2003).

> educacional, na área da saúde e no setor informal, e criações de pequenos animais fazem parte da economia que é sazonal.

Essas atividades são consideradas uma espécie de produção familiar rural, no sentido de descrever um tipo de agricultor que, dentre a pesca artesanal e extrativismo vegetal, pratica ainda a agricultura como atividade complementar (SCHMITZ; MOTA, 2007), sendo o produtor familiar rural amazonense comumente chamado de ribeirinho (CANTO, 2007).

Apesar das crises sócio-econômica e ambiental apresentadas anteriormente, o fato de a Amazônia ser extremamente próspera em sua biodiversidade e dotada de um enorme potencial de crescimento na organização de seus arranjos socioprodutivos põe essa população à frente no enfrentamento desses desafios e na busca de suas respectivas soluções. Surge assim a motivação de implementar o turismo de base comunitária na agricultura familiar camponesa (ou denominada aqui como ribeirinha) como uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a comunidade.

O turismo de base comunitária (TBC) é um turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera, predominantemente, benefícios para esses povos e para a conservação da biodiversidade (MITRAUD, 2003). Além disso, o TBC é "uma atividade econômica solidária (...) baseada em um princípio de equidade na distribuição de renda", segundo Sansolo e Burstyn (2009, p. 146).

Dessa forma, por ser uma prática que tem como cerne o desenvolvimento local e o respeito à cultura, ao meio ambiente e a sua dinâmica social, o TBC torna-se uma opção econômica apropriada para a Comunidade de Caripi, na qual a sociobiodiversidade[4] constitui toda a riqueza.

Este trabalho tem como foco orientador de investigação as seguintes questões: a) *quais os passos a serem realizados para implantar uma metodologia participativa de turismo de base comunitária em uma região de várzea?*; e b) *a comunidade Caripi possui potencialidades para fomentar o turismo de base comunitária?*

[4] A sociobiodiversidade engloba produtos, saberes, hábitos, cultura, valores e tradições próprias de um determinado lugar ou território. É a relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse das comunidades tradicionais, as quais promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, gerando renda e promovendo qualidade de vida (BRASIL, 2009b).

Por ser essa a primeira comunidade, dentre as cento e doze ilhas pertencentes a Cametá, a planejar e estabelecer ações para a execução do TBC, esta pesquisa é considerada um produto inovador. Assim, nosso objetivo é estabelecer uma metodologia participativa identificando as potencialidades locais integradas aos produtos da sociobiodiversidade existentes na comunidade Caripi, para que se possa, posteriormente, implantar o TBC como projeto piloto na região do Baixo Tocantins.

Desta forma, torna-se necessário apresentar quais os caminhos traçados para planejar e organizar os recursos locais baseados nos princípios de TBC, a fim de buscar sua implantação. Para isso, é necessário identificar suas potencialidades e mapear suas oportunidades; só assim, paulatinamente, desenvolveremos ações que visem o crescimento econômico local.

Material e Método

A metodologia foi constituída de revisão bibliográfica e trabalho de campo, entre 2014 a 2016, tomando como objeto de estudo 16 propriedades familiares da comunidade de Caripi da região de várzea de Cametá e seus territórios adjacentes, do Baixo Tocantins (Pará, Amazônia Oriental).

As reflexões metodológicas trabalhadas nesta pesquisa priorizaram o trabalho de campo e o respeito ao dado empírico. Foram realizadas oficinas, visitas à comunidade e seus atrativos para coleta de dados, registro fotográfico, observação, aplicação de questionários e conversas informais. Tudo isso será apresentado no decorrer do trabalho. Foram integrados, nesta análise, dados relacionados à dinâmica social, econômica e ambiental, que preside os meios e modos de vida dessas famílias.

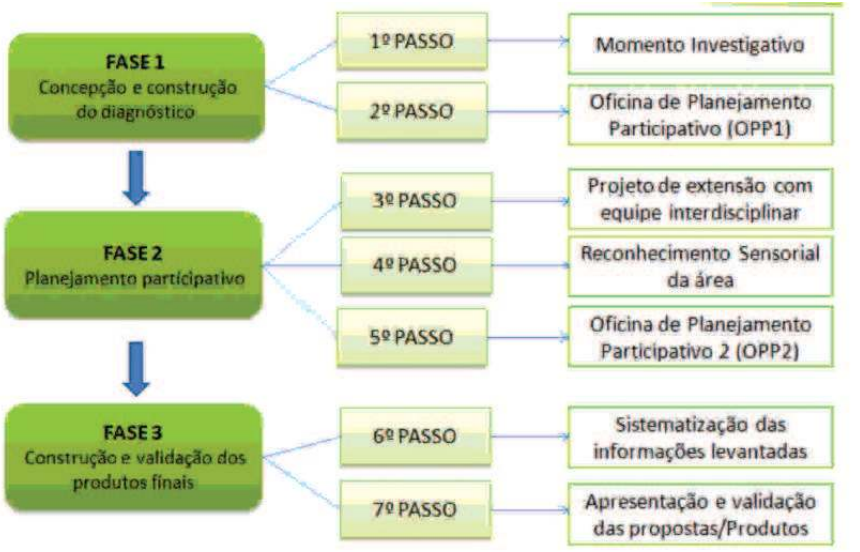
Buscou-se dar ênfase ao uso das metodologias participativas, inclusive nos planejamentos, quando houve uma interação entre os saberes populares e as informações científicas. Assim, este trabalho toma como base metodológica a pesquisa participante, com premissa nas etapas da pesquisa-ação, principalmente por ser uma metodologia "que só pode ser desenvolvida de grupo para grupo" (PINTO, 2014, p.132).

Neste sentido, teve como fio condutor o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como ferramenta metodológica, que, segundo Verdejo

(2010), é uma metodologia especificamente elaborada para intervenção. Um dos métodos consiste na aplicação do questionário semiestruturado com 40 perguntas aos participantes da Comunidade Caripi. O questionário foi realizado com amostragem aleatória simples.

Todo o trabalho foi desenvolvido com base em três fases metodológicas (figura 01), as quais, por sua vez, se desdobram em passos. Essas fases se operacionalizaram por meio de "ferramentas participativas", que, no desenrolar da atividade, tornaram-se instrumentos específicos da metodologia de planejamento participativo.

Figura 1 – Fases dos procedimentos metodológicos



Fonte: DONATO (2016)

Deste modo, além de permitir diagnosticar os mais distintos anseios de um determinado grupo de pessoas diante das mais diversas situações e contextos, pode-se aferir e mapear os produtos existentes em uma determinada comunidade, as suas relações de trabalho e outros indicadores, utilizando, para isso, as metodologias propostas pelo DRP. As ferramentas participativas descritas representam apenas uma amostra diante do universo de possibilidade que o modelo participativo pode alcançar.

Revisão teórica e conceitual

Foram utilizadas bibliografias sobre desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, turismo de base comunitária (TBC) e planejamento para resgatar o debate teórico existente sobre o assunto. Sem este embasamento, a compreensão do universo empírico do trabalho não seria possível.

3.1 Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável.

A discussão sobre desenvolvimento está no centro dos debates sobre a crise e as perspectivas do sistema Terra. Conceitua-se desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (DAL SOGLIO, 2013). Os defensores dessa concepção entendem o desenvolvimento econômico como derivado da superação dos limites tecnológicos, através do estabelecimento de novos paradigmas, em um processo em que a inovação tecnológica é uma derivação das inter-relações entre ciência, tecnologia e técnicas (COSTA et al, 2014).

Essa visão, construída com base nas escolas econômicas de Adam Smith, Keynes e recentemente no neoliberalismo, tem colaborado para a crise multifacetada que vivemos e encobre os problemas sociais e ambientais (DAL SOGLIO, 2013). Para Sachs (1995), o crescimento da economia é compatível com a noção de "maldesenvolvimento", pois mantêm disparidades sociais e justifica exorbitantes custos ecológicos em nome do progresso.

Nessa linha, algumas ideias contrárias ao desenvolvimento econômico eclodiram por força da necessidade de uma conferência dos impactos sócio-ambientais (MONTIBELLER, 2004). Diante destas críticas, muitas foram as tentativas de medir e regular os impactos sociais e ambientais provenientes do crescimento econômico.

O "desenvolvimento" pode ser caracterizado como uma ação previamente articulada a fim de induzir mudanças num dado ambiente (VEIGA, 2005). Essa ação, tencionando encobrir os problemas que dela decorrem, utiliza-se de vários meios para que seja visto como um processo positivo (BRÜSEKE, 2001). Celso Furtado (1980) entende o

desenvolvimento como um processo de transformação do mundo realizado pelo homem com o intento de atender as suas necessidades.

O problema se encontra na incapacidade dos modelos atuais de desenvolvimento em incorporar uma dimensão que há muito tem sido apresentada como fundamental: a sustentabilidade (DAL SOGLIO, 2013). Quando debatemos sobre desenvolvimento, incorporando aspectos humanos e ecológicos, podemos considerar a sustentabilidade como a condição a ser alcançada por sistemas complexos. Os componentes sociais e ecológicos devem atuar na intenção de se regenerar por um tempo considerável, garantindo a preservação e a qualidade de vida como um todo (DAL SOGLIO, 2013).

Segundo Costa (2006), os princípios básicos desse conceito de desenvolvimento foram formulados por Ignacy Sachs (1995), sendo posteriormente apresentadas outras terminologias para o tema, como crescimento orgânico, crescimento intensivo e competência viável (RESQUE, 2012).

O termo desenvolvimento sustentável só apareceu oficialmente em 1980 em um documento proposto para a primeira Estratégia Mundial para a conservação, produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Hoje o chamado desenvolvimento sustentável inclui múltiplas dimensões de complexa articulação científica, natural, social, econômica, etc. permeadas por diferentes valores éticos-sociais (COSTA, 2006), os quais deve-se levar em consideração ao menos o tripé economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto (EID; CHIARIELLO, 2012).

3.2 Sustentabilidade e Turismo Sustentável

Para Malvezzi (2013), a palavra sustentabilidade expressa um conceito sobre o qual se tem uma compreensão intuitiva, mas difícil de ser definido, porque esconde uma complexa polissemia. Ferreira (2007, p.180) afirma que "a sustentabilidade está ligada a três fatos importantes: qualidade, continuidade e equilíbrio". Para Boff (2012), a sustentabilidade abarca uma visão holística, integradora, a mais includente possível, e de

forma sistêmica, em que cada parte afeta o todo e inclui os ganhos da nova cosmologia de transformação.

Nesse sentido, a sustentabilidade é um conjunto de ações relacionadas que visam suprir as atuais necessidades sem prejudicar as próximas gerações, estando diretamente ligada ao desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural para que se possam evitar contínuas agressões ao meio ambiente. Isso significa a utilização inteligente dos recursos naturais.

Assim, é preciso que planejadores, poderes públicos, populações locais, organizações, empresários, entre outros, formem um conjunto de ações cuja finalidade seja a melhoria de qualidade de vida com manutenção do equilíbrio ambiental (LIMA, 2012). Isso pois toda atividade socioeconômica, incluindo o turismo, está intimamente ligada ao meio ambiente. Desta forma, Nicodemo (2016), ao dizer que o turismo vem sendo um dos maiores segmentos econômicos do mundo, defende que é necessário realizá-lo de forma que estejam em harmonia com seu ambiente físico, social e cultural ao longo prazo, ou seja, que envolva as questões de conservação de recursos naturais e sociais.

Para amenizar os efeitos negativos que a atividade pode ocasionar, organizações de todos os tipos no setor do turismo estão preocupadas em obter um desempenho correto em relação à sustentabilidade, buscando gerir o menor impacto de suas atividades e levando em consideração sua política e seus princípios (MOURÃO, 2004). Coriolano (2007) também lembra que turismo e meio ambiente são duas realidades inseparáveis, porque para vivenciar o turismo é preciso que o denominado turista se desloque e entre em contato com o território.

Existem na atualidade alguns esforços para tentar mudar o caminho que vem seguindo o desdobramento do turismo. Autores como Candiotto (2010), Campanhola e Graziano da Silva (2000) defendem o turismo como uma atividade potencial para o melhor aproveitamento dos recursos tanto naturais como culturais. No quesito de atrativos naturais, o Brasil, foi apontado, pela terceira vez consecutiva em 2015, em primeiro no ranking de 141 países, pelo Fórum Econômico Mundial, estabelecendo a sustentabilidade como uns dos itens obrigatórios em sua agenda (BRASIL, 2016, p.16).

Os debates acerca dos processos que permeiam o "turismo sustentável" buscam minimizar os impactos ambientais e socioculturais ao mesmo tempo em que promovem benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos.

Vale relembrar que a sustentabilidade no turismo é entendida de forma ampla, de maneira a garantir a conservação não apenas dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades visitadas (BRASIL, 2016, p.16), isto é, pela valorização das pessoas, do patrimônio cultural e histórico, pela preservação dos costumes locais e incentivo ao resgate das tradições, incluindo manifestações artísticas, como a música, o folclore, as danças, o teatro e o artesanato (BRASIL, 2009a).

Todos esses elementos são considerados potencialidades para se desenvolver o turismo, preservando as singularidades do lugar, ou seja, os elementos cotidianos de uma localidade podem ser extremamente atrativos para visitantes que não participam de seu dia a dia (OPPLIGER, *et al*. 2016).

Desta busca de novos modelos centrados no aproveitamento da diversidade territorial de forma inclusiva e nas práticas turísticas diferenciadas, amparadas por princípios de sustentabilidade e interação com o meio, surge o turismo de base comunitária (MORAES, 2011).

3.3 Turismo de base comunitária (TBC)

O atual modelo de desenvolvimento baseado na lógica darwinista do mercado e do capitalismo exacerbado que associa consumo a bem-estar vem provocando em alguns lugares o turismo desordenado ou consumista, que não determina retorno econômico e social para os locais que o acolhem.

Por este motivo, começam a surgir esforços para buscar caminhos alternativos que gerem menos impactos à natureza e às comunidades locais, surge então o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma resposta que complementa e se contrapõe ao modelo vigente: o denominado "turismo de massa[5]".

Diante disso, Sampaio *et al* (2011) especifica que é uma modalidade

[5] Turismo de massa se refere à produção de turismo organizado industrialmente, que apoia o movimento de grandes números de pessoas (COOPER, HALL E TRIGO, 2011, p. 39).

de turismo mais próxima da natureza, distante das perspectivas modernistas, dialogando entre o tripé: turismo, natureza e tecnologia. Diferencia-se porque faz das comunidades visitadas as protagonistas da atividade, possuindo controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão, por meio do envolvimento participativo desde o início, proporcionando a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais.

Cabe reforçar que essa alternativa de turismo enaltece as belezas naturais ligadas aos ecossistemas onde se localizam as comunidades e valoriza a cultura, a produção material e a identidade local. Essas comunidades geralmente são definidas, por critérios geográficos, como um território isolado compartilhando costumes, usos e tradições, ou por funções socioeconômicas, variando por modos de produção e distribuição (BARRETTO, 2004).

A noção conceitual citada por Sansolo e Bursztyn (2009, p. 147) ressalta que:

> O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária.

Segundo Maldonado (2009), o patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. É estabelecida, portanto, uma relação de troca de saberes e viveres que são matéria-prima para a atividade de turismo de base comunitária.

Diante dos vários conceitos pesquisados de TBC, podem ser observadas algumas semelhanças e aproximações, no entanto, destaca-se que os componentes de conservação ambiental, valorização da identidade cultural e geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras sustentam a maioria dos conceitos.

Ao discutir o tema, é possível observar uma equivalência entre autores. Sansolo e Bursztyn (2009); BRASIL (2010); Maldonado (2009);

Coriolano (2009); Sampaio *et al* (2011) alegam que o TBC configura um modelo de desenvolvimento alicerçado em princípios democráticos cuja participação da comunidade predomina em todo processo decisório, apresentando uma autogestão dos recursos comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

O TBC tem como característica distinta as dimensões humana e cultural baseadas na transparência no uso, na valorização da cultura local e conservação de modos de vida e da preservação da biodiversidade. Conforme destacado por Benevides (2002), a viabilidade de realizar o desenvolvimento local através da atividade turística dependeria da equalização de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; manutenção da identidade cultural; geração de ocupações produtivas de renda; desenvolvimento participativo e, por último, qualidade de vida.

Irving (2009, p.111), por sua vez, defende que o desenvolvimento do turismo comunitário só poderá ocorrer se os protagonistas dos destinos forem sujeitos e não objetos do processo.

É salutar lembrar que as primeiras incursões referentes ao TBC na América Latina surgiram a partir dos anos 80 por meio do Turismo Rural Comunitário (TRC) e atualmente encontram-se presente em todos os ecossistemas do continente (MALDONADO, 2009). Já no Brasil, essas datam de meados dos anos 1990 e foram organizadas independentemente de ações públicas.

Em 2008 o MTur lançou o Edital n.001/2008 para financiamento de Projetos de TBC (GÓMEZ *et al*, 2016), no qual recebeu mais de 500 propostas, distribuídas pelo Brasil. Destas foram contempladas 50 propostas, sendo investidos cerca de 7 milhões de repasse para os projetos (BRASIL, 2010). Dentre eles, cinco eram de localidades da Região Norte e, apenas no Pará, três destinos contemplados: Vila do Pesqueiro na Ilha do Marajó, Santarém e Curuçá.

Conforme Sansolo e Bursztyn (2009), diversos territórios protegidos da Amazônia encontraram no TBC uma oportunidade de crescimento, já que se trata de uma atividade diferenciada de baixo impacto ambiental e, assim, uma possível ferramenta de geração de renda associada à proteção da natureza e da cultura local.

Observa-se que o TBC coaduna com as perspectivas do turismo sustentável, sendo sua construção baseada em princípios e valores éticos. Há a valorização do meio ambiente e da cultura das pessoas como promotora dos saberes e fazeres locais, no intuito de conscientizar para sua importância; isso aumenta sua autoestima e amplia sua fonte de renda.

Mediante a isso, o processo de planejamento da atividade turística de base comunitária deve ser minucioso, considerando as especificidades da localidade e a democratização de oportunidades e benefícios, além de buscar a configuração de um novo modelo de implementação de projetos centrados em parceria, corresponsabilidade e participação (IRVING, 2009).

3.4 Planejamento

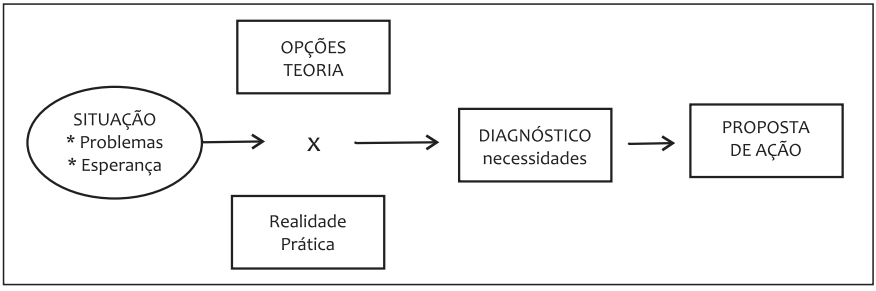
O planejamento é aqui conotado como o ato de organizar a atividade atual e a projetar para o futuro. De acordo com Maximiano (2004), entende-se por planejamento a atividade de se definir um futuro desejado e de se estabelecer os meios pelos quais este futuro será alcançado.

Mitraud (2003, p.34) concorda ao afirmar que "o planejamento pode ser entendido como a definição de estratégias e meios para sair de uma situação atual visando alcançar uma situação futura desejada". Segundo Kotler e Armstrong (2003, p. 33), "o planejamento encoraja a administração a pensar sistematicamente no que está acontecendo e no que acontecerá".

Com base nesses conceitos, devemos considerar o planejamento como um instrumento que auxilia a ampla compreensão de uma realidade, analisando um problema central e criando propostas para solucioná-lo, resultando, assim, na elaboração de um plano de ação para combatê-lo. Para isso, conta com a participação conjunta dos moradores, instituições governamentais e não governamentais na criação de elos que promovem compromissos sociais.

Gandin (2010) acrescenta que o planejamento é uma intermediação entre as ideias e a ação; é quando, diante de uma situação sobre a qual se pretende intervir, é realizado um diagnóstico, composto de uma identificação da realidade à luz da teoria (ou situação ideal), para que se alcance uma proposta de ação (plano). Desta forma, o autor esquematizou um diagrama (figura 2), transmitindo a noção de planejamento.

Figura 2 - Modo de aplicação do planejamento.



Fonte: GANDIN, 2010, p.46.

Diante do exposto, é possível observar que as propostas de ação são estruturadas seguindo um planejamento, analisando a situação, buscando as teorias conforme as especificidades do local, elaborando um diagnóstico com essas informações de forma participativa, e, só assim, realizando uma proposta que vai ao encontro dos anseios da comunidade na busca de benfeitorias.

Em consonância a este esquema foi desenvolvido este trabalho; buscou-se estabelecer de forma organizada as etapas para um planejamento criterioso, integrado, participativo e sustentável. Trazendo essas práticas para a realidade local, é notória a importância no campo do turismo, pois é com base em suas premissas e conceitos que se desenvolvem dinâmicas que trazem o equilíbrio entre ambiente e a comunidade receptora.

Quando se aplica o planejamento dentro de uma comunidade, está dando a ela uma alternativa para o crescimento econômico, desenvolvimento de estratégias para o subsídio da matéria-prima, que pode ser oriunda do extrativismo, fruticultura e outras.

É importante compreender o papel do turismo em uma comunidade receptiva, pois é através dele e de suas atividades que se podem traçar planos para que haja uma qualidade de vida e harmonia entre o público interno e externo. Dias (2008, p. 154) complementa que "o planejamento do turismo pode e deve converter-se em importante ferramenta para se alcançar a sustentabilidade econômica, sócio cultural e ambiental dos espaços locais (...)".

Partindo deste ponto de vista, podemos compreender que o ato de planejar, requer um profundo conhecimento da evolução desse processo, desde sua essência de organização do espaço até no âmbito do intelecto, no qual é subdividido nas áreas de atuação. Neste caso, no turismo nas comunidades de base comunitária.

Resultados e discussão

Perfil Produtivo e Socioeconômico da Comunidade Caripi/PA

Analisando os dados coletados durante as entrevistas, verificou-se que, dentre os 16 entrevistados, 75% são homens e 25% são mulheres, 56% com faixa etária entre 51 e 70 anos; 25% têm de 31 a 40 anos; 13% têm de 41 a 50 anos. A maioria mora há muito tempo na Comunidade, ultrapassando 5 anos (62%) e 38% nasceram na Comunidade.

Dentre os proprietários, 56% são casados, 19% possuem união estável, 19% são solteiros e 6% são viúvos, não possuindo nenhum divorciado. A média de filhos é 5,5 variando entre um e dez filhos. Ao serem questionados sobre o número de pessoas que moram na residência, a resposta variou de 1 a 10 pessoas, com uma média de 4,5 pessoas.

Sobre a escolaridade, foi constatado que 56% dos entrevistados estudaram até o ensino fundamental incompleto (1º a 4º série), 13% estudaram o ensino fundamental completo e outros 6% finalizaram o ensino médio. Referente ao ensino superior, 13% estão cursando e 6% já finalizaram. Desse montante, 6% não possui instruções.

Conforme informação coletada no inventário aplicado na OPP2, existe na comunidade apenas o ensino fundamental (1º a 5º série). Com isso, para dar sequência aos estudos, os alunos devem, após essa etapa, se deslocar para o município de Cametá. Diante dessa realidade, analisando os dados apresentados, foi observado que o nível escolar dos proprietários e seus cônjuges é relativamente baixo, pois muitos acabam desistindo ao finalizar o ensino até 4º série, devido à necessidade de se deslocar para a cidade. Já em relação a seus filhos, quanto ao grau de escolaridade relativizando por faixa etária, foi possível observar que a situação da escolaridade familiar melhorou comparado ao chefe da família.

Para compilação melhor dos dados, foi estruturada a figura 3, apresentando informações referentes à moradia dos 16 ribeirinhos entrevistados.

Figura 3 – Tabulação referente às especificações das moradias da Comunidade estudada.

Informações	Respostas
Tipo de residência	56% madeira 25% alvenaria 19% madeira e alvenaria
Localização das casas	87% na beira do rio 13% em terra firme
Energia elétrica Abasatecimento de Água Instalações sanitárias	Todas as casas possuem energia elétrica 81% poco artesiano 13% Poço escavado 6% Rio, riacho ou vazante 44% fossas suspensa e de madeira 44% sanitário com fossa séptica 12% não possui sanitário
Descarte dos dejetos (lixo)	93% prática de queima 7% Lixão
Eletrodoméstico: Nº correspondente ao quantitativo de propriedades * prop = propriedade	16 prop com Fogão - Todas possuem 14 prop com Televisão 13 prop com Geladeira 12 prop com Liquidificador 12 prop com Máquina de lavar roupa 12 prop com Rádio 08 prop com Aparelho de som 02 prop com computador

Fonte: DONATO (2016)

A razão desse levantamento justifica-se pelo fato de que, para receber visitantes no futuro, algumas propriedades terão que produzir a alimentação, principalmente no armazenamento do alimento e na produção de suco de frutas para consumo do turista, é necessário, então, conhecer especificidades de suas propriedades.

Referente à distribuição de fonte de renda, foi realizado um pareamento das opções que colaboram para o incremento da renda familiar. Notou-se que o benefício social apresentou a maior participação, com 25%,

seguido da pesca artesanal e da agricultura familiar, ambas com 22% de aquisição de renda e, por fim, o extrativismo (13%).

Os moradores se auto definem "pescadores extrativistas da agricultura familiar", pois cada uma dessas atividades possui uma dinâmica específica, ou seja, no denominado inverno, que é o período de cheia (janeiro a junho) a pesca é a atividade principal. De março em diante ocorre a safra do camarão regional. E entre agosto e novembro acontece o período da safra do açaí.

No que se refere à renda familiar, os dados indicam que 50% das famílias recebem apenas 1 salário mínimo, 44% de 2 a 3 salários mínimos e apenas 6% acima de três salários. A renda familiar mensal da comunidade de Caripi está abaixo dos índices brasileiros, o que reforça a exclusão social dessa população segundo o conceito de exclusão social do IBGE (2014). Ao serem questionados sobre quantas pessoas contribuem para a renda familiar, foi observado uma média de 2,5 pessoas que contribuem na casa.

Outra contribuição para composição da renda familiar são os benefícios sociais, nota-se um percentual significativo que acessam aos benefícios (75%), provinda grande parte do programa Bolsa Família, aposentadoria e seguro defeso.

Quanto às atividades econômicas, as famílias apresentaram várias atividades concomitantemente realizadas em suas propriedades. Pimentel e Eid (2000) citam que a diversificação da produção se constitui numa característica da agricultura familiar. Assim, nessa região considerada de várzea, predomina a produção familiar tanto na agricultura de subsistência como no extrativismo vegetal de espécies florestais e na pesca.

Nota-se que o percentual entre agricultura familiar (36%), extrativismo (29%) e pesca (32%) é extremamente pequeno, destacando que na comunidade o Cacau (*Theobroma cacao*) e o Cupuaçu (*Theobromagrandiflorum Schum*) estão na classificação de agricultura familiar, visto terem sido implantados.

Já no extrativismo, foi possível verificar a porcentagem de comercialização do produto, tendo a exploração do açaí (*Euterpe oleracea)* com 42%, se intensificando cada vez mais, uma vez que este é um dos principais produtos da economia local, seguido pela pupunha (*Bactris gasipaes*) com 19%, e o pequiar (*Caryocar brasiliense*) com 15%.

A pesca artesanal segue em predominância com as demais atividades, sendo realizada com apetrechos e materiais construídos artesanalmente pelos próprios pescadores como, por exemplo, o matapi, o pari, o caniço e o acerco (malhadeiras ou redes de pesca), dentre outros. O pescado e o camarão ficam com a mesma importância na comercialização, sendo as espécies mais capturadas a pescada branca e o mapará (culturalmente um identificador da cultura dos cametaenses).

Costa (2006, p.273) afirma que "o peixe, junto com o camarão, são os principais produtos que os ribeirinhos se abastecem a partir do rio Tocantins". Ambos representam 32% da renda familiar, mesmo ocorrendo uma baixa oferta nos primeiros seis meses do ano e em especial no final do período de inverno, além do seu uso para abastecimento e consumo próprios.

Quanto à horticultura, os dados apresentam apenas 3% de representatividade, caracterizada pelo cultivo de hortaliças e também ervas medicinais em pequenos canteiros suspensos, como espécies que servem de tempero. Os legumes e hortaliças não contribuem com a renda e, consequentemente, 56% alegaram não possuir o hábito do cultivo. Esses dados contradizem com a porcentagem de consumo, visto que 63% responderam que consomem sempre e 31% só consomem às vezes.

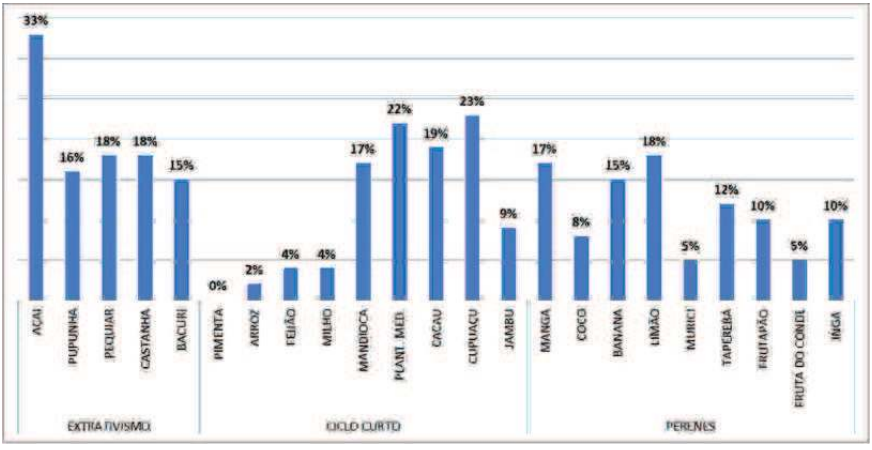
O gráfico abaixo apresenta a variedade de vegetação encontrada nas propriedades dos entrevistados, cultivadas à medida que se distancia da casa em direção à floresta, em conjunto também com as espécies da mata nativa. Desta forma, as espécies foram organizadas para análise conforme os tipos de usos dos recursos naturais: extrativismo e a forma de plantio (ciclo curto e perenes).

Na sistematização dos dados em relação com as atividades de comercialização, portanto, foi possível verificar que nem todas as espécies de vegetação diagnosticadas contribuem com a renda familiar, sendo mais utilizadas para consumo próprio.

Dentre as espécies frutíferas perenes apresentadas, destacam-se o limão (18%), manga (17%), banana (15%), taperebá (12%), seguido pelas demais de menor porcentagem. Os dados retratam que a fruticultura nessa região é quase sempre feita em consórcios (COSTA, 2006; APACC, 2010),

visto ser uma alternativa viável para os agricultores familiares pelo baixo impacto ambiental. Consideramos que uma das bases da atratividade para o TBC se dá pela oportunidade de conhecer e usufruir tanto das frutas *in natura* como de seu beneficiamento.

Figura 4 – Espécies de vegetação que mais circundam as propriedades.



Fonte: DONATO (2016)

No que diz respeito às espécies de ciclo curto, nota-se que as plantas medicinais (22%) estão presentes em grande parte das propriedades. Em algumas casas é possível encontrar canteiros suspensos e espaços bem organizados para utilização de tratamentos caseiros contra enfermidades. Mas, apesar de sua abundância, sua participação na renda familiar é inexpressiva. A mandioca aparece com 17% de representatividade nas propriedades, e sofre um processo de transformação para a preparação da farinha e de outros derivados.

As espécies do extrativismo aparecem em grande proporção nos lotes, entre os mais citados estão o açaí (33%), pequiá e castanha (com 18% cada). Todas essas espécies citadas são utilizadas na dieta alimentar das famílias e consumidas diariamente conforme a época do ano.

Menos expressivas, as oleaginosas estão também presentes nos lotes dos ribeirinhos. Dentre os moradores entrevistados, 7% possuem a árvore da úcuuba (*Virola surinamensis)*, mas ela está sem aproveitamento pelos

moradores de Caripi, os quais reivindicam aprendizagem para realizar seu manuseio e comercialização. A andiroba *(Carapa* guianensis), árvore da família Meliaceae, aparece com uma pequena representatividade de 1% nas propriedades.

Diante de toda biodiversidade analisada nesta pesquisa, foi possível observar que a manutenção da diversidade natural é estimulada pela valorização do cultivo de espécies perenes (algumas nativas) e ainda pelo abandono da agricultura de corte e queima, o que contribui muito para sustentabilidade do ambiente.

Ao serem questionados sobre o que gostariam de produzir em sua propriedade, 47% mencionaram que gostariam de cultivar horta, 25% peixe de tanque, 10% camarão, 6% frango, entre outros mais. Diante desses desejos, os moradores alegam que os maiores empecilhos são a questão financeira (43%), falta de espaço (15%), terreno inapropriado (14%), assistência técnica (7%), entre outras justificativas mais específicas em cada propriedade.

Dentre os entrevistados, 50% alegaram que nunca receberam algum tipo de assistência técnica; os que obtiveram o receberam pela APACC, sendo 7 propriedades (44%) das 16 pesquisadas, e 1 propriedade (6%) atendida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Quanto à participação em organizações classista-sindicais, 19% alegam que não são filiadas; dos que participam, 56% são filiados ao sindicato, que nesse caso é a Colônia de Pescadores Z16, 12% são de associação e 13% marcaram a questão "outros".

Sob o enfoque do turismo, foi possível identificar que hoje a comunidade Caripi não realiza nenhum tipo de turismo organizado, sendo que algumas propriedades recebem esporadicamente alguns visitantes/ estudantes para conhecer o que cultivam, sem nenhum retorno para a localidade. Assim, 100% dos entrevistados demonstraram interesse em participar do desenvolvimento do TBC em sua comunidade.

Além dos fatos acima expostos, e correlacionando os princípios do TBC com a realidade da comunidade Caripi, buscou-se saber se o

proprietário da sede hospedaria um visitante em sua casa para pernoitar, caso fosse necessário, 88% disseram que sim, 6% não hospedaria.

Os dados produzidos mostram a riqueza da biodiversidade existente nessa localidade, tanto nas atividades produtivas comumente praticadas, como no extrativismo vegetal e na pesca artesanal. Além da presença de outras atividades menos frequentes como a criação de pequenos animais, piscicultura, cultivo de sistemas agroflorestais (SAFs) e de outras espécies, sendo consideradas potencialidades para o desenvolvimento do TBC.

Neste sentido, a comunidade de Caripi, segundo as matrizes do estudo realizado nas propriedades ribeirinhas, apresenta princípios de atratividade para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, com ênfase na agricultura familiar.

Procedimentos metodológicos para implementação de tbc na comunidade caripi

Utilizando como base as fases apresentadas na figura 1, estruturadas pela metodologia da pesquisa-ação-participante, serão apresentados aqui os procedimentos metodológicos desenvolvidos para implementação do TBC, os quais estão estruturados no quadro abaixo, em que é apresentada cada fase e sua subdivisão, totalizando sete passos.

Quadro 1 – Fases da pesquisa com suas atividades e ferramentas.

FASES	PASSOS	ATIVIDADE / INSTRUMENTO	FERRAMENTA PARTICIPATIVA
FASE 1 Concepção e construção do diagnóstico	1º Passo	Momento Investigativo: identificação e organização dos atores do projeto; seleção da área com visitas exploratórias preliminares e de observação; levantamento e elaboração de um marco teórico comum.	Entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave; Visitas exploratórias; Diário de campo; Matriz de resumos; Coleta de dados secundários.

FASE 1 Concepção e construção do diagnóstico	2º Passo	Oficina de Planejamento Participativo (OPP1): Diagnóstico com palestra de sensibilização sobre a importância do planejamento participativo com a apresentação do projeto, aplicação do Diagnóstico (levantamento do macro e microambiente – Análise SWOT), ferramenta Matriz Analítica e aplicação dos questionários semiestruturados.	Diagnóstico/Análise SWOT; Chuvas de ideias ou Brainstorming; Matriz Analítica; Questionários semiestruturados.
	3º Passo	Desenvolvimento da proposta em formato de Projeto para ser contemplado pelo edital de extensão da DEX/IFPA para formação de uma equipe interdisciplinar.	Projeto de extensão com equipe interdisciplinar.
	4º Passo	Reconhecimento sensorial da área – Visita *in loco* na comunidade e aos atrativos identificados para realizar o levantamento de dados básicos da atual situação geoambiental (físico-biótica e socioeconômica) necessários a identificação espacial de dados e análise das potencialidades. Aplicação dos questionários semiestruturados aos pescadores artesanais ausentes nas OPPs. Observação da infraestrutura disponível na localidade.	Coordenadas Georreferenciadas (GPS). Diário de campo. Questionários semiestruturados

FASE 2 Planejamento participativo	5º Passo	Oficina de Planejamento Participativo 2 (OPP2): Levantamento das potencialidades, com aplicação da ferramenta Inventário turístico. Escolha dos cursos de interesse da Comunidade. Calendário sazonal e slide-áudio e proposta de produtos alimentícios da biodiversidade para se trabalhar na área da gastronomia.	Inventário turístico; Calendário sazonal
FASE 3 Construção e validação dos produtos finais	6º Passo	Sistematização das informações levantadas - Perfil Socioeconômico da Comunidade Caripi/PA. Compilação das informações para estruturação de produtos na busca de desenvolver do turismo de base comunitária. Reunião interna para validação do direcionamento e objetivos.	Perfil Socioeconômico Tabulação e gráficos
	7º Passo	Apresentação e validação das propostas/Produtos. Apresentação aspectos prioritários para seu desenvolvimento do TBC	Mapas temáticos; Folder; Proposta dos cursos e prioridades de TBC.

FASE 1 - CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO.

1º Passo – Momento Investigativo

O primeiro passo foi a identificação da localidade que iria compor o universo da pesquisa, ou seja, aquelas localidades que poderão contribuir com a proposta de implantação do planejamento participativo de base comunitária.

Conforme Pinto (2014, p.165), "o objetivo do momento investigativo é produzir um conhecimento, uma compreensão da problemática e do grupo, concomitante da percepção coletiva". Em outras palavras, este momento procurará identificar e selecionar a área de estudo, organizando-se de maneira sistemática, com a ajuda da teoria e de contatos com pessoas, grupos, órgãos que tenham informação, conhecimento ou experiências diretas com a população. Além disso, organizar-se-á a base teórica, que servirá para articular e analisar as informações, fatos, dados, com os conceitos básicos.

O processo de seleção da comunidade da mesorregião do Nordeste Paraense ocorreu de maneira participativa, ponderando a amplitude da região com cerca de cento e doze ilhas pertencentes ao Município de Cametá. Contou-se assim com a contribuição de várias entidades do poder público e privado, instituições, organizações e principalmente a própria comunidade. A metodologia desenvolvida foi baseada em "entrevistas semi-estruturada com informantes-chave".

O objetivo foi detectar, levantar e catalogar informações básicas para a escolha de qual comunidade seria interessante realizar a execução do trabalho. Esses contatos permitiram a escolha de três comunidades pertencentes à região de Cametá, sendo uma localizada na região das Ilhas (comunidade de Cuxipiri), uma em terra firme (comunidade Cametá-Tapera) e uma na região de Várzea (comunidade Caripi).

Durante essas visitas exploratórias, foram coletadas informações prévias sobre as comunidades, além de levantamento de algumas características do meio biofísico (tipos de biomas, ecossistemas e características de vegetação). Tudo foi registrado no diário de campo.

Dentre as comunidades visitadas, foi selecionada a comunidade Caripi como objeto de estudo. Estabeleceu-se um recorte específico na área para delimitar o território e identificar com maior precisão as propriedades interessadas em participar do projeto. Os atores convidados foram agricultores familiares, sendo que suas propriedades foram renomeadas na ordem alfabética, seguido do primeiro nome do responsável pela gestão de cada unidade familiar.

2º passo - Oficinas de Planejamento Participativo (OPP)

O segundo passo culminou na realização de Oficinas de Planejamento Participativo (OPP1) com os moradores da comunidade Caripi, na busca de informações relevantes para o trabalho que geraram reflexão junto aos agentes que compõem o universo a ser pesquisado. Os resultados da oficina foram:

• Caracterização do cenário atual da comunidade, identificando necessidades para o aprimoramento e coleta de informações;

• Aplicação do diagnóstico (levantamento do macro e microambiente – análise SWOT), chuvas de ideias e ferramenta Matriz Analítica;

• Identificação das dificuldades e potencialidades da Comunidade;

• Aplicação dos questionários semiestruturados.

• A oficina contribuiu com a primeira fase da coleta de dados para a elaboração do diagnóstico da comunidade, permitindo iniciar a sistematização dos dados e das experiências.

FASE 2 - PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

3º passo – Formação de Equipe Interdisciplinar

Levando em consideração a amplitude da proposta, observou-se a necessidade de ampliar a equipe executora com demais colaboradores. Interatuam, nessa equipe, pesquisadores de diferentes áreas e níveis de graduação, sendo de preferência correlatas às áreas de abrangência do projeto.

Entre as estratégias formuladas, foi definida a ampliação da equipe com voluntários possuindo formação técnica ou profissional em áreas de envolvimento do projeto, além do apoio dos mobilizadores ou agentes comunitários, os quais foram indicados pelos próprios moradores. Desta forma, foram estabelecidas quais áreas necessitavam de profissionais para colaborar no desenvolvimento do trabalho, considerando a disponibilidade e a realidade local. Dentre elas estão: Bacharel em turismo, Técnico em Agropecuária, Técnico de Agroecologia, Técnico em Agrimensura, Técnico Eventos e Engenheira de Alimentos.

Para Pinto (2014. p.163), "a equipe interdisciplinar é aquela integrada por pessoas com distintas especializações ou orientações profissionais e com experiência variadas".

4º passo – Reconhecimento Sensorial da área

O reconhecimento sensorial da área de estudo se deu pelas visitas *in loco* nas propriedades que se propuseram a participar da proposta de TBC na Comunidade Caripi pertencente à região de várzea, especificamente nas propriedades identificadas nas fases anteriores.

Por meio da observação da infraestrutura disponível na localidade, foi feito o georreferenciamento com uso do receptor GPS e registros fotográficos. O objetivo desse passo foi realizar a coleta de coordenadas geográficas dos agroecossistemas familiares, realizadas com a utilização de equipamento *Global Positioning System* (GPS) (modelo GARMIN; DATUM SAD 69). Ou seja, foi realizada a identificação espacial das áreas/propriedades em que se dispuseram realizar as atividades de TBC, para elaboração dos mapas e demais materiais.

5º passo – Oficina de Planejamento Participativo - Levantamento das Potencialidades (OPP2)

A Oficina de Levantamento das Potencialidades buscou identificar os arranjos socioprodutivos de base comunitária que podem ser agregados ao desenvolvimento local, reforçando o saber fazer dos sujeitos locais e as práticas produtivas sustentáveis. Os resultado da oficina foram:

- Apresentação do vídeo – Modelo de TBC da Amazon Sat;
- Aplicação do Inventário turístico com a apresentação do resultado da análise SWOT;
- Levantamento das potencialidades de cada propriedade;
- Calendário sazonal participativo dos produtos da biodiversidade;
- Slide-áudio de possíveis produtos para se trabalhar na área gastronômica.

A proposta de apresentação do vídeo objetivou mostrar uma realidade semelhante ao desenvolvimento do TBC na comunidade amazônica Tupé no Estado do Amazonas, como exemplo de uma das propostas que deram certo na região Norte do Brasil. O resultado foi positivo, pois muitos se identificaram e entenderam melhor como pode ser sua participação nesta ação.

A aplicação do inventário visou estabelecer quais os arranjos socioprodutivos de base comunitária possui a comunidade, e quais podem ser desenvolvidos no futuro por meio de cursos e oficinas de aprendizagem, considerados como futuras potencialidades turísticas. Esse levantamento teve como base o trabalho realizado por Monteiro *et al*. (2015) com experiências com comunidades tradicionais, o qual visou buscar informações de atrativos que a comunidade gostaria que representassem sua identidade. Para isso, foi realizado um "Levantamento Oral e Integrado", no qual os participantes foram estimulados a listar os atrativos e serviços oferecidos, denominados no quadro como potencialidades.

Considerando que a região em estudo apresenta uma rica biodiversidade com inúmeras espécies arbóreas e arbustivas, foi necessário identificar as espécies que mais se destacavam, e estruturá-las em função da estação do ano. Essa etapa foi designada como "Calendário Sazonal", que evidencia os ciclos naturais e sociais de acordo com a estação do ano (FARIA e NETO, 2006; GEILFUS, 2009; VERDEJO, 2010).

Ao final, foi possível detectar quais produtos poderiam ser desenvolvidos de acordo com cada mês do ano, considerando os períodos de produção e a dinâmica do rio, possibilitando a realização de atividades de forma consorciada. Essa ferramenta permitiu estruturar um calendário gastronômico de visitação conforme a época do ano.

Ao final, a engenheira de alimentos apresentou um vídeo-áudio denominado "Estudo dos Produtos Alimentícios" com o conteúdo específico para a comunidade, seu embasamento se deu na análise da pesquisa aplicada aos atores na primeira oficina. Realizou-se uma reflexão de que produto alimentício pode abordar a sociobiodiversidade, podendo ser um produto regionalizado, o qual irá caracterizar o território e a valorização da cultura.

Neste contexto, foram apresentados aos partícipes cinco produtos da biodiversidade que existe em abundância na comunidade, para reflexão das possibilidades. Isso feze com que os atores expressassem qual produto alimentício caracterizava mais a identidade da região para que pudessem buscar no futuro a realização de um curso de fabricação desses alimentos para comunidade Caripi.

FASE 3 - CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DOS PRODUTOS FINAIS

6º passo – Sistematização das informações levantadas.

O sexto passo é a compilação de todas as informações para estruturação de produtos que poderão auxiliar no desenvolvimento do TBC. Segundo Pinto (2014), tenta-se recolher tudo: diagnóstico, dados censitários existentes e observação participante. Só então pode se proceder uma análise dos mesmos.

Este momento ocorreu internamente (em escritório), com a elaboração de propostas de ação pensadas por meio dos dados coletados nas saídas de campo, realizando o processamento, tabulação e análise de todas as informações coletadas, com geração de tabelas, gráficos e quadros que retratem os apontamentos obtidos durante os momentos participativos, buscando sistematizar as informações obtidas.

É nessa fase que se concebe a elaboração do plano de implementação de TBC na comunidade Caripi, com a produção dos mapas, folder e formatação do roteiro, tendo como base todos os dados coletados, analisados e estruturados.

7º passo - Apresentação e validação das propostas/produtos

O último momento é o de apresentar à comunidade os resultados de todo o trabalho desenvolvido por meio de propostas para os encaminhamentos necessários a implementação do plano de TBC. São esses os objetivos da etapa:

Validar o diagnóstico de atrativos e potenciais observados na comunidade;

Apresentar os mapas temáticos (de potencialidade e de atrativos);

Exibição do folder da Comunidade Caripi.

Apresentação aspectos prioritários para seu desenvolvimento do TBC.

Foram apresentados aos participantes os produtos, dando a oportunidade para que todos observassem e dessem suas opiniões, tendo em vista que o processo decisório deve contribuir, essencialmente, para validação do produto.

Conclusão

A partir do diagnóstico realizado na comunidade, foi possível conhecer suas necessidades e suas potencialidades, destacando a riqueza de sua sociobiodiversidade e o interesse da comunidade em desenvolver uma ação que traga melhores condições de vida, sem prejudicar seu ambiente. Diante desses fatos, sustentando-nos na análise e avaliação dos dados obtidos pela pesquisa-ação-participante, foi possível criar uma metodologia que apresentasse passos para iniciar a implementação de TBC em uma comunidade ribeirinha e propor ações para tornar o turismo de base comunitária uma estratégia de desenvolvimento sustentável para essa localidade.

Assim, com o uso do Diagnóstico Rural Participativo foi viável identificar alternativas de ações ligadas ao meio ambiente e atividades turísticas, garantindo a participação dos agricultores familiares de forma organizada nos processos de planejamento e desenvolvimento de projetos, na busca de alternativas para aumentar o orçamento familiar e trazer melhorias e qualidade de vida para comunidades tradicionais. Além disso, pôde-se proporcionar a conscientização da comunidade sobre a valorização e preservação de sua flora e fauna.

Na execução das fases da pesquisa, foi possível identificar os atores e parceiros, executar a construção do diagnóstico da localidade e constituir uma equipe interdisciplinar que colaborou na concretização de cada passo. Tornou-se viável, também, realizar o reconhecimento sensorial da área que possibilitou a obtenção dos dados para o mapeamento e compilação das informações. Todas essas ações contribuíram para demonstrar as potencialidades da sociobiodiversidade existentes na comunidade Caripi.

Incentivando, portanto, a formação de articulações e ações que fortaleceram os arranjos produtivos locais na elaboração de produtos exequíveis que colaborarão para o futuro desenvolvimento de TBC na comunidade Caripi, foi possível verificar suas inúmeras potencialidades a partir de seus produtos da sociobiodiversidade (fauna, flora e patrimônios imateriais). Detectamos alternativas para desenvolver o TBC, visto a riqueza existente na região pesquisada.

Referências

APACC – Associação Paraense de apoio às Comunidades Carentes; ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. **Redes Locais Tecendo Saberes Agroecológicos**: a experiência da APACC de extensão rural na região Tocantina (Pará), 2010. Disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=902>. Acesso em: maio de 2015.

BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Em: Estudos Avançados, vol.19, nº 53. p.71-86, 2005.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

BOFF, L. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BRASIL. Instituto Marca Brasil. **Rede de cooperação técnica para a roteirização**: manual de orientações metodológicas. 2 ed. Brasília: Instituto Marca Brasil, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário –MDA; Ministério do Meio Ambiente, MMA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDA. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, 2009b.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). **Turismo e sustentabilidade**: Orientações para prestadores de Serviços Turísticos. Guia. Brasília, 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária:** desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clovis. **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2001.

CANTO, Otavio do. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2007. 167 p. (Coleção Eduardo Galvão)

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. O turismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A. e RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Elementos para o Debate acerca do Conceito do Turismo Rural.** Turismo em Análise. v 21, n. 1, 2010, p. 3-24. <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14203/16021> Acesso em 2 out. 2015.

CARDOSO, A. C. *et al*. Planos Diretores no Tucupi: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: CARDOSO, A. C.; CARVALHO, G. (Org.). **Planos diretores participativos**: experiências amazônicas. Belém: EDUFPA, 2007,

COOPER, Chris; HALL, Michael; TRIGO, Luiz Godoi. **Turismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CORIOLANO, Luzia N. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R. SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: UFRJ, Letra e Imagem, 2009. p. 277 – 288.

CORIOLANO, Luiza Neide M. **Turismo e Natureza**. Fortaleza: EDUECE, 2007.

COSTA, Gilson S. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

COSTA, Nilson L; SANTANA, Antônio C; BASTOS, Ana Paula; BRUM, Argemiro. Desenvolvimento tecnológico, produtividade do trabalho e expansão da Cadeia Produtiva da Soja na Amazônia Legal. In SANTANA, Antônio Cordeiro de (org). **Mercado, cadeia produtiva e desenvolvimento rural na Amazônia**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2014.

DAL SOGLIO, Fábio Kessler. Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação? In: GUERRA, Gutemberg Armando D.; WAQUIL, Paulo D. (org.). **Desenvolvimento Rural sustentável no norte e no sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. 4. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

EID, Farid; CHIARIELLO, Caio Luis. **Organização de cadeias produtivas sob controle dos trabalhadores e desenvolvimento rural.** *In:* Terceira Margem Amazônica. Outras expressões. São Paulo. v1, n1. 2012

FARIA, Andréa da C; NETO, Paulo Sérgio Ferreira. **Ferramenta do Diálogo** – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006.

FAPESPA - **Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará**. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/?q=content/diagn%C3%B3sticos-para-ppa-2016-2019>. Acesso em: abril, 2015.

FERREIRA, Victor H. Moreira. **Teoria geral do turismo**: livro didático. 2. ed. rev. Palhoça : UnisulVirtual, 2007.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GEILFUS, Frans. **80 Herramientas para el desarrollo participativo**: diagnóstico, planification, monitoreo y evaluación. San José, Costa Rica: IICA, 2009.

GÓMEZ, C. P. *et al*. **A participação da comunidade no Turismo de Base Comunitária**: um estudo de múltiplos casos. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 263-279, ago. 2016.

KOTLER, Phillip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 9ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Cidades.** Disponível em: http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=150210

&search=para|cameta|infograficos:-dados-gerais-do-municipio. Acesso em: Out. 2014.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? *In:* BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108 - 119.

LIMA, Adilson Viana. **Desenvolvimento Sustentável**: reflexões conceituais para a Amazônia. In: Terceira Margem Amazonica / Outras Expressões.- v.1, n.1 São Paulo : Outras expressões, 2012.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia:** uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Estudos Avançados (USP), vol. 16, nº 45. p.107-121, 2002.

MALVEZZI, Mariana. **Sustentabilidade e emancipação**: A gestão de pessoas na atualidade. São Paulo: Editora Senac, 2013.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária** - diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MITRAUD, Sylvia. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MONTEIRO, Patrícia Ortiz; NAVARRO, Flávia C. Suárez; SIMOES, Eliane e BUOLOTTI, Juliana M. **Turismo de Base Comunitária e Planos de Negócios**: uma experiência com comunidades tradicionais. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2015.

MONTIBELLER, Francisco Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2ª ed. Florianópolis: ed. Da UFSC, 2004.

MORAES. Werter V. de. **Análise do ordenamento dos atrativos de turismo de base comunitária no território da serra do brigadeiro – MG.** Tese *DoctorScientiae.* 2011.

MOURÃO, Roberto M. F. **Manual de melhores práticas para o ecoturismo.** Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004.

NICODEMO, Leonardo Pivotto; NICODEMO, Sinara Cybelle T. e Silva. **Indicadores de sustentabilidade ambiental para avaliação de empreendimentos hoteleiros**: estudo de caso da Praia de Ponta Negra-Natal- RN. 62ª Reunião Anual da SBPC. Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/1725.htm>. Acesso abril de 2016.

OLIVEIRA, Taís N.; BRANDÃO, Laryssa P.; PENA, Heriberto. **Análise da dinâmica da estrutura produtiva do município de Cametá, Amazônia-Brasil**. Disponível em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/economia-cameta.html>. Acesso março 2015.

OPPLIGER, Emilia A.; FONTOURA, Fernanda M.; OLIVEIRA, Ademir K.M.; TOLEDO, Maria C.B.; SILVA, Mauro H.S.; GUEDES, Neiva M.R. **O potencial turístico para a observação da avifauna em três áreas verdes na cidade de Campo Grande, MS.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, pp. 274-292, São Paulo, 2016. Disponível em <https://rbtur.org.br/rbtur/article/viewFile/789/715>. Acessado em 29 abril de 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins**: Resumo Executivo. Belém, 2009

PDA – Subprograma Projetos Demonstrativos. **Cametá – Acordos de pesca: uma alternativa econômica e organizacional.** Brasília: PDA, 2006.

PIMENTEL, Andréa Eloisa Bueno; EID, Farid. **As cooperativas de reforma agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda.***In:* VII Simpósio de Engenharia de Produção - SIMPEP. Bauru, UNESP, 2000.

PINTO, João Bosco Guedes. **Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação**: textos selecionados e apresentados. Belém: UFPA, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

RESQUE, Antonio Gabriel Lima. **Processos de modificação e a sustentabilidade de agroecossistemas familiares em comunidade de várzea do município de Cametá – PA**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: **Estudos Avançados**. v. 9, n. 25. São Paulo: Edusp. 1995.

SAMPAIO, Carlos; LESAMA, Manoel F; ARAUJO, Jussara R; MENDEZ, Edgardo O. **Perspectiva do turismo, solidário e sustentável.** In: SAMPAIO, Carlos; HENRÍQUEZ, Christian; MANSUR, Cristiane. **Turismo comunitário, solidário e sustentável**: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**: **potencialidade no espaço rural brasileiro.** In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da. **Agricultura familiar**: elementos teóricos e empíricos. Revista Agrotrópica, Itabuna, v.19, p. 21-30, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERDEJO, Miguel E. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático DRP. Ver. E Adap. De Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

PERCEPÇÃO TURÍSTICA DA COMUNIDADE SÃO JOÃO DA RDS TUPÉ – MANAUS/AM

Simone Marcela Souza de Carvalho do Nascimento[1]
Karla Cristina Ribeiro[2]
Maria de Nazaré de Lima Ribeiro[3]

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a organização do turismo na Comunidade São João da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RSD Tupé, em Manaus, Amazonas, apresentando a percepção turística dos comunitários e os aspectos relativos ao planejamento para o desenvolvimento do Turismo local. Utilizou-se como metodologia a pesquisa dedutiva e indutiva, sendo descritiva, qualitativa e empírica. O levantamento dos dados contou com visita em campo, com a realização de observação direta e indireta. Os eixos temáticos investigados na pesquisa foram agrupados e apresentados em forma de uma mandala, esquematizando os aspectos verificados. Apesar de estar situada em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e ser dotada de belezas naturais e diversidade étnica, com a presença de caboclos e indígenas, a comunidade do São João ainda carece de iniciativas para fomento ao turismo comunitário, de modo a constituir-se uma fonte de renda alternativa para os moradores. A percepção dos comunitários em relação ao turismo é favorável, e demonstra seu entendimento quanto à necessidade de planejamento e ordenamento para sua implementação, com vistas à sustentabilidade. Porém, os fatores limitantes para a prestação dos serviços turísticos não impediram os comunitários de tomarem iniciativas na atividade. As discussões e reflexões

1 Turismóloga,M.Sc.,professora da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: sdcarvalho@uea.edu.br

2 Turismóloga,M.Sc.,professora da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: kribeiro@uea.edu.br

3 Turismóloga. Especialista em Ecoturismo e Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade Amazônica formada pelo Centro de Ciências do Ambiente de Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisadora e Professora da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: naza.limaribeiro@gmail.com

apresentadas orientam uma continuidade de pesquisas e ações, cujo propósito denota a incessante busca de melhores condições de vida para os moradores da comunidade São João, que em meio a tanta riqueza natural, carece de oportunidades de renda, educação, saúde, saneamento.

Palavras-chave: Turismo; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; planejamento turístico.

Introdução

A prática do Turismo, especificamente em se tratando das Unidades de Conservação (UC) do Amazonas, é um desafio. Dotado de extensa área protegida, desconsiderando-se as Terras Indígenas, o Estado possui 27% do total de seu território delimitado como UCs, incluindo-se neste percentual apenas as UCs federais e estaduais, conforme os dados do Instituto Socioambiental (2017). A criação de áreas protegidas se constitui um instrumento valoroso para manutenção da integridade dos ecossistemas, proporcionando equilíbrio ambiental, com efeitos diretos sobre a preservação das bacias hidrográficas e de espécies animais e vegetais ameaçadas. Além da perspectiva ambiental, ainda há o impacto direto sobre a sociodiversidade, garantindo a permanência de populações tradicionais nestas áreas, como forma de resguardo de sua cultura e patrimônio.

Contudo, efetivamente, esses benefícios não têm se concretizado como deveriam, principalmente em se tratando da geração de renda para as populações tradicionais, pois não se trata apenas de resguardar os ecossistemas, mas de garantir a qualidade de vida daqueles que durante anos foram os responsáveis por isto. De modo geral, as UCs são criadas no papel, mas não são efetivamente implementadas, ou seja, não recebem os recursos (humanos e materiais) e infraestrutura necessários à sua gestão, permitindo o alcance dos objetivos para os quais foram criadas.

Esse cenário pode ser percebido na Comunidade São João, local-base deste estudo, que compõe, juntamente com outras cinco comunidades, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Localizada à margem

esquerda do Rio Negro, a 25 Km do perímetro urbano da cidade de Manaus, a comunidade de São João do Tupé, como é popularmente conhecida, abriga populações tradicionais (indígenas e caboclos), que exercem papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade da fauna e flora local; porém, elas carecem de alternativas e meios para se manterem no local, tanto no que se refere aos recursos financeiros, como também à saúde, à educação, à infraestrutura básica, entre outros.

Neste sentido, acredita-se ser o turismo comunitário um dos caminhos para o empoderamento, geração de renda, incentivo ao trabalho cooperativo e, consequentemente, um meio alternativo para proporcionar melhores condições de vida às comunidades que formam a RDS do Tupé e, particularmente neste caso, à comunidade São João. Para isso, as políticas públicas, a gestão participativa e o envolvimento comunitário devem romper o estado utópico e tornarem-se realidade, garantindo que a comunidade esteja à frente do processo.

O turismo já vem sendo desenvolvido na comunidade, ainda que de forma incipiente, e, de certo modo, desorganizado. Assim, este artigo objetiva refletir sobre a organização de turismo na Comunidade São João da RDS Tupé, apresentando a percepção turística dos comunitários e os passos do planejamento para o desenvolvimento do Turismo local.

A estruturação desse estudo ocorreu com base na realização de um inventário turístico e de seus resultados elaborou-se um diagnóstico turístico da comunidade, em que foram investigados os seguintes assuntos: público-alvo, modalidade turística, infraestrutura, tendências, atrativos naturais e culturais, aspectos econômico, político, social e ambiental. Em se tratando especificamente do turismo na comunidade, foram trabalhados eixos temáticos específicos, organizados em: 1. Diagnóstico da viabilidade da atividade do turismo; 2. Percepção do significado de turismo; 3. Interpretação de um modelo de turismo baseado nos desafios apresentados pelos comunitários.

Em termos metodológicos, o trabalho foi construído com o aporte das teorias sobre o planejamento e a gestão do turismo em UCs, em consonância com pesquisas de campo na comunidade, e nos resultados de uma oficina de integração com os moradores, realizada em maio de 2016.

O planejamento para o desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação: a comunidade São João

Na perspectiva das comunidades que vivem em áreas protegidas, o significado do turismo transpõe a predominância das visões meramente mercadológicas, pois em muitos casos, esse olhar se mostra parcial e desconexo das condições e necessidades dessas pessoas e de seus territórios.

De acordo com Ferreira (1993), a percepção é relacionada a um ato, efeito de adquirir conhecimento ou compreender algo. Nesse sentido, a percepção dos agentes locais refere-se à sua visão e compreensão do ambiente e circunstâncias inerentes a ele. Silva (2005) amplia a ideia, afirmando que a percepção da população local é fundamental para subsidiar o trabalho de participação comunitária em projetos.

No âmbito comunitário, Silva (2005), OMT (2001), Wearing e Neil (2001), Drumm e Wesche (1999) consideram o turismo uma ferramenta capaz de promover o desenvolvimento local, contribuindo com a melhoria nos aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e étnicos das populações envolvidas. Argumentam, ainda, que o turismo é uma atividade capaz de fomentar benefícios na mudança comportamental e nas atitudes dos comunitários para com o meio ambiente. Entretanto, temos a convicção de que para alcançar esse patamar de desenvolvimento, as ações e investimentos devem ter como premissa o bem-estar das populações tradicionais.

Portanto, o processo de organização e planejamento do turismo deve levar em conta todos os componentes relevantes à sua organização e fomento, considerando as necessidades da comunidade. De acordo com a OMT (2001), os objetivos para o desenvolvimento do turismo precisam buscar o equilíbrio entre os fatores econômicos, sociais e ambientais em conjunto com as considerações da comunidade, dos líderes comunitários e do poder público.

Nesse sentido, na comunidade São João, o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo e as questões sociais, ambientais, econômicas e culturais das populações ali residentes consiste, segundo a perspectiva dos comunitários, em melhorar as suas condições de vida, ao mesmo tempo em que desejam a conservação dos recursos naturais existentes no local.

Para alcançar esse ponto, Dias (2003) destaca que os dirigentes (atores locais) devem estar envolvidos no preparo de planos de turismo, avaliando se eles satisfazem o objetivo da atividade turística, otimizando os benefícios econômicos, minimizando os impactos ambientais, socioculturais e alcançando o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, além de oferecer um produto cujos visitantes estejam interessados. A este respeito, Wood (2004) esclarece que o maior interesse dos visitantes que buscam conhecer Unidades de Conservação, como uma RDS, por exemplo, é apreciar os animais silvestres, admirar as paisagens, caminhar em trilhas ecológicas e conhecer a cultura local.

No que tange à análise do mercado, é importante considerar: o tempo e o custo da viagem; o tipo e o número de turistas que poderão ser atraídos por meio de determinada promoção; o que há para ser oferecido; como recebê-los e atendê-los, de acordo com suas demandas. Mas, sobretudo, é fundamental considerar qual o modelo de turismo a comunidade quer adotar, como quer ser reconhecida e qual segmento específico quer explorar.

Orientando-se por essas premissas, Irving (2015, p.63-66) define determinadas condições para o alcance do turismo nas áreas protegidas com bases sustentáveis, que em resumo são: "a base endógena e compromisso com o desenvolvimento local", que expressam a necessidade de ações de planejamento e ordenamento turístico pautadas num pacto social entre os atores locais; "a participação local na elaboração e implementação de projetos e demais iniciativas de desenvolvimento"; o envolvimento da população local, que contribui para o seu efetivo engajamento, além de representar a garantia de que seus interesses coletivos serão considerados; "escala limitada e impactos ambientais e sociais controlados"; ter a compreensão clara de que o turismo pode provocar impactos negativos irreversíveis e, portanto precisa ser organizado a partir da expectativa local, com diretrizes e instrumentos realistas e efetivos para o controle da qualidade ambiental; "geração de benefícios diretos à população local". Ele reitera que as iniciativas de turismo em UCs devem garantir mecanismos e instrumentos para que os recursos gerados pelos projetos de turismo, de fato, possam reverter-se em melhoria das condições de vida da população local.

De outro modo, independente da complexidade na organização e planejamento turístico, deve-se diagnosticar os possíveis impactos

negativos e positivos decorrentes da atividade, como exemplifica Rodrigues (2003), quando ressalta a possibilidade de alterações da paisagem, acúmulo de lixo deixado por visitantes, esgoto domiciliar direcionado aos rios e lagos, compactação do solo pisoteado em trilhas não monitoradas, coleta ilegal de espécies da flora e da fauna, e descaracterização da cultura local. Funari (2003) e Nelson (2004) ainda mencionam que o ambiente é social e cultural e reflete as relações do lugar e, nesse contexto, a visita do turista pode causar danos positivos e negativos.

Nesse sentido, Morin (2000) enfatiza que a cultura está mergulhada num ambiente no qual a população reflete e toma atitudes conforme sua relação com o meio, isto é, as relações do homem com o ambiente se caracterizam por uma combinação de uso. Contribuindo com essa reflexão, Macedo (2001) afirma que as atividades de turismo nas Unidades de Conservação são capazes de proporcionar a preservação de seus recursos naturais, a educação formal e informal, agregar valor cultural a seus atrativos e promover o cuidado com o meio.

O planejamento do turismo também deve contemplar as possibilidades e os desafios para a implementação efetiva da atividade nas comunidades. Nesse estudo, considerou-se entre os principais desafios para o fomento ao turismo na comunidade São João o fator logístico, e como possibilidade favorável ao seu desenvolvimento, a localização. Sobre o exposto, Azevedo (2007, p.157) destaca:

> Asuntos pertinentes al desarrollo de las iniciativas en la Amazônia predomina la tesis de que gran parte de sus dificultades son oriundas del difícil acceso, porque estas se localizan en locales aislados, con ausencia de apoyo de infraestructura y servicios regulares de transportes e de comunicaciones.

O acesso à comunidade São João ocorre exclusivamente por via fluvial que, entre os meses de outubro e dezembro, torna-se difícil, devido ao período de vazante do rio. Portanto, a mobilidade, condição indispensável para o turismo, se constitui um desafio para a comunidade. Freitas (2001) destaca que a lógica da acessibilidade, sobretudo a infraestrutura, está ligada à capacidade planejadora de atingir os destinos desejados, relacionada às oportunidades de mercado, oferecidas e atingidas num dado período de

tempo, ou ainda, operacionalizada por meio da interação de determinado lugar para outro, o que para a atividade turística é fundamental.

Um outro desafio para o turismo na UC corresponde ao quesito infraestrutura. De acordo com Araujo *et al*. (2016), o cenário das UCs na Amazônia é desalentador, pois são criadas, mas não são implementadas, conforme dispõe a legislação vigente. Contudo, a atratividade local, representada pela natureza preservada e peculiaridades do modo de vida da população local, é componente diferencial para um produto turístico e pode se tornar um diferencial competitivo no mercado turístico. Ademais, como benefícios agregados pelo turismo, Nelson (2004) ressalta a contribuição para a comunidade avançar em termos de conservação do meio ambiente, oportunidades de educação, emprego e renda, serviços de saúde, lazer, saneamento, infraestrutura básica, melhores configurações sociais, políticas e possibilidades de tecnologias disponíveis e sustentáveis.

Nessa perspectiva, Souza (2006) defende a gestão participativa nos processos decisórios para orientar os resultados da atividade turística, visando benefícios não apenas em termos econômicos, mas que também promovam a justiça social, a conservação cultural e do meio ambiente, além de permitirem a inclusão da comunidade local nos processos de decisão e gestão.

Portanto, a organização do turismo em UCs perpassa pela ação pública, que deve, articuladamente com outros atores sociais e privados, identificar as informações essenciais para a estruturação de estratégias turísticas, na perspectiva de desenvolver com bases sustentáveis o turismo, beneficiando as comunidades residentes nesses lugares. O princípio fundamental para a estruturação e operacionalização do turismo é a orientação sobre o que é benéfico desejável pela comunidade.

Como resultado do processo de planejamento, pode ser então elaborado um plano de desenvolvimento para o turismo. Segundo Bissoli (2002) e WWF (2003), um plano deve ser capaz de gerar renda, ampliar as receitas, preservar e conservar os patrimônios existentes. Assim, é conveniente fixar prioridades nos objetivos e metas, a fim de orientar posteriormente os principais instrumentos e recursos comprometidos nos métodos de planejamento. Dentre eles especificam-se: 1. Promover a capacitação das pessoas do local para a permanente gestão do

empreendimento; 2. Incentivar a valorização da identidade cultural e recursos naturais da região, tais como agricultura, artesanato, pesca etc.; 3. Promover a prática do planejamento participativo acerca de temas referentes ao ecoturismo; 4. Buscar incentivos para a melhoria e ampliação da infraestrutura de apoio e turística; 5. Implantar o zoneamento turístico na área; 6. Maximizar e redistribuir as receitas do turismo no âmbito do conjunto da comunidade.

Um aspecto relevante a ser considerado no plano de turismo e nas ações estratégicas voltadas a uma UC, e no caso específico do lócus foco desse artigo, que é uma RDS diz respeito ao uso da área. O uso público do espaço deve ser determinado por documento específico, como um Plano de Gestão ou até um Plano de Uso Público. Nesses documentos são estabelecidos, a partir do zoneamento da área, os espaços determinados para o uso, a proteção e a conservação dos recursos naturais, com vistas a garantir e alcançar os objetivos de sua criação. Dessa forma, qualquer iniciativa contemplando o turismo na RDS precisa ser devidamente orientada para os espaços onde o turismo é permitido e em que condições pode ser realizado.

O plano de Gestão da RDS do Tupé vem sendo reformulado desde o ano de 2016 e, precisamente em agosto de 2017, a nova versão foi aprovada pelo Conselho deliberativo da RDS do Tupé. Nesse documento, o turismo, sobretudo o ecoturismo, o de pesquisa, de pesca e o de lazer, são descritos como potencialidades para o desenvolvimento sustentável das comunidades da reserva.

Outra questão a ser considerada num plano para o desenvolvimento do turismo é a utilização dos recursos existentes, a fim de estruturá-los em roteiros, contemplando atrativos naturais (quedas d'água, lagos, trilhas interpretativas, apreciação da flora e da fauna em pontos estratégicos) e atrativos culturais (festas sazonais, danças, rituais, contos, lendas). Para isto, a OMT (2001) ressalta a necessidade de observar também outros pontos como: o acesso (distância, tempo percorrido); segurança; os níveis fluviométricos, por se tratar de acesso fluvial; nível máximo d'água; largura e profundidade do rio; obstáculos (troncos de árvores, pedras etc.). Ou seja, no planejamento e montagem do roteiro turístico, é preciso estudar todos os componentes característicos do ambiente local e das condições, para oferecê-lo ao visitante.

A mandala de eixos temáticos: compreendendo o turismo no São João do Tupé

Para efeitos de melhor estruturação dos conteúdos e resultados obtidos na pesquisa, optou-se por apresentar uma sistematização dos assuntos abordados em eixos fundamentais, distribuídos conforme a similaridade de temas. Para facilitar a visualização do todo investigado, utilizou-se a figura de uma Mandala (Figura 1) inspirada no modelo de Gontijo (2003). Os eixos temáticos foram definidos a partir das teorias sobre o planejamento turístico, relativos a aspectos específicos para esse processo, bem como no levantamento e diagnóstico sobre a comunidade São João e as possibilidades para o turismo no local, oriundas da percepção dos comunitários.

Figura 1 – Mandala de Componentes de organização e planejamento turístico identificados na Comunidade São João da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé



Fonte: Modelo inspirado na Mandala de Componentes de um Plano de Turismo de *Inskeep apud* OMT (2001) e na Mandala da Lapinha da pesquisa de Gontijo (2003).

a) Eixo da percepção turística: a visão e perspectiva dos comunitários em relação ao turismo

No eixo da percepção, observou-se que os moradores locais têm relevante conhecimento sobre o turismo, como percebido na exposição de um comunitário: "é uma atividade que acontece quando pessoas viajam para conhecer lugares diferentes"; "é uma atividade que promove benefícios à comunidade através da preservação ambiental, da cultura e do desenvolvimento sustentável" (informação verbal)[4].

Os resultados evidenciaram que a comunidade percebe o turismo como algo positivo e revela o seu entendimento, ainda que intuitivo, sobre os potenciais benefícios que a atividade poderá trazer. Outra constatação em relação à percepção dos comunitários sobre o desenvolvimento do turismo refere-se à necessidade de planejamento com vistas à sustentabilidade, além da sua integração e agregação com as atividades produtivas que eles já desempenham, constituindo-se em mais uma alternativa econômica.

A Tabela 1 apresenta um resumo das atividades produtivas que os moradores desenvolvem na comunidade. Nesta perspectiva, foi observado o modo de sobrevivência dos moradores, há dez anos (passado), o que existe (presente) e o que a comunidade espera realizar após os próximos dez anos (futuro).

As atividades mais praticadas no passado foram: coleta, caça e pesca. Nos dias atuais, os comunitários produzem o artesanato e praticam o comércio local. Pensando no futuro, os comunitários relataram que, para os próximos dez anos, tem-se a possibilidade de estarem trabalhando com o Turismo, continuando a produção de artesanatos e criando pequenos animais com bicos.

Tabela 1 - Matriz histoeconômica da Comunidade São João – Tupé

Tempo	***- 10 (antecedentes)***	***0 (hoje)***	***+ 10 Anos (Futuro)***
Atividade Econômica	Pesca Caça Coleta	Comércio Artesanato Pesca	Turismo Artesanato Bicos

Fonte: atividade de campo, em 2016.

4 Trecho da fala de um comunitário colhida durante oficina, em 2016.

Conforme os comunitários, os visitantes que se dirigem à comunidade têm perfis variados, entre os quais se destacam: aqueles em busca de desenvolver algum tipo de trabalho ligado à pesquisa; outros à procura de lazer, principalmente para atividades relacionadas à praia; de cunho religioso católico e protestante em vista de promover visitas missionárias e visitantes, com o objetivo de conhecer novas culturas.

b) Eixo dos atrativos, sob a ótica dos benefícios culturais e ambientais

Sob a ótica dos benefícios ambientais, a preocupação com a questão ambiental é um sentimento internalizado em todos os comunitários da Reserva, notadamente, nas áreas de ocupação intensiva (vila), cujo lixo é recolhido pelos próprios moradores, por meio da coleta seletiva. Este cuidado ambiental, tendo os comunitários atuando como agentes multiplicadores, é resultado de trabalhos e reuniões entre organizações/ instituições e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAS junto aos moradores.

Apesar disso, observou-se também a presença de tecnologias impactantes, como motores de popa. Ademais, segundo a Presidente da Comunidade, não se evidenciou a aplicação de algum método de zoneamento, nem mesmo voltado às atividades intensivas turísticas. Não se percebeu nem a utilização de instrumentos de avaliação de capacidade de carga, mesmo com o desenvolvimento de vários programas, projetos e cursos em temas ambientais já realizados.

Os comunitários destacaram como atrativos naturais as praia, os lagos, os igarapés, as quedas d´água, caminhadas nas trilhas, contemplação da paisagem local e observação de pássaros. Nos atrativos culturais, enfatizaram as cerimônias, rituais, narração de contos e lendas, demonstração da elaboração da tapioca (goma de mandioca assada) e *performances* por meio de visita à Maloca Cultural.

Turistas internacionais visitam com certa regularidade a comunidade, porém são direcionados diretamente às famílias indígenas pelas agências de turismo da Cidade de Manaus ou de Empresas de Hotéis no entorno da Reserva. Essa situação tem gerado um certo conflito de interesses entre os moradores (indígenas e não indígenas), pois a visita exclusiva aos indígenas

restringe os benefícios econômicos resultantes da visitação a esses povos, não alcançando o restante da comunidade. Já os visitantes nacionais e, especificamente, da mesma região não costumam utilizar as agências de turismo, apenas buscam o acesso mais fácil e deslocam-se até a Reserva, geralmente em busca da praia.

c) Eixo das possibilidades e desafios – localização estratégica e logística

A Comunidade apresenta uma área localizada em ambiente com situação privilegiada de acesso e logística, devido à proximidade do centro de Manaus, bem como de hotéis de selva. Contudo, os serviços de transportes (barcos e lanchas) ainda carecem de melhoria, particularmente quanto à qualidade dos equipamentos e regularidade da oferta. A saída/retorno desses transportes não possui horários regulares, sendo realizado apenas quando há um número significativo de passageiros nas embarcações. Ou seja, se um visitante quer se dirigir à comunidade de maneira independente, sem a contratação de uma agência de viagem, precisará esperar até que a lancha tenha uma boa quantidade de passageiros.

d) Eixo do zoneamento e infraestrutura

Conforme depoimentos dos comunitários, há um tipo de zoneamento básico, realizado pelos próprios moradores da comunidade, em que foram estabelecidas algumas áreas específicas, conforme necessidade de utilização. De acordo com o INPA (2004), as áreas foram delimitadas da seguinte forma: vila (destinada às casas e aos cultivos das famílias); área de caça, pesca de subsistência, coleta de frutos e plantas medicinais; área da prática do turismo com o mínimo de impacto (como caminhadas e observação da natureza, além de uma faixa de 100 metros de largura na área da praia, já regulamentada no Plano de Uso Público da RDS do Tupé, elaborado em 2008 pela SEMMAS); e áreas de estudos feitos por pesquisadores e estudantes de instituições afins da região.

Dentre as edificações existentes na comunidade, destacam-se: uma construção denominada de Centro de Apoio ao Desenvolvimento

Sustentável – CADS, para realização de encontros e reuniões; uma Igreja Evangélica de alvenaria; uma Igreja Católica de madeira; uma escola; um Centro de mídias, construído em por meio de uma parceria público/privada; e uma academia ao ar livre, construída recentemente.

A infraestrutura básica ainda é incipiente. Uma parcela da energia gerada para a comunidade ainda é feita por geradores, pois apesar de terem sido contemplados com o programa luz para todos, somente uma parte de sua sede conta com fornecimento de energia elétrica; a previsão é de que o restante da comunidade seja beneficiada até o próximo ano, no máximo. Os serviços de água e instalações sanitárias não são eficazes, uma vez que só há água tratada em um poço artesiano localizado na Escola Municipal, e somente há instalações sanitárias no CADS. A melhoria desses serviços é fundamental para o aprimoramento das condições de vida dos moradores, bem como para fomentar renda e outras atividades produtivas, como o turismo.

Em relação à infraestrutura turística, os comunitários destacaram a existência de uma pousada, restaurantes e barracas na praia. Quanto às barracas, estas vendiam alimentação da culinária amazônica, mas estão praticamente suspensas no momento, devido às necessidades de manutenção de suas instalações, que se encontram em estado precário. Atualmente, há um processo de compensação ambiental, que determina a restauração das barracas por parte de uma empresa auditada devido a uma infração à legislação ambiental. Vale mencionar que as obras para o conserto ainda não começaram e os permissionários da praia estão praticamente sem local para oferecer seus serviços.

Outros aspectos ressaltados no que tange à estrutura para o turismo refere-se à inexistência dos serviços de sinalização, centro de informações turísticas, porto ou ancoradouro para o transporte fluvial, entre outros serviços essenciais para o universo de mercado e produto turístico.

e) Eixo de modelo de gestão existente e seus desafios

A Reserva é gerenciada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAS, em parceria com as Associações existentes nas comunidades contidas nela; e no caso da Comunidade São João, é representada pela

Associação de Moradores da Comunidade São João da RDS Tupé, criada em 1990 (INPA, 2004). A Comunidade é responsável pelo cuidado ambiental na unidade, assegurando a sustentabilidade de seus recursos e o valor da cultura local, mas o sucesso no exercício de gestão ainda não foi alcançado.

Dentre as ações que estão sendo realizadas pelo órgão gestor, destacam-se: a elaboração de um plano de negócios para a Unidade de Conservação junto ao Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ, no ano de 2006; a construção do Plano de Gestão da unidade (concluído em 2017); e a busca incessante de parcerias para desenvolver novas alternativas de renda junto aos moradores da RDS (SEMMAS, 2015).

f) Dimensão Econômica

O grau de benefícios gerados pela atividade turística na comunidade é insuficiente, resultando apenas no comércio direto de alimentos e no oferecimento de pequenos serviços, já vistos no eixo dos atrativos culturais e ambientais apresentados neste estudo.

Há uma carência significativa de oportunidades de trabalho e renda aos moradores da comunidade. As poucas possibilidades de trabalho são de atividades autônomas como comerciantes, vendedores ambulantes e comércio de alimentos em barracas na praia. Em relação aos empregos formais, existem os servidores públicos vinculados à escola, ao posto de saúde, guarda ambiental, além dos aposentados e daqueles que recebem recursos de algum programa governamental, como o bolsa família ou o bolsa floresta.

Embora a comunidade esteja inserida em uma UC e tenha uma legislação específica contendo regras de uso e gestão, sua implementação é frágil. Como reflexão sobre esse fato, ressalta-se a ausência de um mecanismo de controle e aferição do fluxo de turistas que visitam a comunidade, ou das receitas geradas por eles, pois, na prática, como apontam os comunitários, a entrada é livre. O impacto financeiro gerado pelas visitações poderia ser mais significativo para os moradores, porém a ausência de algum mecanismo de controle de visitantes, ou ainda, de distribuição equitativa dos frutos dessas visitações, impede que os benefícios do turismo, de fato, alcancem parcela significativa da comunidade. Seria importante se existisse

um mecanismo de cobrança, como por exemplo, uma taxa que gerasse um fundo para administração da comunidade, ou para investimentos coletivos.

g) Dimensão Social e seus benefícios

Observou-se que apesar de os comunitários participarem de oficinas e cursos de capacitação sobre o turismo, há ainda uma carência de pessoal técnico em funções básicas do turismo, e nas áreas de gestão e operacionalização das atividades, como noções de contabilidade e administração, considerando que a prestação de serviços turísticos perpassa por estas áreas do conhecimento.

Os moradores mencionaram que os principais problemas impeditivos à atividade do turismo na região são: a ausência de melhor ordenamento e de gestão administrativa da comunidade; descontinuidade dos projetos iniciados; carência de infraestrutura adequada; e ausência de conhecimento técnico. Além disso, é difícil o convívio entre os moradores quando o assunto envolve diretamente poder aquisitivo.

Considerações finais

O presente trabalho surgiu de questionamentos sobre os motivos que levaram os comunitários da Comunidade São João da RDS Tupé a pensar no desenvolvimento do Turismo na referida unidade como alternativa de geração de renda.

Os eixos temáticos definidos para o levantamento das informações buscaram identificar a percepção turística e a viabilidade para o turismo na comunidade, por meio dos depoimentos dos comunitários, reportando-se ainda, às reflexões e discussões teóricas apresentadas.

A Comunidade tem pouca noção sobre os conceitos, benefícios e impactos que a atividade turística pode gerar, mas tem interesse em saber todas as suas consequências positivas e negativas. O cenário existente no local evidencia a carência de políticas públicas e instrumentos de gestão que favoreçam o desenvolvimento do turismo e, principalmente, a geração de fontes de renda alternativas para os comunitários. Faltam investimentos, recursos financeiros e humanos, além de insuficiência no atendimento

à saúde, à educação e ao saneamento básico. Também ainda não foi implementado o zoneamento para o manejo dos espaços da comunidade, definindo-se a capacidade de suporte do ambiente, identificação dos setores para ocupação, para o uso, proteção e conservação dos recursos naturais.

Apesar de todas as limitações às adequações necessárias para a prestação dos serviços turísticos, os comunitários não encontraram motivos que os impedissem de realizar iniciativas de turismo comunitário e de lazer na comunidade.

Contudo, os desafios expostos só serão ultrapassados efetivamente quando houver o comprometimento e a participação da comunidade de forma equitativa, e quando os atores sociais entenderem a gestão como um caminho para a resolução dos conflitos existentes, sob a ótica da sustentabilidade dos recursos naturais, humanos, econômicos e culturais, primando pela melhoria nas condições de vida dos moradores locais.

Referências

AZEVEDO, Luiza Elayne Luíndia. **Ecoturismo Indígena**. Quito: Abya-Yala, 2007.

_____. **Ecoturismo de grupos de indígenas**: experiências sostenibles? Tesis de doctorado. Universidade Federal de Pará. (Doctorado em Desarrollo Sostenible de Trópico Húmedo), Núcleo de Altos Estúdios Amazônicos, Universidade Federal de Pará, 2005.

BISSOLI, Maria Ângela Marques. Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação. São Paulo: Futura, 2002.

DAIBERT, André Barcelos D.; MORAES, Edilaine A. & BOTELHO, Eloise S**. Inclusão social e turismo***:* possibilidades e desafios. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Contexto)

GONTIJO, Bernardo Machado. **A Ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/** *MG*: o caso de lapinha (mimeo)UNB: Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2003.

INPA. **Projeto Biotupé**. Manaus: INPA, 2004.

MACEDO, R.L.G., VENTURIN, N. **Programas de Educação Ambiental Integrados com Atividades Ecoturísticas em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Instituto Ambiental Biosfera, 2001.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** – *SNUC. Lei nº 9.985.* Brasília: MMA, 2002.

NELSON, S. P. **Ecoturismo: práticas para turismo sustentável**. Manaus: Vale/Uninorte, 2004.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo.** SP: Roca, 2001.

RODRIGUES. A. B. _____. A. B. Ecoturismo – limites do eco e da ética. In: RODRIGUES. A. B. (Org). **Ecoturismo no Brasil; possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

SEMMAS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Anais da gerência da REDES Tupé*. Manaus: SEMMA, 2005.

SILVA, S. M. S. **Ecoturismo em Comunidades Tradicionais Floresta Nacional do Tapajós***:* o caso Maguari e Jamaraquá. Manaus: UFAM, 2005.

SOUZA, Cláudio B. Gamide de. **Gestão Participativa: conceitos e operações fundamentais**. São Paulo: UNESP, 2005. Disponível em: http:// www. claudio@fclar.unesp.br . Acesso em: 10 de ago. de 2006.

WESCHE, R; DRUMM, A. *Defending our Rainforest*: a guide to community-based ecotourism en the Ecuadorian Amazon. Quito- Ecuador. Abya-Yala, 1999.

WOOD, M. E. **Ecotourism: principles, practices & policies for sustainability**. Paris: UNEP, 2002. Disponível em: www.uneptie.org/ tourism/ecotourism. Acesso em: 11 de jul. de 2004.

WWF. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE TRACUATEUA (PARÁ)

Vânia Lúcia Quadros Nascimento[1]
Helena Doris de Almeida Barbosa[2]

Resumo: O objetivo da pesquisa relatada neste artigo foi analisar a contribuição da política pública de turismo de Tracuateua (Pará) para o desenvolvimento local. As evidências empíricas estão baseadas em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sendo que esta última foi realizada junto ao órgão gestor de turismo do município. Os resultados apontam que a política pública de turismo foi materializada no Plano Municipal de Turismo de Tracuateua (PMT Tracuateua), cujas ações foram implementadas até 2011, em função do período eleitoral e da troca de gestão municipal, em 2012. Conclui-se que a política pública de turismo pode, sim, contribuir para o desenvolvimento local, desde que seja implementada de maneira contínua e que passe por momentos de atualização, adequação ou reformulação para atender às necessidades locais, considerando as transformações do contexto global.

Palavras-chave: políticas públicas de turismo, desenvolvimento local, Tracuateua (PA).

Introdução

O último quartel do século XX e o início do século XXI foram marcados por transformações intensas no contexto mundial. Vários fatores contribuíram para isso, entre os quais merecem destaque a questão ambiental, por um lado, e a globalização, por outro. No que tange à questão

1 Docente e pesquisadora da Faculdade de Turismo/ICSA/UFPA (vaniaquadros@ufpa.br)

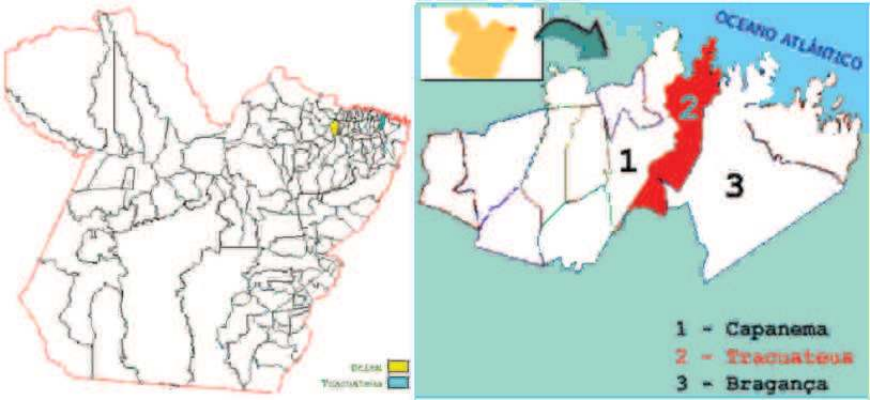
2 Docente e pesquisadora da Faculdade de Turismo/ICSA/UFPA (hdoris@ufpa.br)

ambiental, tem-se que o acirramento desta possibilitou a derrocada final do paradigma de desenvolvimento fordista-keynesiano, em voga até então, e, por conseguinte, a égide de um novo modelo pautado nos preceitos da sustentabilidade. Em relação à globalização, esta tem contribuído para a configuração de um novo panorama, no qual as distâncias se relativizam e a interação entre indivíduos, nações, estados e municípios acontece em tempo real, permitida, notadamente, pelos avanços tecnológicos.

Tais transformações repercutiram na maneira de se planejar o desenvolvimento das nações, estados e municípios. E, também, no processo de concepção, formulação e implementação das políticas públicas promotoras de tal desenvolvimento. Convém destacar a necessidade e o caráter imperativo de se articular o local, nas distintas escalas, com foco no global, ou seja, pensá-lo tendo em vista sua inserção no mundo globalizado.

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa ora relatada foi analisar a contribuição da política pública de turismo para o desenvolvimento local do Município de Tracuateua (Figura 1), integrante do polo de turismo do Estado do Pará, denominado Amazônia Atlântica (NASCIMENTO; SIMONIAN, 2014). Para tanto, as informações foram coletadas por meio de pesquisas bibliográfica e documental e complementadas por pesquisa de campo. Esta última, realizada em três etapas, nos anos de 2008, 2010 e 2016, ocorrendo junto ao órgão gestor de turismo do Município de Tracuateua.

Figura 1 – Localização do Município de Tracuateua (Pará).



Fonte: Prefeitura Municipal de Tracuateua (2016).

Os resultados apontam que a política pública de turismo para o município foi materializada no Plano Municipal de Turismo de Tracuateua (PMT Tracuateua). Porém, pode-se dizer que algumas ações do plano foram realizadas até 2011, em função do período eleitoral e da troca de gestão municipal, em 2012. Conclui-se que a política pública de turismo pode, sim, contribuir para o desenvolvimento local, desde que seja implementada de maneira contínua e passe por momentos de atualização, adequação ou reformulação para atender às necessidades locais, considerando as transformações do contexto global.

Considerações teóricas sobre desenvolvimento local, planejamento e políticas públicas de turismo

A década de 1990 marca o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, cujos objetivos consistem em reduzir a pobreza e as desigualdades e reverter o quadro de degradação ambiental. Isso relacionado ao acelerado processo de globalização. Buarque (2006) entende a globalização como um processo que combina homogeneização dos mercados com diversificação e flexibilização das economias e dos mercados locais, integrando e articulando o local ao global.

Nesse contexto, observa-se a valorização do local e da diversidade com diferencial de qualidade e competitividade. O intuito disso é a criação e a constituição de vantagens competitivas a partir do aproveitamento das potencialidades e diversidades inerentes a cada local. Assim, aos atores sociais compete a responsabilidade de se estruturar e se mobilizar em prol do desenvolvimento local.

Para Bourdin (2001), a questão do *local* remonta a três temas. O primeiro é a constituição do vínculo social, fundamentado na complementaridade e na troca, no sentimento de pertença, no fato de viver junto e da identidade advinda da proximidade. O segundo diz respeito à especificidade do político, posto que o local reduz o Estado às suas funções clássicas, privilegia a democracia direta e os circuitos de legitimidade menos mediatizados.

O terceiro tema é referente à articulação entre as diferentes escalas sociais. Tal articulação contribui para a organização de uma percepção de

mundo e para a definição de princípios de ação. Por fim, esse autor define o local "[...] como uma forma social que constitui um nível de integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas" (BOURDIN, 2001, p. 56), sendo caracterizada pela relação com um dado lugar que varia em intensidade e forma.

Zapata (2006) segue a lógica de Bourdin (2001), acima descrita, e contribui para reforçá-la. Utiliza o argumento de que a reestruturação produtiva, a intensificação dos processos de descentralização política e a redefinição do papel do Estado também contribuem para a emergência do paradigma do desenvolvimento local/endógeno. Este se constitui, para ela, em estratégia de enfrentamento dos desafios gerados pela competitividade, inclusão social e de uma maior participação da sociedade na construção de um modelo de desenvolvimento mais humano e sustentável.

Buarque (2006, p. 25) define desenvolvimento local como um "[...] processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos". Com o fito de ser consistente e sustentável, deve movimentar e aproveitar os potenciais locais, colaborar para a elevação das oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, bem como garantir a conservação dos recursos naturais. Em suma, o desenvolvimento local sustentável resulta da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população, da eficiência econômica e da gestão pública eficiente.

A se pensar consoante a Buarque (2006) e Zapata (2006), para ser consistente e efetivo, o desenvolvimento local deve ser erigido em bases sólidas de sustentação. Assim, deve estar alicerçado na organização da sociedade, na agregação de valor na cadeia produtiva e na reestruturação e modernização do setor público local. Este último descentralizando as decisões e elevando a eficiência e eficácia da gestão pública local.

Esses autores apontam a descentralização como fator preponderante para o desenvolvimento local. Isso em virtude da transferência de autonomia e poder decisório entre instâncias e principalmente como fator de fortalecimento da comunidade local. Há que se destacar que a descentralização para os estados e municípios, na visão de Pereira (2000), faz parte, a partir de 1995, da reforma na estratégia de gestão do Estado,

denotando a consolidação do regime democrático no Brasil, no âmbito do qual a participação dos atores sociais é imprescindível.

Observa-se, desta feita, o redimensionamento do papel do Estado e, por conseguinte, da concepção e formulação das políticas públicas. Estas emergem agora de um processo de planejamento do desenvolvimento estratégico, situacional, participativo e que considera como as dimensões da sustentabilidade, a dimensão econômica, a ambiental, a social, a cultural e a espacial. Isso em substituição ao modelo tecnocrático, economicista e autoritário, com viés clientelista e paternalista, que prevalecia até então.

Com isso, o Estado passa de definidor a articulador e fomentador desse processo. E mais, a articulação entre ele, a iniciativa privada e sociedade civil torna-se imperativa. Configura-se, então, a origem de uma nova geração de políticas públicas caracterizadas como instrumentos de mudança social, que primam pela distribuição de renda e equidade social, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento local.

É importante, neste momento, traçar alguns comentários sobre turismo, planejamento e políticas públicas de turismo. No âmbito da discussão ambientalista e dos novos paradigmas de desenvolvimento, o turismo surge como atividade capaz de promover o desenvolvimento local sustentável. Porém, como toda e qualquer atividade econômica, o turismo necessita ser bem planejado para que seus impactos sobre o local sejam minimizados e seus benefícios maximizados.

Planejamento, segundo Petrocchi (1998, p. 19), consiste na "[...] definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização". Para Hall (2001, p. 26), "[...] é um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas; ele lida, entretanto, com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não individuais". O planejamento do desenvolvimento é uma atitude governamental e um "[...] instrumento de poder significativo" (DIAS, 2003, p. 89), em se tratando de um país, estado ou município. Em suma, o planejamento é um conjunto de ações que objetiva transformar uma dada realidade, visando torná-la melhor em um futuro próximo. O agente, neste caso, é o Estado, que tem seu poder legitimado pelo pleito eleitoral e que, ao planejar, impõe sua vontade.

Com base nesse panorama, pode-se afirmar que planejamento e política estão intensamente inter-relacionados. Assim, Beni (2006, p. 91)

aponta que a política "[...] é um curso de ação calculado para alcançar objetivos". Pensar complementado por Dias (2003, p. 120) ao afirmar que o termo política é "[...] usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a polis, ou seja, o Estado". E que a política não é exclusividade do Estado, podendo ser desempenhada pela sociedade como um todo. Porém, a política pública é prerrogativa específica do Estado, mas com a participação dos demais atores interessados.

Nesse contexto, Dias (2003, p. 121) define política pública como "[...] o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas às necessidades de toda a sociedade". Importa ressaltar que tais ações "[...] buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum" (DIAS, 2003, p. 121). Conceito que fica bem claro na geração nova de políticas públicas descritas anteriormente.

Souza (2006, p. 26) afiança que a política pública é "[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo 'colocar o governo em ação' e / ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)". Abstrai-se, então, que as políticas públicas constituem um processo capitaneado pelo Estado. Todavia, elas devem primar por atender as carências e anseios da sociedade como um todo.

Beni (2006, p. 91) aponta as políticas públicas de turismo como "[...] direções gerais para o planejamento e a gestão do turismo baseados em necessidades identificadas dentro de restrições de mercado e de recursos". Cruz (2002, p. 40), por sua vez, entende a política pública de turismo como "[...] um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território". Assim sendo, a política pública de turismo consiste nas ações que governo decide tomar e implementar em relação a esse setor.

A política pública de turismo, após sua idealização e formulação, se materializa em planos, programas e projetos, que são submetidos a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006). De acordo com Barreto (2005), o plano é a proposta de atuação abrangente, no qual são estabelecidos

os objetivos gerais em consonância com a concepção ideológica daquele governo; o projeto consiste na menor célula do planejamento, sendo nele detalhados os objetivos específicos, as metas, etapas e os custos; enquanto que os programas são a agregação de vários projetos. Assim, a "[...] a política antecede o plano" (CRUZ, 2002, p. 50). Ou seja, o plano deve ser formulado após o governo definir a política pública de turismo.

Tem-se ainda que a política pública de turismo deve ser consolidada a partir de um planejamento municipal conexo ao planejamento estadual e ao federal a fim de se estabelecer uma relação de integração e complementaridade entre eles, deve estar vinculada à política estadual e à nacional. Isso, posto que os municípios, considerando o disposto por Pereira (2000) e Dias (2003), assumam responsabilidades cada vez maiores em virtude, por um lado, da descentralização que permeia a nova estratégia da gestão estatal brasileira; por outro, em virtude do papel crescente deles, como protagonistas, no espaço globalizado. Sem esquecer, é claro, que a interação entre o local e o global é essencial, também, para a atividade turística.

No caso do turismo, a descentralização constituía uma das macroestratégias da Política Nacional de Turismo (PNT) – 1996-1999, que objetiva a promoção e o incremento do turismo como fonte de renda, geração de emprego e de desenvolvimento socioeconômico do Brasil (EMBRATUR, 1996). Ressalta-se que foi no âmbito dessa política que o Plano Municipal de Turismo de Tracuateua foi formulado, com será descrito posteriormente.

Essa política estava estruturada em quatro macroestratégias: a descentralização da gestão turística, por meio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, da municipalização do turismo e terceirização das atividades turísticas; a implantação de infraestrutura básica e turística condizente com as potencialidades regionais; o ordenamento, desenvolvimento e a promoção do turismo no Brasil e no exterior. Por fim, a qualificação dos recursos humanos para o setor. Além de dez objetivos estratégicos, quais sejam: fomento, defesa do consumidor, desenvolvimento, pensamento estratégico, qualidade de serviços, descentralização, conscientização, articulação, turismo interno, promoção e inserção internacional.

Cada um desses objetivos estratégicos se distendia em várias ações e/ou programas. Portanto, o objetivo estratégico descentralização se desdobrava em: fortalecimento das secretarias e órgãos estaduais/municipais para a gestão do turismo; Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT); transferência de responsabilidade para gestão das atividades turísticas, delegação de atividades a entidades privadas e, por fim, a terceirização de serviços (EMBRATUR, 1996). Merece destaque o PNMT, pois foi no âmbito dele que a descentralização se materializou nos estados e municípios brasileiros.

O PNMT possuía como objetivo geral "[...] fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos Municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política" (EMBRATUR, 1999, p. 11). E apresentava cinco objetivos específicos. Dessa feita, "[...] descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do Município a partir da formulação e da co-gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo" (EMBRATUR, 1999, p. 11) era um desses objetivos.

A estrutura de gestão do programa articulava e integrava os três níveis de governo, entre os quais estavam distribuídas as atribuições de coordenação e operacionalização. Era composta em nível federal, pelo Comitê Executivo e pela Coordenação Geral do PNMT; em nível estadual, pelo Comitê Estadual; e em nível municipal, pelo Conselho Municipal de Turismo. A equipe operacional era composta por agentes multiplicadores nacionais e estaduais, pelos facilitadores estaduais e municipais, e pelos monitores municipais.

Para a implementação do PNMT foi utilizada uma metodologia participativa e que consistia na realização de oficinas de capacitação.[3] Tais oficinas eram divididas em três fases (EMBRATUR, 1999). Em cada uma delas os agentes multiplicadores e monitores municipais eram capacitados para desenvolver as atividades delineadas para fomentar o programa em seus respectivos municípios.

[3] As oficinas eram conduzidas por um profissional, denominado moderador, capacitado no método ZOOP (Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos) (EMBRATUR, 1999).

Nesse contexto, a Oficina de 1ª. Fase – Sensibilização consistia na capacitação para sensibilização da comunidade local quanto ao turismo como promotor de desenvolvimento socioeconômico. Na Oficina de 2ª. Fase – Capacitação, os agentes e monitores municipais eram capacitados e qualificados para criar o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo, necessários para a operacionalização do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. E a Oficina de 3ª. Fase – Planejamento era referente ao repasse das técnicas e métodos de planejamento participativo com vista à elaboração do plano municipal de turismo.

É importante destacar que o município com potencial para o desenvolvimento turístico recebia o *Selo de Prata do Turismo*. E aquele que cumprisse as três fases do PNMT e tivesse o seu plano de turismo elaborado recebia o *Selo de Ouro do Turismo*. Isso ao mesmo tempo em que os municípios eram estimulados a desenvolver as atividades do programa e despertavam o interesse de outros em participar do referido.

Todavia, a implementação do PNMT em dado município estava sujeita à identificação desse município como prioritário para o desenvolvimento da atividade turística. Isso era feito pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) por meio do preenchimento, pelos municípios, de um formulário, o Roteiro de Informações Turísticas – Atualização Básica Anual, comumente chamado de Rintur. O Rintur objetivava, em curto prazo, a priorização dos municípios turísticos em relação à alocação de recursos públicos para financiamento de ações bem como, em médio e longo prazo, orientar o planejamento do desenvolvimento turístico municipal.

O PNMT apresentava, porém, uma contradição. Ao mesmo tempo em que pregava a descentralização, apresentava uma estrutura de gestão que sujeitava sua implementação às decisões instituídas nos níveis federal e estadual. Assim, todas as ações e determinações municipais careciam do aval da coordenação estadual e, posteriormente, da nacional do programa. Isso desde a participação dos facilitadores e monitores municipais nas oficinas, pois só participava da oficina seguinte aquele município que comprovasse a realização das atividades inerentes à oficina antecessora.

Baseado nisso, tem-se que o Plano Municipal do Turismo de Tracuateua foi elaborado no âmbito do PNMT. O processo de elaboração desse plano será descrito na quarta seção deste artigo. A hipótese que norteou este texto, considerando o panorama acima delineado, aponta que o Plano Municipal de Turismo de Tracuateua foi elaborado de acordo com as determinações e etapas definidas pelo PNMT, bem como considerando o pensar e as necessidades dos atores sociais envolvidos com a atividade turística no município, de modo a contribuir para o desenvolvimento local.

Aspectos metodológicos

Com vistas à consecução do objetivo estabelecido e baseado em uma perspectiva interdisciplinar (JANTSCH, 1970), foi realizada pesquisa bibliografia, documental e pesquisa de campo. A primeira abordou turismo, políticas públicas e desenvolvimento local. A segunda foi concretizada com base na matriz de análise definida por Farias Filho e Arruda Filho (2013). Os documentos estudados foram o Plano Municipal de Turismo de Tracuateua (PMT Tracuateua); o Levantamento da Oferta Turística do Município; a Pesquisa de Turismo Receptivo – Demanda turística; e o Relatório de Gestão do Departamento de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Esporte e Lazer (DETURCMAEL).

A pesquisa de campo foi realizada junto ao órgão gestor de turismo de Tracuateua, em três etapas. A primeira etapa foi realizada no período de 13 a 23 de agosto de 2008. Foram coletadas informações junto ao Departamento de Turismo (Detur) da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo (SECULDT) e a Biblioteca Pública Municipal. Realizaram-se, ainda, pesquisas em outras fontes, como textos na internet, estudos acadêmicos, na Companhia Paraense de Turismo (Paratur).

A segunda etapa ocorreu na última semana de dezembro de 2010; e a terceira, na primeira semana de agosto de 2016. Nestas últimas etapas foram coletadas informações junto à Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo e Secretaria Estadual de Turismo (Setur).

O plano municipal de turismo (PMT) de Tracuateua: a materialização de uma política pública

O Princípio de Tudo...

A gestão da atividade turística no Município de Tracuateua ficou sob a égide da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico (Semade), de acordo com a Lei nº. 003 de 10 de fevereiro de 1997, que estabeleceu a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal (TRACUATEUA, 1997). Porém, com base nas informações obtidas em documentos[4] daquela época, observou-se que as articulações, tratativas e ações sobre turismo foram inicialmente conduzidas pela secretária municipal de Assistência Social, na época a senhora Maria Helena Rodrigues Barros. Foram encontrados registros da participação dela em eventos de turismo realizados tanto na capital paraense quanto fora do Pará.

Os registros documentais apontam, ainda, que a secretária de Assistência Social foi responsável por mandar confeccionar vários *banners* e um *folder* sobre os atrativos turísticos do município. Esse material era utilizado para promover Tracuateua em eventos nos quais se fazia presente, entre eles encontros do PNMT, tanto em nível estadual quanto nacional. Uma reportagem extensa, estilo prestação de contas, lançada em comemoração aos dez anos de emancipação de Tracuateua (JONAS..., 2004, p. 26-30) que condensa as ações acima descritas.

Porém, em 2001, a Prefeitura de Tracuateua realizou concurso público para provimento de cargos efetivos, dentre os quais o de técnico em Turismo. Com a posse e lotação desse técnico na SEAE, bem como o desligamento da senhora Maria Helena Barros, da Semas, a gestão do turismo passou a ser exercida pela Semade, conforme constava na Lei nº. 003/97 (TRACUATEUA, 1997). Assim, coube a tal secretaria dar continuidade às ações que vinham sendo desenvolvidas, em relação ao turismo, desde 1997.

É importante ressaltar que a atuação e os esforços da senhora Maria Helena Barros em prol do turismo possibilitaram que Tracuateua

[4] Principalmente correspondências oficiais trocadas entre a Prefeitura e órgãos do governo estadual, a exemplo da Paratur e da então Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam).

fosse considerado como prioritário para o desenvolvimento turístico, em conformidade com o que preconizavam as diretrizes do PNMT (BRASIL, 1999). Tais ações foram materializadas na implementação, no município, das ações referentes às oficinas de 1ª, 2ª e 3ª fase do PNMT.

Nesse contexto, o município apresentava anualmente o Rintur, atualizando as informações turísticas. Realizou o seminário de sensibilização turística, determinado na oficina de 1ª fase. Conforme estabelecido na oficina de 2ª fase, criou o Conselho Municipal de Turismo de Tracuateua (CMT) (TRACUATEUA, 2000), porém não criou o Fundo Municipal de Turismo. Realizou também a oficina de 3ª fase (BRASIL, 2001),[5] que consistiu na identificação dos entraves/problemas, objetivos e resultados esperados para o desenvolvimento do turismo no município.

Em fevereiro de 2002, teve início uma nova etapa na gestão do turismo em Tracuateua. A lotação do técnico em Turismo (Turismólogo) e de um agente administrativo, também graduado em turismo, possibilitou ao então secretário municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, senhor Paulo César Barros do Nascimento, estruturar, efetivamente o Detur. Este tinha por competência implementar as ações, estabelecidas na lei de criação da Semade, que consistiam em

> VIII – Coordenar o processo de desenvolvimento turístico do município e apoiar as atividades dos órgãos privados ligados direta ou indiretamente ao setor turístico;
> IX – Manter estritas relações com órgãos federais e estaduais, responsáveis pela política de turismo federal e estadual;
> X – Promover a realização e a oficialização de congressos, certames, exibições ou quaisquer outras iniciativas que tenham por objetivo desenvolver o turismo;
> XI – Analisar e dar parecer nos pedidos de favores fiscais efetuados por empresas que procuram a prefeitura, que tenham por objetivo incentivar o turismo no município;
> XII – Promover eventos aos locais de belezas naturais do município; (TRACUATEUA, 1997).

[5] Essa oficina foi realizada no Município de Tracuateua, porém conduzida por um facilitador determinado pela Embratur e que seguiu a metodologia ZOOP de planejamento participativo, conforme estabelecia o PNMT.

Passo inicial consistiu na consecução de mobília (mesas, cadeiras, armários) e de material de expediente e na organização dos documentos atinentes ao turismo e que estavam na Semas.

Em seguida, o corpo técnico do Detur procedeu à elaboração de um plano de ação a ser desenvolvido pelo departamento no período de 2002-2005 (TRACUATEUA, 2002). Dentre as ações elencadas nesse plano têm destaque para a reestruturação do CMT: a elaboração do inventário turístico do município, a realização de pesquisa de turismo receptivo (pesquisa de demanda turística), elaboração do plano de turismo do município e a articulação político-institucional em nível municipal e estadual.

Ainda em 2002, o Detur iniciou a implementação das ações previstas. Inicialmente procedeu à articulação político-institucional, que culminou, entre outras ações, com a reestruturação no CMT[6]. E, logo em seguida, a articulação em nível estadual. Fruto dessa ação foi o convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e a Paratur. O objetivo dele foi "[...] desenvolver e consolidar a atividade turística no município, explorando seus recursos naturais, de forma sustentável" (PARÁ, 2004b). A implementação do convênio foi corresponsabilizada pela Paratur e Prefeitura, e contou com a parceria da Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Departamento de Turismo do Centro Socioeconômico, atual Faculdade de Turismo (Factur) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).

Uma divisão de responsabilidades entre os partícipes foi estabelecida. À Paratur coube a coordenação das ações desenvolvidas, bem como a elaboração dos documentos finais (levantamento da oferta, pesquisa de demanda e o plano de turismo). A Prefeitura forneceu o apoio e acompanhamento dos técnicos do Detur, a infraestrutura de hospedagem e alimentação, a logística de transporte, e mobilizou os órgãos públicos municipais, a sociedade civil e a iniciativa privada. E a UFPA disponibilizou os alunos do Departamento de Turismo para a realização das pesquisas de campo, o que aconteceu como atividade curricular da disciplina de Projetos Turísticos, ministrada pelo Professor Álvaro do Espírito Santo.

A implementação, em 2003, das ações do convênio foi dividida em três momentos. No primeiro momento, ocorrido no período de 1º a 31 de

[6] Ocorrida conforme disposto pela Lei nº. 145, de 10 de abril de 2003 (TRACUATEUA, 2003).

janeiro, foi realizada a pesquisa de turismo receptivo,[7] com o objetivo de traçar o perfil do turista que visitava Tracuateua (PARÁ, 2003b). No segundo, sucedido de 18 de janeiro a 2 de fevereiro, foi efetivado o levantamento da oferta turística do município, com o fito de identificar os atrativos turísticos, os serviços e equipamentos turísticos bem como a infraestrutura de apoio do turismo disponível em Tracuateua (PARÁ, 2003a). O terceiro momento consistiu na elaboração, pela Paratur, do Plano Municipal de Turismo de Tracuateua (PARÁ, 2004b). Vale destacar que uma versão preliminar desse plano foi apresentada ao município em agosto de 2003 (PARÁ, 2003c), sendo que a versão final somente foi entregue em 2004.

O PMT Tracuateua e seus Desdobramentos

O Plano Municipal de Turismo de Tracuateua foi elaborado com base em três documentos: o Levantamento da Oferta Turística do Município de Tracuateua, a Pesquisa de Turismo Receptivo – Demanda Turística do Município de Tracuateua e o Relatório da Oficina de 3ª fase – Passo 3 do PNMT (BRASIL, 2001). Quanto aos dois primeiros, foram elaborados no primeiro semestre de 2003. O terceiro documento foi elaborado considerando os dois primeiros documentos e o relatório da oficina realizada em 2001.

De acordo com Pará (2004b), a estrutura do plano consta de três partes. A primeira parte consiste em uma apresentação. A segunda é um breve diagnóstico do município. A terceira é uma exposição da estratégia para o desenvolvimento turístico de Tracuateua. Na apresentação é explanado sobre o convênio que originou o plano e o processo de elaboração do mesmo.

O diagnóstico apresenta, sinteticamente, informações referentes às características gerais e atrativos turísticos do município, ao perfil dos equipamentos e serviços turísticos; a infraestrutura básica e serviços públicos; e análise da demanda (PARÁ, 2004b). Os dados descritos nas características gerais enfatizam o desmembramento de Tracuateua do vizinho Município de Bragança; a área, os limites, o acesso, a demografia; a as atividades econômicas predominantes.

[7] Também denominada pesquisa de demanda turística.

Os atrativos turísticos de expressividade maior no município foram enquadrados em duas categorias. Na categoria natural, destaque para os rios, as praias de água salgada, os balneários e a florada dos ipês. Na categoria cultural, ênfase ao sobrado da Embrapa; a antiga estação da Estrada de Ferro Belém-Bragança; a festividade de São Sebastião e São Benedito; e a coroação de Nossa Senhora no Sítio Jurussaca.

No perfil dos equipamentos e serviços turísticos destaca-se que os primeiros foram considerados de estrutura simples e familiar. Quanto aos segundos, inexistia no município, à época, estrutura de atendimento ao turismo receptivo. Porém a questão do transporte era, e continua sendo, realizada, em grande parte, pela empresa de ônibus Boa Esperança, seguida por transportes alternativos (vans e micro-ônibus).

No que concerne ao entretenimento e lazer, são apontadas como opções culturais e de lazer do município a festividade de São Sebastião e São Benedito, a coroação de Nossa Senhora no Sítio Jurussaca e o Festival Folclórico. Em relação à infraestrutura básica e aos serviços públicos, foi apontada a inexistência, no caso de saneamento básico, de hospital, agência bancária e de câmbio, e sinalização turística; e a insuficiência, no caso de abastecimento de água e iluminação pública.

A análise da demanda aponta que, naquela época, 96% dos visitantes eram do mercado doméstico (primazia de Belém e Bragança), 3% do regional (destaque para os estados do Maranhão e Ceará) e apenas 1% é do mercado nacional (especificamente Distrito Federal). As viagens a Tracuateua eram motivadas pelos atrativos turísticos e visita a parentes e amigos. O perfil do visitante era de faixa etária abaixo dos 50 anos, havendo um equilíbrio entre homens e mulheres e o predomínio das profissões "do lar", "professor" e "estudante".

A renda bruta mensal do turista que visitava Tracuateua, na época, era de R$ 400,00. Ônibus e carro particular eram os meios de transporte utilizados. A visita era influenciada, majoritariamente, por comentários dos parentes e amigos (61,5%). E os atrativos turísticos eram avaliados com "bom" (44,8%) e "excelente" (21,7%). As infraestruturas básica e turística foram ambas classificadas como de qualidade regular.

A Estratégia para o Desenvolvimento Turístico de Tracuateua tem como objetivo geral: "[...] desenvolver e consolidar a atividade turística no Município

de Tracuateua, explorando seus recursos naturais e culturais, de forma sustentável, gerando emprego e renda para a comunidade, proporcionando assim a melhoria da qualidade de vida da população" (PARÁ, 2004b, p. 11). E como específicos, a implantação de um modelo de gestão estratégica social; melhoria e implantação de infraestrutura básica e de serviços públicos; a melhoria e ampliação dos equipamentos e serviços turísticos; a capacitação e qualificação dos recursos humanos; a conscientização da população local quanto ao turismo; a criação de mecanismos legais de preservação ambiental; e a criação de mecanismos de divulgação do município nos principais polos emissores de turistas. As ações estratégicas propostas são oito e estão demonstradas no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Demonstrativo Consolidado da Estratégia para o Desenvolvimento Turístico de Tracuateua.

AÇÕES ESTRATÉGICAS	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS
Gestão Estratégica e Social do Turismo	Criação da Secretaria de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Lazer	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo	
	Criação do Fórum Empresarial de Turismo	
	Criação da Comissão Permanente de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Lazer da Câmara de Vereadores	
Infraestrutura e Serviços Públicos	Melhoria da urbanização básica	Prefeitura, Governo do Estado e Setor empresarial (terceirização de serviços)
	Sinalização turística rodoviária, urbana e de acesso aos pontos turísticos	Prefeitura, Governo do Estado e Setor empresarial (terceirização de serviços)
	Ampliação do abastecimento de água potável	
	Implantação de Serviço de Informação Turística	
	Implantação ou melhoria do Terminal Rodoviário	

Infraestrutura e Serviços Públicos	Melhoria das vias de acesso aos atrativos turísticos	Prefeitura, Governo do Estado e Setor empresarial (terceirização de serviços)
	Melhoria do sistema de coleta e tratamento de lixo	
	Melhoria do Serviço de Pronto-Socorro	
Equipamentos e Serviços Turísticos	Definição de uma política municipal de incentivos fiscais e econômicos	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Elaboração da cartilha do investidor, com orientações sobre oportunidades de investimento e linhas de financiamento	
	Realização de seminários para investidores potenciais	
	Negociação/desapropriação e transformação da antiga sede da Embrapa em pousada	
Educação e Conscientização	Realização através da difusão da cartilha da Embratur	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Aquisição e distribuição de vídeos sobre turismo	
	Realização de palestras para o corpo docente do município	
Preservação do Meio Ambiente	Elaboração da legislação municipal	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Criação de trilhas ecológicas	
	Realização de estudos para a criação e implantação de unidades de conservação (UCs) municipais	
	Criação e implantação do Programa de Educação Ambiental nas escolas e comunidades	
Programa de Incentivo à Cultura	Criação do Museu da Estrada de Ferro Belém-Bragança (na antiga estação)	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Articulação junto aos órgãos competentes para ações de proteção e restauro do patrimônio cultural do município	
	Investimentos na melhoria e divulgação dos atuais eventos culturais do município e a criação de novos eventos	
	Investimentos na melhoria da produção e comercialização do artesanato local	

AÇÕES ESTRATÉGICAS	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS
Marketing	Criação do Banco de Imagens do Município	Propostas não foram identificadas ou sugeridas
	Criação de um vídeo profissional de 5 minutos	
	Criação do *folder* turístico com mapa do município	
	Criação do *site* do município	
	Participação e promoção do município em eventos	

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Pará (2004b).

Convém, a partir do acima descrito, tecer alguns comentários. Inicialmente, considera--se o disposto por Barreto (2005), Cruz (2002) e Souza (2006), de que a política pública de turismo de Tracuateua está materializada no Plano Municipal de Turismo. Porém, não há registro de algum instrumento legal instituindo-a. Em outros termos, ela não foi institucionalizada por força de lei.

Conforme discutido anteriormente, é possível afirmar que tal plano emergiu de um processo de planejamento situacional, estratégico e participativo. Situacional, pois considerou a realidade[8] do município naquele momento. Estratégico, por apresentar uma visão e uma abrangência macro para o desenvolvimento do turismo no município. E participativo, por considerar o relatório da oficina de planejamento, que contou com a presença de representantes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade tracuateuense (BRASIL, 2001). Entretanto, tal relatório poderia ter sido revisto, mesmo que por meio de uma reunião com os participantes da oficina, para que as informações nele contidas fossem revalidadas.

Outra questão ainda referente à participação dos atores diz respeito à validação do plano. Em que pese tenha sido elaborado pela Paratur, mas em consonância com os documentos acima descritos, uma versão preliminar foi encaminhada para apreciação do município em janeiro de 2004. Isso aconteceu em um evento intitulado "Apresentação da Versão Preliminar

[8] Identificada e registrada no Levantamento da Oferta Turística e na Pesquisa de Turismo Receptivo.

do Plano de Desenvolvimento Turístico de Tracuateua", ocorrido no dia 12 de janeiro daquele ano no Auditório do Centro Municipal de Saúde (TRACUATEUA, 2004). Estiveram presentes no evento representantes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade, com destaque para os membros do CMT.

A versão preliminar do plano foi apresentada pela Diretora de Economia e Fomento da Paratur, senhora Conceição Silva da Silva. Após a apresentação, a representante da Paratur informou que o documento estava aberto para possíveis considerações por parte do município, que teria um prazo para fazê-lo. As considerações deveriam ser encaminhadas à Paratur, que procederia às devidas alterações e remeteria a versão final para Tracuateua. Entretanto não há registro de como isso foi feito e se contou com a efetiva participação de todos os atores sociais envolvidos. Consta apenas que a versão final do plano foi encaminhada ao município em março de 2004.

Um ponto que também merece destaque é que não há, no plano, a indicação considerando as potencialidades locais, de quais são os segmentos turísticos prioritários a serem trabalhados pelo município. Isso, de certo modo, dificulta a atuação da gestão municipal, que fica sem foco, sem direcionamento. O que pode acarretar tomadas de decisão equivocadas em relação ao atendimento da demanda turística existentes, a busca por novos turistas e, também, ao próprio posicionamento do município no mercado turístico.

É válido destacar alguns acontecimentos que podem ser tidos como desdobramentos da implementação do Plano Municipal de Turismo de Tracuateua. O primeiro deles diz respeito à parceria firmada entre a Prefeitura Municipal e o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PA), para a implantação do Projeto Sebrae de Turismo Amazônia Atlântica Paraense. Por meio dessa parceira o Sebrae/PARÁ se dispunha a implementar todas as ações do programa no município, tendo como contrapartida da Prefeitura de Tracuateua a disponibilização de um técnico e da infraestrutura e logística para a execução das atividades, bem como a mobilização da população local.

No âmbito desse acordo, conforme dados da Prefeitura (2004), foi criado o Consórcio Gestor de Turismo de Tracuateua, entidade que reunia

os empresários locais envolvidos com o turismo. Alguns empreendedores das áreas de artesanato, alimentos e hospedagem receberam assessoria do Sebrae/PA para realizar a elaboração do plano de negócios, a gestão e a promoção de seus empreendimentos.

Foi implantado, ainda, o Projeto Turismo na Escola. Esse projeto contou com uma cartilha educativa e com o assessoramento técnico fornecido pelo Sebrae/PA. E, por fim, foram realizados dez cursos de capacitação, no período de maio a novembro de 2004. Tais cursos foram: Organização Social, Turismo com Qualidade, Atendimento Turístico, Educação Ambiental para o Turismo, Gestão Artesanal, Gestão de Pequenos Negócios Turísticos, Planejamento Turístico Local, Organização e Promoção de Eventos Turísticos e Contabilidade para Não Contadores.

Há que se enfatizar que o Sebrae/PA arcou com todas as despesas referentes ao transporte, alimentação, estadia dos instrutores que ministraram os cursos, bem como com os lanches para os participantes do evento. E, também, com os custos referentes às assessorias aos empreendedores e os atinentes ao Programa Turismo na Escola (TRACUATEUA, 2004). Tais ações contribuíram para promover a atividade turística em Tracuateua e para sensibilizar a sociedade e a iniciativa privada quanto à importância do turismo enquanto alternativa para geração de emprego e renda.

Outro ponto importante foi o fortalecimento do CMT que havia sido reestruturado em 2003. Dessa feita, o CMT passou a se reunir periodicamente, em reuniões ordinárias, para deliberar sobre a situação do turismo no município. A partir, disso, o CMT se tornou mais atuante no desempenho de suas funções, principalmente em relação à gestão pública do turismo, a quem deveria servir de apoio consultivo.

Destaca-se a participação de Tracuateua, em 15 de março de 2004, na Oficina para Definição da Estratégia de Implementação do Programa Nacional de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil[9]. Informações da Prefeitura (2004) apontam que isso somente foi possível por Tracuateua ser um dos municípios paraenses detentores, na época, de plano de desenvolvimento turístico. Nesse evento ficou definida a implementação do programa nos polos de turismo do Pará, que são, segundo Nascimento

[9] Esse programa era o carro-chefe, por assim dizer, da nova política nacional de turismo materializada no Plano Nacional de Turismo 2003-2007.

e Simonian (2014): Belém; Amazônia Atlântica, onde está Tracuateua; Marajó e Tapajós, que deveriam desenvolver os roteiros turísticos criados na oficina, de acordo com orientações futuras do programa.

E, por fim, destaca-se a criação da SECULDT, em 1º de maio de 2005. Para cada uma das áreas que a compõe foi definido um departamento, o que, no caso, levou ao ressurgimento do Detur. Isso demonstrou que a atividade turística passou a ser vista sob uma ótica nova pela gestão pública. Esse novo status garantiu também dotação orçamentária para investimento no desenvolvimento do turismo em Tracuateua. Muito embora, naquela data, o quadro técnico do Detur tenha se limitado a apenas um técnico, posto que o agente administrativo anteriormente lotado no antigo Detur tivesse se desligado da Prefeitura; enquanto que os demais departamentos possuíam dois ou mais funcionários.

É de suma relevância destacar que, em 2010, o Detur estava sem corpo técnico, pois o turismólogo concursado que o compunha havia se desligado da Prefeitura, e esta não havia providenciado a substituição dele. Porém, algumas ações do plano de turismo continuavam em implementação, notadamente em relação às estratégicas dos programas de incentivo à cultura e de marketing. O primeiro com destaque para a melhoria dos eventos culturais que passaram a ser realizados no Ginásio Poliesportivo, inaugurado naquele ano. E o segundo, por conta da criação do site do município.

Ressalta-se, ainda, que, em 2016, o Detur continuava sem corpo técnico. Todavia, o município passou a integrar a rota turística Belém-Bragança, ação da Setur, no âmbito do Plano Ver-o-Pará: Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará 2012-2020 e, considerando os ditames do Ministério do Turismo, via Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (NASCIMENTO; SIMONIAN; FARIAS FILHO, 2016). Entretanto, não estavam mais sendo desenvolvidas quaisquer ações de fomento ao turismo pela gestão pública municipal.

Conclusão

Pensar o desenvolvimento local com foco no global é imperativo, notadamente para municípios de pequeno porte. Ainda mais ao se

considerar que a fonte de renda deles está, em sua maioria, alicerçada no setor primário da economia e nos recursos advindos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Essa é a realidade do Município de Tracuateua.

Tracuateua, porém, dispõe de um diferencial: o potencial turístico. Assim, pensar o desenvolvimento local considerando a atividade turística não é apenas uma alternativa viável, mas sim uma possibilidade real, desde que devidamente planejada. Foi isso o que se constatou neste artigo.

O governo municipal acreditava no turismo como promotor de desenvolvimento local sustentável, tanto que procurou executar todas as ações que foram demandadas no âmbito da política nacional de turismo, por meio do PNMT, culminando com a formulação do Plano Municipal de Turismo e sua implementação. Porém, essa última aconteceu somente até 2011, pois, com o pleito eleitoral daquele ano e a posse da gestão pública nova, em 2012, tal plano foi esquecido.

Nesse contexto, tem-se a confirmação da hipótese que norteou este artigo. Assim, a elaboração do Plano Municipal de Turismo de Tracuateua ocorreu em conformidade com as etapas e procedimentos definidos pelo PNMT e atendendo ao pensar e as necessidades dos atores sociais envolvidos com a atividade turística no município, e visando ao desenvolvimento local. Todavia, isso não se estendeu até os dias atuais, conforme descrito.

É importante ressaltar, contudo, que a questão da descentralização acabou sendo relativa. Ou seja, o município era autônomo para tomar suas decisões, mas estas careciam de validação pelo Comitê Estadual do PNMT, capitaneado pela Paratur.

Outro ponto importante foi a constatação de que o município não possuía uma política pública de turismo legalmente instituída, embora ela estivesse materializada em um documento escrito. Possuía, é bem verdade, um plano formulado, que se pressupõe a validação pelos atores sociais. Mas, como não foi uma política de estado legalmente instituída, esse plano acabou se tornando uma proposta de ação apenas do governo no âmbito do qual ele foi formulado.

Por outro lado, observou-se que o Plano Municipal de Turismo de Tracuateua estava em consonância com as políticas estadual e nacional de turismo. Prefigurava-se, então, a articulação entre as diferentes esferas de

governo. Isso chega a denotar certo descompasso, pois ao mesmo tempo em que se tem uma descentralização do governo federal em relação aos governos locais, estes se veem como que obrigados a nortear suas decisões e ações considerando o que preconiza aquele.

Urge, então, que cada esfera de governo tenha sua política pública estruturada, legalmente instituída e que tenha continuidade, o que contribuirá para deixar bem claro o papel e a responsabilidade de cada uma no desenvolvimento do turismo, de tal sorte que não haja sobreposição entre elas, mas sim interação e articulação. E que elas contemplem também o envolvimento e a participação de todo os atores sociais envolvidos com a atividade turística em suas respectivas escalas, de tal modo a contribuir realmente para o desenvolvimento local.

Referências

BARRETO, Margaritta. **Planejamento responsável do turismo**. São Paulo: Papirus, 2005.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. (Série Turismo).

BOURDIN, Alain. ***A questão local***. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. EMBRATUR. **Política Nacional de Turismo:** principais diretrizes, estratégias e programas 1996/1999. Brasília: EMBRATUR, 1996.

_____. EMBRATUR. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT):** diretrizes. Brasília: EMBRATUR, 1999.

_____. EMBRATUR. **Relatório da Oficina de 3ª fase, passo 3 do Município de Tracuateua**. Brasília, 2001. (mimeo).

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** metodologia de planejamento. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo).

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico:** políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

JANTSCH, Erich. Inter and transdisciplinary university: a systems approach to education and innovation. **Policy Sciences**, v. 1, n. 1, p. 403-428, 1970.

JONAS Barros, o homem que deu vida à Tracuateua – obras e serviços que transformaram Tracuateua em um município de referência no Pará. **Revista Tracuateua**, Tracuateua, Pará, ano 1, n. 1, p. 26-30, set. 2004.

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. A política de ecoturismo no Polo Belém/Costa Atlântica (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 7, n. 3, p. 618-645, ago./out. 2014. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/download/807/714> . *Acesso em: 26 ago. 2016.*

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes; FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Os participantes da política pública de turismo do Pará a partir do modelo de fluxos múltiplos – 2007-2011. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 129-151, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.rbtur.org/rbtur/article/view/924>. Acesso em: 26 ago. 2016.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. **Levantamento da oferta turística do município de Tracuateua**. Belém, 2003a.

_____. Companhia Paraense de Turismo. **Pesquisa de turismo receptivo** – demanda turística do município de Tracuateua. Belém, 2003b.

_____. Companhia Paraense de Turismo. **Plano Municipal de Turismo de Tracuateua** – versão preliminar**.** Belém, 2003c.

_____. Companhia Paraense de Turismo. **Plano Municipal de Turismo de Tracuateua**. Belém, 2004b.

PEREIRA, Luiz Carlos B. A reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista da Administração Pública**, ano 34, n°. 4, p. 01-19, jul., 2000.

PETROCCHI, Mário. **Turismo:** planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.

TRACUATEUA. Lei n°. 003, de 10 de fevereiro de 1997. Estabelece a estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Tracuateua e dá outras providências. **Quadro de avisos da Prefeitura**. Tracuateua, PA, 10 fev. 1997.

_____. Lei nº. 093, de 29 de maio de 2000. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo de Tracuateua e dá outras providências. **Quadro de avisos da Prefeitura.** Tracuateua, PA, 29 mai. 2000.

_____. Lei nº. 145, de 10 de abril de 2003. Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Turismo de Tracuateua e dá outras providências. **Quadro de avisos da Prefeitura** Tracuateua, PA, 10 abr. 2003.

_____. Departamento Municipal de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Esporte e Lazer. **Relatório de gestão do DETURCMAEL em 2004**. Tracuateua, dez. 2004.

_____. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico. **Plano de Ação do Departamento de Turismo – 2002 a 2005**. Tracuateua, fev. 2002.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

ZAPATA, Tânia. **Desenvolvimento local:** trajetórias e desafios. Recife: IHDA, Gráfica e Editora Nacional, 2006.

A PESCA ESPORTIVA SOB O OLHAR DOS ATORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS (PA)

Flávia Domitila de Lima Souza[1]
Marllen Karine da Silva Palheta[2]
Voyner Ravena Cañete[3]

Resumo: Pensar a pesca esportiva apenas como uma prática de lazer e turismo, sem levar em consideração a forma como esta vem se desenvolvendo em diferentes regiões do Brasil, é desconsiderar os prejuízos socioambientais que ela pode e tem ocasionado. Em São Caetano de Odivelas, município da microrregião Salgado Paraense, implicações de caráter socioambiental, desordem e insatisfação, especialmente por parte dos pescadores artesanais, marcam o cotidiano local e fazem da pesca esportiva um fator de perturbação na região. Compreender e descrever esse cenário complexo que envolve diferentes atores locais demandou uma pesquisa de abordagem qualiquantitativa, a qual se amparou em entrevistas semiestruturadas e entrevistas abertas, além de levantamento bibliográfico. Os problemas socioambientais identificados afetam diretamente os pescadores artesanais. Dentre eles, a exploração desordenada do recurso e a destruição dos meios de trabalho dos pescadores locais estiveram entre os

[1] Graduanda do curso de Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal do Pará - UFPA.E-mail: flavia_domitila@hotmail.com

[2] Possui graduação em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2010) e mestrado em Ecologia Aquática e Pesca pela Universidade Federal do Pará (2013). Atualmente é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia, na área de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.E-mail: marllenkarine@gmail.com

[3] Antropóloga, professora adjunto II da Universidade Federal do Pará - UFPA/ Brasil, vinculada ao Instituto de Ciências Biológicas e atuando nos Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Possui Bacharelado em História (1991), mestrado em Antropologia (2000) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (2005) pela Universidade Federal do Pará.E-mail: ravenacanete@gmail.com

mais citados. Como consequência desse cenário, emerge em São Caetano de Odivelas uma relação de conflito entre pescadores artesanais e esportivos.

Palavras-chave: Pesca esportiva, implicações socioambientais, pescadores artesanais, São Caetano de Odivelas.

Abstract: To think of sport fishing only as a practice of leisure and tourism, without taking into consideration the way it has been developing in different regions of Brazil, is to disregard the socio-environmental damages that it can and has caused. In São Caetano de Odivelas, a municipality in the Atlantic coast of the state of Pará, socio-environmental implications, disorder and dissatisfaction, especially by artisanal fishermen, mark the local daily life and make sport fishing an impact factor in the region. Understand and describe this complex scenario that involves different local actors demanded a qualitative and quantitative research approach, which relied on semi-structured interviews and open interviews, as well as a bibliographic survey. The identified social problems directly affect the artisanal fishermen. Among them, disordered exploration of resources and the destruction of the means of work of the local fishermen were between the most cited. As a consequence of this scenario rises in São Caetano de Odivelas a conflicting relationship between artisanal and sports fishermen.

Keywords: Sport fishing, socioenvironmental implications, artisanal fishermen, São Caetano de Odivelas.

Introdução

A região amazônica possui destaque na atividade pesqueira em virtude do seu potencial pesqueiro. A pesca, desse modo, é considerada uma prática de grande importância para a região, por ser uma atividade que fornece a principal fonte animal na dieta das populações tradicionais locais e por estar atrelada a hábitos culturais e à história local (BARTHEM, 1992). De acordo com Barthem et al. (1997), a pesca na região amazônica é dividida em cinco categorias, sendo elas: pesca de subsistência, comercial, industrial, ornamental e esportiva. Este trabalho trata a respeito da

pesca esportiva em São Caetano de Odivelas, município localizado na microrregião do Salgado Paraense[4], onde se mostra forte essa modalidade de pesca.

A pesca esportiva é caracterizada, segundo a legislação[5] do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), como uma modalidade de pesca amadora[6], ou seja, sem finalidade comercial, praticada por lazer, turismo e desporto, em que é obrigatória a prática do pesque e solte (BRASIL, 2009). Conforme Brasil (2010a) e Teramoto (2014), essa atividade está intimamente ligada ao setor econômico que mais cresce no mundo, o turismo. Desse modo, quando associada à atividade turística, a pesca esportiva compõe um segmento de mercado denominado Turismo de Pesca, o qual, segundo o Ministério do Turismo (MTUR), "compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora" (BRASIL, 2008, p.16).

O Turismo de Pesca tem se apresentado como um dos segmentos com maior crescimento no mundo (BRASIL, 2008; 2010b) e está fundamentado nos fluxos turísticos motivados em razão da presença de espécies singulares de peixes e no usufruto sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2008). Sendo uma das atividades turísticas mais praticadas no Brasil, leva um grande número de pessoas dos grandes centros urbanos a se deslocarem durante os finais de semana ou feriados prolongados para o litoral e para o interior do País (DIAS, 2003). De acordo com o Ministério do Turismo (MTUR), a relação entre a pesca praticada por lazer e o segmento turístico

[4] O Estado do Pará, uma das unidades federativas do País, apresenta, conforme a sua divisão territorial, 6 mesorregiões e 22 microrregiões (IBGE, 2017). Essa divisão territorial foi estabelecida conforme a divisão político-administrativa territorial do estado. A microrregião do Salgado pertence à mesorregião nordeste paraense e compreende os municípios de Vigia, Salinópolis, Curuçá, Maracanã, Marapanim, São João de Pirabas, São Caetano de Odivelas, Colares, Terra Alta, Magalhães Barata e São João da Ponta (BRASIL, 2017). De acordo com Santos e Lisboa (2008), essa microrregião integra a zona costeira do estado e abrange uma área de 5.812,70 km^2, caracterizada em toda sua extensão por águas salobras, que se estende da Baía do Marajó até a foz do Rio Gurupi (CARDOSO, 2000 apud BORDALO e ABREU, 2010).

[5] Portaria nº 4, de 19 de março de 2009, referente às normas para o exercício da pesca amadora em território nacional.

[6] Ainda que ambas as práticas apresentem o mesmo caráter de diversão, enquanto para a pesca amadora existe um limite quantitativo de captura do pescado, na pesca esportiva os seus adeptos são obrigados por lei a devolver à água os peixes capturados (BRASIL, 2009).

se tornou evidente, no Brasil, somente em 1998 com a criação e incentivo do Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA) (BRASIL, 2008), criado com o propósito de transformar essa modalidade de pesca em um vetor de desenvolvimento econômico, social e de conservação ambiental do País (BRASIL, 2010b).

No Brasil, a pesca praticada por lazer é favorecida em decorrência da diversidade de ecossistemas, especialmente os peixes, acompanhados das belezas naturais existentes (LOPES, 2009). Assim, de acordo com o antigo Ministério da Pesca e Aquicultura[7], quase todas as regiões do país possuem características propícias para o desenvolvimento dessa modalidade de pesca, como a Amazônia, o Pantanal e também as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do País, com seus rios, represas, baías, açudes e estuários (BRASIL, 2010a). Porém, de acordo com Souza e Cañete (2015), a pesca esportiva ganha destaque quando se trata da região amazônica, em virtude da presença de rios, lagos, igarapés, igapós e do ciclo das águas, os quais formam sazonalidades específicas para a captura de diferentes espécies de peixes.

Tal favorecimento hidrobiológico tem permitido o desenvolvimento da pesca esportiva em diferentes estados da região, inclusive no Pará (LOPES, 2009). Inserido na região amazônica, o Estado do Pará tem atraído cada vez mais os aficionados por essa prática (PARÁ, 2016a). Além dos mais expressivos afluentes do Rio Amazonas, como o Tapajós, o Trombetas, o Xingu e o Araguaia Tocantins, o estado dispõe de um litoral diversificado, somando-se a isso os estuários da microrregião do Salgado. Assim, a pesca esportiva assume destaque na região, tendo em vista o seu grande potencial pesqueiro, favorecido por sua extensa malha hídrica, acompanhada da diversidade de espécies de peixes nativos (FRÉDOU et al., 2008).

No Pará essa prática tem se evidenciado nos municípios de Salinópolis, São Caetano de Odivelas, Altamira, Oriximiná, Jacundá, Tucuruí, Marabá, Piçarra, Itaituba e Jacareacanga (FRÉDOU, 2008). Segundo Frédou et al. (2008), a pesca esportiva no estado é caracterizada basicamente por uma demanda de pescadores esportivos residentes do próprio estado, atraídos, em grande parte, pela busca do tucunaré (*Cichla* spp.), espécie bastante procurada pelos praticantes dessa modalidade, tendo em vista a aventura

[7] Extinto no ano de 2015 e incorporado ao Ministério da Agricultura (SANTANA, 2015).

provocada por sua característica agressiva (SOUZA e CAÑETE, 2015). Conforme o autor, com exceção de Salinópolis e São Caetano de Odivelas, mais de 50% dos pescadores que frequentam os destinos de pesca citados acima buscam por essa espécie, enquanto na microrregião do Salgado Paraense a preferência dos pescadores esportivos é a pescada-amarela.

Tendo em vista a área foco de estudo deste trabalho, destaca-se nesse cenário da pesca esportiva São Caetano de Odivelas, município considerado um dos maiores polos pesqueiros da microrregião do Salgado (DIÁRIO ONLINE, 2011; PARÁ, 2012). Conforme Santos (2016), São Caetano de Odivelas compreende um município litorâneo, de base econômica predominantemente pesqueira, favorecida pela localização privilegiada do município no estuário amazônico. Situado na mesorregião nordeste do Pará, ele limita-se geograficamente com o Oceano Atlântico e com os municípios de Terra Alta, São João da Ponta, Curuçá e Vigia de Nazaré, distanciando-se acerca de 104 km, pela rodovia, da capital do estado (PARÁ, 2012).

São Caetano de Odivelas é banhado pelo Rio Mojuim[8], considerado o mais importante, pois forma toda a bacia hidrográfica da região, e pelos demais rios: Maruim Panema, Mocajuba e Barreta (PARÁ, 2012; SANTOS, 2016). A área hídrica caracterizada pela exuberante vegetação de mangue na área marginal dos rios torna São Caetano de Odivelas um berçário para várias espécies de peixes (FRÉDOU et al., 2008). Em virtude dessa favorecida situação geográfica da região, as principais atividades econômicas da população do município – a pesca e coleta de mariscos – estão relacionadas com as águas, ocorrendo o mesmo com as atividades culturais que possuem caráter de lazer, culinária e religiosidade, as quais também estão pautadas numa profunda relação com o ambiente aquático (BRASIL, 2014a).

Inserido no polo Amazônia Atlântica[9], São Caetano de Odivelas

[8] Rio por meio do qual se dar o contato com o Oceano Atlântico, constituindo-se em um ecossistema rico em fauna e flora (ALMEIDA et al., 2012).

[9] O polo Amazônia Atlântica compreende um dos seis polos turísticos do Estado do Pará, juntamente com os demais polos Belém, Araguaia Tocantins, Marajó, Tapajós e Xingu, definidos conforme as características dos recursos de cada um. De acordo com a Secretaria de Turismo do Estado do Pará (Setur), a estruturação territorial turística em diferentes polos resulta de um zoneamento turístico do estado, criado em 1990, cujo objetivo norteador consiste em melhorar o planejamento do turismo a partir de sua

está entre os 23 municípios elencados e considerados prioritários para o fortalecimento da atividade turística no Estado do Pará, em virtude da beleza e singularidade natural e cultural que, assim como os demais municípios, detém (PARÁ, 2016c). Diante disso, além da sua peculiar cultura[10], que faz do município um dos grandes polos culturais do estado, São Caetano dispõe de outros atrativos, evidenciados pela sua riqueza natural. Compõe esse cenário a extensa floresta nativa de vegetação de mangue, seus rios e as diversas praias de areia branca que surgem durante a vazante do Rio Mojuim, como as praias do Rato, do Fuzil, do Marinheiro, praia da Bragança, praia da Onça e da Romana, a qual faz limites com o Município de Curuçá (PARÁ, 2012).

Aliado a isso, São Caetano de Odivelas também é bastante conhecido como um dos principais destinos para os aficionados pela prática da pesca esportiva (PARÁ, 2012). A proximidade com o Oceano Atlântico e a presença de rios, furos e ilhas no município favorecem a disponibilidade de espécies de peixes consideradas atrativas para essa prática na região (BRASIL, 2014a), como a pescada-amarela, corvina, xaréu, robalo, tarpon, entre outras. Tal favorecimento faz com que o município receba, durante as marés propícias à pesca, pescadores turistas da capital e interior do estado e de outras regiões brasileira (PARÁ, 2012).

Responsável por um fluxo anual contínuo de visitantes, a pesca esportiva tem se caracterizado como um dos principais atrativos turísticos de São Caetano de Odivelas. Conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), a prática da pesca esportiva foi intensificada no município, especialmente, através de ações da prefeitura, a qual criou e passou a estimular torneios regionais dessa modalidade.

setorização. O polo Amazônia Atlântica é composto por 49 municípios pertencentes às regiões do Rio Guamá, Rio Capim e Rio Caeté, sendo, entretanto, apenas os municípios de Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, Paragominas, Salinópolis, Tracuateua, Vigia e São Caetano de Odivelas considerados prioritários às ações do governo no que diz respeito ao turismo. O referido polo dispõe de atrativos naturais e culturais como rios, lagos, furos, praias, conjunto arquitetônico e manifestações folclóricas, as quais propiciam o turismo de sol e praia, turismo de pesca e o turismo cultural (PARÁ, 2016b).

[10] São Caetano de Odivelas apresenta como uma de suas peculiaridades a sua rica cultura, representada pelas manifestações folclóricas. Nos festejos juninos, destacam-se os bois-de-máscara, tendo como principais representantes o boi Tinga e o boi Faceiro, além dos demais grupos de quadrilha, carimbó (PARÁ, 2012) e cordões de pássaros, os quais teatralizam com músicas as estórias do imaginário popular (PINHEIRO, 2014).

Buscando atrair turistas e consequentemente benefícios econômicos para o município, a prefeitura alegava que a pesca esportiva possibilitaria a geração de emprego e renda para a população com a chegada dos visitantes atraídos por tal prática. No entanto, no transcorrer do tempo e com a intensificação da atividade a população não se viu beneficiada e, além disso, a pesca esportiva tem sido realizada de forma predatória no município (BRASIL, 2014a).

A respeito do desenvolvimento da pesca esportiva de maneira desordenada, Barroco & Freitas (2014, p.94-95), em seu trabalho, corroboram que:

> Apesar da pesca amadora não ser uma atividade de cunho comercial, esta atividade também pode causar o declínio dos estoques pesqueiros. (...) tanto a pesca comercial quanto a amadora podem resultar na degradação de habitats essenciais para o ciclo de vida de espécies alvo destas atividades, o que gera a necessidade de elaboração de planos de uso para o desenvolvimento destas duas modalidades de pesca, incluindo estratégias para evitar danos ao ambiente e aos estoques pesqueiros.

Assim, pensar na modalidade de pesca esportiva como uma atividade de lazer, sem levar em consideração a realidade como a qual vem se desenvolvendo, de fato, em diferentes regiões do Brasil, é desconsiderar os prejuízos socioambientais que ela pode e tem ocasionado devido, principalmente, à ausência ou inexistência de uma gestão que olhe para além dos benefícios econômicos da atividade, bem como de políticas locais específicas, acompanhadas de uma fiscalização eficaz.

Quando se trata de um município que compreende uma Unidade de Conservação, no caso de São Caetano de Odivelas, que possui uma Reserva Extrativista[11] (Resex), tal atividade gerida de forma desordenada torna-se ainda mais preocupante à medida que a existência de populações

[11] As reservas extrativistas (Resex) figuram como uma categoria de área protegida contemplada no Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação do País. Essa categoria de unidade de conservação busca atender à discussão e demanda popular que vê as áreas protegidas como um espaço de conservação, marcado pela ação do homem como integrante da natureza. Para ampliar a discussão, ver Diegues (2001a).

tradicionais[12], as quais possuem um modo de vida baseado numa relação de proximidade com a natureza e de dependência dos recursos aquáticos, encontra-se ameaçada mediante práticas de um outro sistema, que foge ao ritmo da natureza.

Assim, sabendo-se que a pesca constitui uma importante atividade social e econômica para aqueles que dela dependem para a geração de renda e subsistência (CAÑAS, 2012), os pescadores artesanais de São Caetano de Odivelas ressentem-se com a presença dos pescadores esportivos no município, dada a forma desordenada e acelerada de exploração dos recursos pesqueiros que vem ocorrendo por essa prática na região.

Como já ressaltado anteriormente, integra o território de São Caetano de Odivelas a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, criada em 10 de outubro de 2014 com o objetivo de assegurar a conservação da biodiversidade dos ecossistemas existentes na área, bem como o uso sustentável dos recursos naturais e o modo de vida das populações tradicionais que ali vivem (BRASIL, 2014b). De acordo com Diegues (2008), a Resex-Mar resulta da ampliação do conceito de reservas extrativistas, estendendo-se para além das áreas florestais, alcançando, assim, o domínio costeiro e marinho.

A necessidade dos pescadores artesanais de proteger seus territórios cada vez mais ameaçados pelos processos de urbanização, especulação imobiliária, turismo e pela pesca industrial, segundo Cunha (s/d), pode tê-los levado a buscar na reserva extrativista um meio de proteção socioambiental. Desse modo, as Resex's marinhas se consolidaram como "uma forma de reconhecimento do direito dessas comunidades aos seus territórios

[12] Conforme Diegues, "as comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta de mariscos e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil é o conhecimento que os produtores tem dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse *know-how* tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não tem outra fonte de renda, o uso sustentável dos recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena.(...)" (DIEGUES, 1992 apud DIEGUES 2001a).

originais de reprodução social e econômica" (DUMITH, 2011, p.70). Portanto, decorrem da importância dada à conservação de tais ambientes para, consequentemente, a perpetuação do modo de vida tradicional das populações pesqueiras, as quais dependem dos recursos aquáticos.

De um modo geral, as Resex's visam ao desenvolvimento sustentável, que, para Cavalcanti (2004), se trata de promover o bem-estar social considerando e respeitando o funcionamento do sistema ecológico, ou seja, sem ocasionar estresses que o sistema ecológico não possa absorver. No entanto, a Resex Marinha de São Caetano de Odivelas ainda carece de um plano de manejo e sofre diante da falta de regras para o uso dos recursos naturais, sendo alvo, inclusive, do acesso e uso de seus recursos aquáticos por todo tipo de população que chega a seu território, inclusive pescadores esportivos.

Mediante este cenário de exploração desenfreada dos recursos aquáticos, ausência de política ou normas locais, inexistência de fiscalização voltada para a ocorrência da pesca esportiva, bem como insatisfação da população local perante a forma desregulada como essa atividade tem se desenvolvido, percebeu-se a necessidade de um ordenamento quanto à prática da pesca esportiva em São Caetano de Odivelas.

Assim, este artigo partiu de uma inquietação quanto ao exercício dessa modalidade de pesca no referido município. Descrever e entender, portanto, a dinâmica de funcionamento dessa prática é de fundamental importância para a finalidade que esse estudo se propõe. Nesse sentido, apresenta a visão da população local a respeito da atividade de pesca esportiva que ocorre na região e descreve, a partir de duas diferentes percepções, como essa prática tem influenciado no meio ambiente e no modo de vida da população local.

Metodologia

A construção deste trabalho esteve alicerçada em uma pesquisa exploratória, por meio de levantamento bibliográfico e coleta de dados in loco, juntamente ao público-alvo, o qual será citado a seguir. Para o levantamento bibliográfico, amparou-se em trabalhos referentes à pesca esportiva, pesca artesanal, populações tradicionais, conflitos

socioambientais e desenvolvimento sustentável. Tais temáticas foram de grande e fundamental importância para a familiaridade ao assunto, compreensão e elaboração dos resultados.

No que diz respeito à coleta de dados em campo, utilizou-se o survey como método de pesquisa. O survey consiste em uma técnica utilizada quando se pretende responder a questionamentos sobre "o que está acontecendo" ou "como e por quê está acontecendo" (FREITAS et. al, 2000). Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e entrevistas abertas, de abordagem qualiquantitativa, pelas quais foi possível identificar a visão dos diferentes atores entrevistados a respeito da pesca esportiva praticada em São Caetano de Odivelas, bem como conhecer a atual realidade com a qual lidam os moradores e pescadores locais diante dessa prática de lazer na região.

A coleta de dados ocorreu em dois momentos diferentes e alcançou um total de 32 entrevistas, realizadas nos meses de abril e julho de 2015. A pesquisa teve como público-alvo atores sociais envolvidos direta e indiretamente com a atividade de pesca esportiva no município. Sendo eles: 18 pescadores artesanais, 12 comerciantes, o atual presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba (Auremoca) e o ex-prefeito de São Caetano de Odivelas.

Os atores acima citados foram interrogados e instigados, durante as entrevistas, a discorrer sobre a forma como a pesca esportiva tem sido desenvolvida na região, sobre os beneficiados e prejudicados por tal atividade e a exporem suas opiniões a respeito dessa prática de lazer no município. Por fim, para o tratamento dos dados coletados, foi utilizado o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS), software que permitiu a análise estatística das informações e a construção dos gráficos, editados no programa Excel 2010, e uma análise interpretativa das informações qualitativas.

A pesca esportiva em são caetano de odivelas

A pesca esportiva tornou-se, ao longo dos anos, uma realidade em São Caetano de Odivelas, pois como já mencionado, o município apresenta grande potencialidade pesqueira, fator este que chamou atenção dos adeptos

dessa atividade, motivando-os à sua prática no município. No entanto, aliado a isso, outros fatores também influenciaram para que essa atividade obtivesse êxito. Tais fatores correspondem à ausência de fiscalização e uma ampla divulgação a respeito do referido polo pesqueiro, possibilitando assim um cenário de intensificação da pesca esportiva em São Caetano.

Nesse cenário, a figura de um ex-prefeito, que esteve como gestor do município no período de 2008 a 2012, é recorrente nos relatos dos entrevistados, o qual ora aparece como responsável pela inserção da pesca esportiva na região, ora como incentivador e fortalecedor dessa atividade durante sua gestão. A relação feita por 40,9% dos entrevistados[13] a respeito da atividade de pesca esportiva como iniciativa da prefeitura remete ao fato de associarem o seu início com o Torneio de Pesca Esportiva de São Caetano de Odivelas, o Topesco. Evento criado e organizado pela prefeitura na época da gestão do ex-prefeito acima citado.

Quando interrogado sobre quando e como essa atividade foi inserida na região e se teve participação no desenvolvimento dela, o prefeito esclareceu que a atividade já existia antes da sua gestão, porém confirma que, quando teve a oportunidade de atuar como prefeito do município, a pesca esportiva recebeu uma atenção especial, tendo em vista que foi considerada durante a sua gestão o "carro- -chefe" do turismo a ser desenvolvido no município. Em relato a seguir, discorre:

> (...) Então essa atividade da pesca esportiva ela já é bem antiga. Quando eu tive a oportunidade de estar como prefeito, sem dúvida alguma, nós demos um upgrade na pesca esportiva. Primeiro por eu ser um apaixonado pela atividade. Segundo porque eu vi na pesca esportiva, no turismo, um dos maiores segmentos econômicos para a viabilidade do município. Então nós trabalhamos muito o turismo e dentro do turismo a pesca esportiva era o carro-chefe. A criação do torneio foi na minha gestão, então eu acredito que isso tenha sido um upgrade. Lógico que quando nós criamos o torneio a quantidade de pescadores esportivos já era bem significativa. Eu digo que o TOPESCO deu um incentivo a mais, uma publicidade a mais na pesca esportiva de São Caetano
> (R.B., EX-PREFEITO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS, Entrevista 2015).

[13] Percentual extraído de um universo de trinta (30) pessoas entrevistadas (100%), representadas por comerciantes e pescadores artesanais.

Assim, levando-se em consideração o relato acima, é possível inferir que a pesca esportiva apresenta-se como uma prática antiga existente no município, mas que somente a partir de 2008 ganhou uma maior visibilidade e notoriedade devido às ações já citadas.

A pesca esportiva e sua influência no meio ambiente

Caracterizada como uma atividade de lazer que tem como princípio a prática do pesque e solte, os adeptos da pesca esportiva têm se preocupado cada vez mais com a conservação da natureza para a manutenção e perpetuação do seu esporte (LOPES, 2009). Essas características, porém, não são encontradas na pesca esportiva difundida em São Caetano de Odivelas. O pesque e leve e a captura de peixes em quantidade e tamanho inadequado têm sido as práticas mais comuns dos pescadores esportivos frequentadores do município.

Nesse sentido, constataram-se, em São Caetano de Odivelas, problemas socioambientais decorrentes da pesca esportiva. Esses problemas advêm do fato de que seus praticantes têm ido contra os princípios dessa prática. Com relação a isso, se faz necessário atentar para a sustentabilidade, não da atividade em si, mas para a forma como os seus adeptos vem gerindo-a, pois, apesar de ser uma atividade pautada em parâmetros do desenvolvimento sustentável[14], na prática tem se efetivado, muitas vezes, no seu sentido inverso. É nesse sentido que Cavalcanti (1994) ressalta que sustentabilidade significa comportamento em obediência às leis da natureza, ou seja, só é possível mediante atitudes e práticas que levem em consideração os limites e a manutenção do suporte natural.

[14] Fundamentadas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, foram estabelecidas algumas diretrizes norteadoras da prática da pesca esportiva no País. Dentre elas, destaca-se aqui: promover o desenvolvimento sustentável da pesca amadora como fonte de emprego, renda e lazer, em harmonia com a preservação e conservação do meio ambiente; promover a pesca amadora como instrumento de conservação e recuperação dos recursos pesqueiros e ecossistemas aquáticos; promovê-la em harmonia com a cultura, o desenvolvimento socioeconômico e profissional dos que exercem a pesca comercial; promover a articulação entre a sociedade organizada do setor e os governos federal, estadual e municipal no planejamento e execução de programas de gestão pesqueira (BRASIL, 2010a).

Dito isso, o primeiro problema que se desenha em São Caetano de Odivelas está relacionado à grande quantidade e ao tamanho indevido de peixes capturados pelos pescadores esportivos. De acordo com os relatos dos entrevistados a maioria preza pela quantidade, e não pela qualidade do peixe. Além disso, capturam peixes ovados, ou seja, em período de reprodução, e ainda juvenis, podendo, dessa forma, prejudicar a reprodução e manutenção dos estoques pesqueiros, uma vez que a área explorada, caracterizada como estuário[15], é área de reprodução, berçário e alimentação dos peixes (BARROS et al., 2011).

Situação semelhante ocorre com a pesca esportiva praticada no Lago da UHE de Tucuruí, onde essa modalidade de pesca se dá em função da abundância de tucunaré existente no lago e da paisagem caracterizada pela formação de ilhas após a construção da hidrelétrica (SOUZA e CAÑETE, 2015). Em estudo realizado na região, Souza e Cañete (2015) constataram, a partir de relatos dos moradores, que muitos chegam na condição de pescadores esportivos, porém capturam e levam consigo um volume superior ao permitido. Assim como em São Caetano de Odivelas, em Tucuruí não há um plano de uso e monitoramento para a prática da pesca esportiva, fato que incide na desconsideração dos preceitos da sustentabilidade.

Conforme as autoras:

> A capacidade de suporte dos ambientes aquáticos aponta para o esgotamento dos recursos pesqueiros frente ao acelerado processo de degradação causado por um modelo que não considera o tempo da natureza e da reprodução dos organismos aquáticos nos processos de resiliência (SOUZA e CAÑETE, 2015, p.619).

As populações tradicionais[16] – categoria em que se enquadra a pesca

[15] A área estuarina amazônica é caracterizada por um ambiente complexo de alta produtividade biológica, compondo locais de refúgio, reprodução e crescimento de inúmeras espécies de animais aquáticos (OLIVEIRA et al., 2007; HOLANDA, 2012).

[16] A discussão sobre o conceito de população tradicional vem ocupando parte do debate dentro das ciências sociais. Não é objetivo deste artigo pautar tal temática, e sim apenas esclarecer que, para este texto, se entende por população tradicional aquele tipo de população marcada por um saber específico sobre os recursos naturais de que se utiliza, conhecimento esse transmitido entre gerações e marcadamente pela forma oral,

artesanal – frequentemente desenvolvem sistemas de manejo dos recursos naturais que garantem a manutenção e uso sustentável dos ecossistemas. Tais uso e apropriação da natureza dão-se mediante o respeito aos ciclos naturais e à exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas (DIEGUES, 2001a).

Outros problemas oriundos da pesca esportiva em São Caetano de Odivelas dizem respeito à poluição do rio e à utilização, por parte desses pescadores, da tarrafa[17] para a captura de iscas. O excesso na captura tem provocado a morte e o desperdício do recurso, uma vez que capturam uma quantidade de isca acima do necessário e em seguida despejam os peixes mortos na água. Com essas atitudes, além de estarem provocando prejuízo socioambiental, tais pescadores têm negligenciado as diretrizes que regulamentam a pesca esportiva no Brasil, pois de acordo com a instrução normativa Nº 9, de 13 de junho de 2012, estabelecida pelo antigo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a tarrafa não se enquadra entre os petrechos de pesca[18] permitidos pela referida lei (BRASIL, 2012).

Acrescentam-se a isso as implicações de natureza socioeconômica decorrentes da imprudência e desrespeito dos pescadores esportivos com relação aos artesanais. A alta velocidade com que as voadeiras dos turistas percorrem o rio, além de provocar a destruição das embarcações locais que ficam ancoradas na "beira"[19], tem ocasionado a destruição de apetrechos de pesca e currais[20], assim como acidentes no rio. Dessa maneira, a imprudência e irresponsabilidade dos pescadores esportivos colocam em risco a vida e comprometem os meios de trabalho dos pescadores artesanais.

---

apesentando uma economia de subsistência e de fraca relação com o mercado. Para situar o debate sobre populações tradicionais, ver Cañete (2012).

17 Segundo o ICMBio (s/d), a tarrafa é um apetrecho de pesca bastante utilizado em baías, portos, rios e canais na captura de peixes e camarões. Sua fabricação é geralmente realizada manualmente, pois depende do número de malhas nas diversas carreiras que dão a forma circular da arte de pesca. É bastante utilizada na costa brasileira na captura de camarões, parati, tainha, pampo e papa-terra.

18 Os petrechos de pesca permitidos ao pescador amador são: linha de mão; caniço simples, caniço com molinete, espingarda de mergulho ou arbalete com qualquer tipo de propulsão e de seta; bomba de sucção manual para a captura de iscas ou puçá-de-siri (BRASIL, 2012).

19 Expressão local para nomear as margens do rio.

20 Arte de pesca local. Trata-se de uma armadilha construída no interior do rio que, sofrendo os movimentos das marés, causa o aprisionamento dos peixes no seu interior.

Pesca esportiva x pesca artesanal

Os problemas socioambientais ocasionados pela prática da pesca esportiva em São Caetano de Odivelas têm gerado uma relação de conflito com os pescadores artesanais. Alguns problemas já citados podem estar contribuindo para a diminuição do pescado e têm resultado na incidência desse conflito, na medida em que os pescadores artesanais, insatisfeitos em virtude do cenário predatório, percebem a pesca amadora como ameaça à reprodução das espécies e ao modo de vida daqueles que buscam na atividade pesqueira suprir suas necessidades básicas.

Segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (2000), os conflitos manifestam-se de muitas maneiras, que vão desde quebrar as regras até atitudes de sabotagem e violência. Apesar de às vezes os conflitos se manifestarem de forma tímida, escondida ou implícita (TERAMOTO, 2014), a falta de embates públicos, verbal ou físico, não significa inexistência de conflito. Logo, a forma e intensidade dos conflitos variam de acordo com o lugar e no decorrer do tempo dentro de qualquer comunidade (FAO, 2000).

Cabe lembrar que os conflitos, de modo geral, são desencadeados de relações entre duas ou mais pessoas que apresentam divergências na maneira de pensar, de se posicionar, se apropriar e agir em determinado lugar, no qual já existe uma dinâmica espacial, territorial, ou social e ambiental estabelecida. Nesse sentido, configuram-se, basicamente, em conflitos sociais, ambientais e territoriais. Em São Caetano de Odivelas, o cenário de conflito que se instala é caracterizado não somente como socioambiental, mas alcança uma dimensão territorial e, dessa forma, merece algumas considerações.

Para Litlle (2004), o conflito socioambiental envolve embates que decorrem da disputa em torno do recurso; dos impactos socioambientais causados pela ação humana e da divergência entre valores e ideologias envolvendo o modo de vida e o uso da natureza. No caso de São Caetano de Odivelas, o conflito entre a pesca artesanal e esportiva, enquadrado nessa perspectiva socioambiental, caracteriza-se especificamente pelo prejuízo de caráter material e econômico ocasionado por tal modalidade aos ribeirinhos e pela disputa com relação ao espaço e ao recurso, a qual

tem sido evidenciada pela insatisfação a respeito da quantidade e tamanho de peixes capturados e da disparidade tecnológica entre os instrumentos utilizados por pescadores artesanais e esportivos (SOUZA et al., 2015).

O conflito com a pesca esportiva também é uma realidade presente em Tucuruí, onde o tucunaré (*Cichla* spp.), espécie de alto valor econômico, é alvo de disputa entre pescadores artesanais e esportivos no reservatório. O forte interesse dos pescadores esportivos pelo tucunaré, principal produto da pesca esportiva, tem levado, consequentemente, a uma redução no tamanho e na quantidade dessa espécie no lago (SOUZA e CAÑETE, 2015).

De acordo com Teramoto (2014), o conflito pela apropriação do recurso se instala quando diferentes formas de pesca exploram o mesmo espaço e interferem diretamente na reprodução do pescador artesanal, que possui pouca mobilidade no mar. Nesse sentido, é importante entender que "o uso de tecnologias simples, constituída de embarcações a vela e outros apetrechos de pesca, em geral confeccionados pelo próprio pescador, e o método de detecção dos cardumes, atribuem o caráter artesanal da atividade pesqueira no Pará" (FURTADO, 1981, p. 3).

Tal conflito alcança, portanto, uma dimensão também territorial, uma vez que os conflitos territoriais decorrem das diferentes formas de apropriação e uso dos grupos sociais sobre um mesmo recorte espacial, ou seja, de modos distintos de vida e de produção territorial. Surge quando sistemas de apropriação do espaço pautados na predação, e consequentemente em prejuízos sociais e ambientais, invadem e entram em choque com territórios construídos por grupos cujas formas de uso do espaço e reprodução social dependem em alto grau dos ritmos naturais de regeneração do meio utilizado (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Os depoimentos[21] e a Figura 1, abaixo, reforçam sobre a desigualdade existente entre pescadores artesanais e esportivos no município alvo da pesquisa. Essa desigualdade é evidenciada em relação à facilidade dos pescadores esportivos na apropriação do recurso pesqueiro, na medida em que detêm equipamentos de alto padrão tecnológico.

[21] No texto usam-se apenas as iniciais para o nome dos entrevistados para manter o sigilo sobre suas identidades.

> Existe uma desigualdade muito grande em relação ao nosso ribeirinho que vive da pesca pra eles que são empresários, com potencialidades, com equipamentos de *últ*ima geração, tipo um sonar. Eles captam onde realmente tem o peixe e vão lá e pegam, sabem a localização do cardume do peixe. J*á o ribeirinho não tem nada disso. Então ele pesca mesmo na sorte e por algumas experiências de vida, como*, por exemplo, o conhecimento da maré. Aí rolam uns comentários do tipo "o cara vem aí e pega todo o nosso peixe e leva e a gente aqui não consegue pegar (...).
> (F.J., COMERCIANTE, Entrevista 2015)

Figura 1 – Embarcações de pescadores esportivos e artesanais, no Rio Mojuim, em São Caetano de Odivelas.



Fonte: Produção própria, SOUZA, 2015.

De acordo com Souza e Cañete (2015), a pesca esportiva assemelha-se, em determinados aspectos, à pesca industrial. Dotada de equipamentos de captura de alta produção, a pesca industrial possui capacidade de maior mobilidade por meio de barcos de grande porte e, além disso, é desprovida de comprometimento com a sustentabilidade dos estoques pesqueiros, contribuindo, assim, para o esgotamento do recurso. Diante do esgotamento do recurso, os turistas pescadores, assim como os pescadores industriais, pessoas alheias à realidade local, buscam outros lugares para explorar.

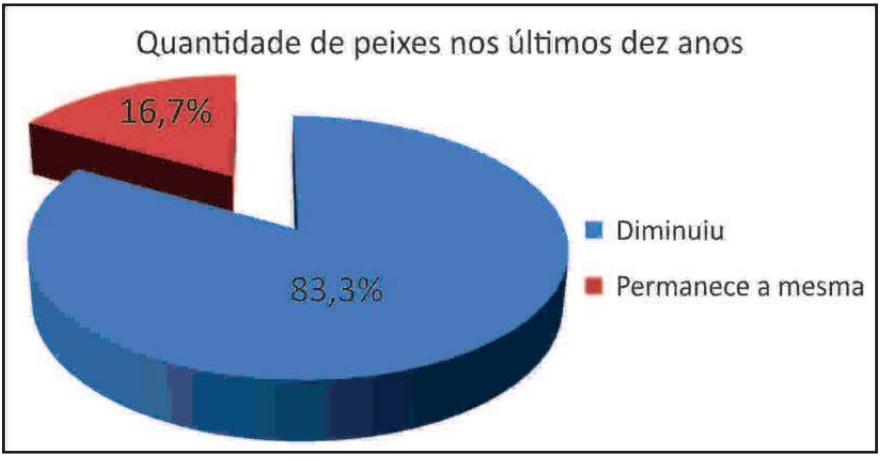
O relato a seguir mais uma vez demonstra a insatisfação de pescadores artesanais diante da disparidade de mecanismos existentes entre pescadores artesanais e esportivos para o acesso e a captura do recurso pesqueiro em São Caetano de Odivelas:

> (...) Pra gente encontrar um pesqueiro que tenha peixe tem que analisar bastante, observar o local, onde que tá dando peixe. E eles não. E pra gente chegar lá fica difícil. Com uma rabeta dessa é mais ou menos meia hora e pra eles chegarem lá no pesqueiro é cinco minutos. Eles têm uma maior facilidade de buscar pesqueiros longe do que nós
> (D., PESCADOR ARTESANAL, Entrevista 2015).

Sobre pesqueiros, Begossi (2013) define que são pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regras de uso ou conflito, tratando-se, nestes dois últimos casos, de um território. Além disso, a autora acrescenta que, quanto mais escasso o recurso ou quanto maior for o número de pescadores numa área, maior será a probabilidade de se encontrar territórios pesqueiros. Probabilidade essa existente em São Caetano de Odivelas, na medida em que, segundo a percepção dos pescadores locais, o pescado tem diminuído nos últimos dez anos. Enquanto que se evidencia o surgimento de novos atores em torno da pesca, levando dessa forma a uma crescente disputa ou demanda pelo recurso em uma mesma área.

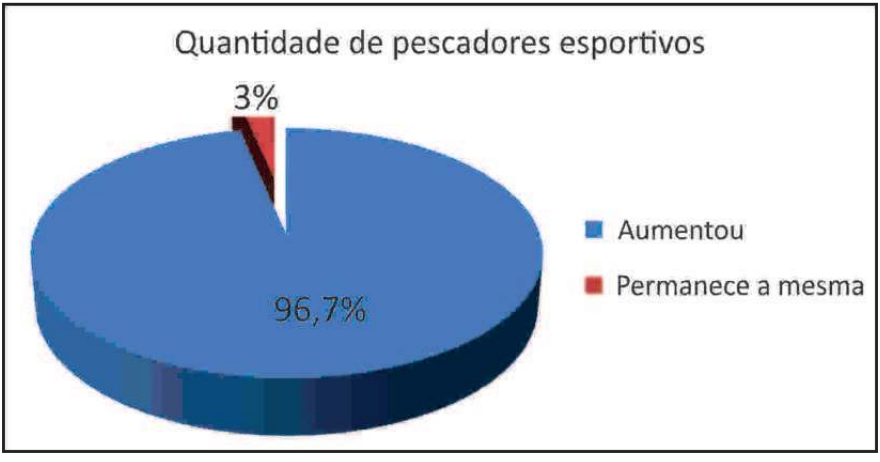
O Gráfico 1 apresenta a percepção dos pescadores artesanais sobre o cenário da pesca em São Caetano de Odivelas, enquanto o Gráfico 2 demonstra o crescimento do número de pescadores esportivos no município, considerando o universo de comerciantes e pescadores artesanais entrevistados.

Gráfico 1 – Percentagem acerca da percepção dos pescadores artesanais sobre a quantidade de peixes nos últimos dez anos.



Fonte: Entrevistas 2015, elaboração própria.

Gráfico 2 – Percentagem da quantidade de pescadores esportivos em São Caetano de Odivelas, considerando a percepção de comerciantes e pescadores locais.



Fonte: Entrevistas 2015, elaboração própria.

Alguns trabalhos referentes à pesca comercial no nordeste paraense apontam para uma queda da produção pesqueira como consequência da sobrepesca na região (PARÁ, 2008; MOURÃO et al., 2009; SOUZA JUNIOR

et al., 2010; SOUZA JUNIOR et al., 2012; PALHETA, 2013). Embora seja escassa a produção de trabalhos desse caráter sobre São Caetano de Odivelas, que comprove estatisticamente o aumento no esforço de captura, bem como a disponibilidade do recurso nos últimos anos, a percepção dos pescadores artesanais entrevistados adquire fundamental importância para este estudo, uma vez que se utilizam do exercício da memória para realizar comparações com o cenário da pesca nos dias atuais.

> Antes eu me lembro que vinha com meu pai lá de baixo, chama boca Itaipu. Da entrada, próximo ao farol. (...) Antes a gente levantava a nossa vela de lá, porque antes era vela, e o peixe pulava dentro da canoa. Pratiqueira. Agora? A uma certa distância da canoa a pratiqueira já vai procurando se esconder. (...) Diminuiu muito porque têm muitos pescadores, muito barulho
> (D., PESCADOR ARTESANAL, Entrevista 2015).

A pesca esportiva, nesse sentido, pode estar contribuindo para esse cenário de escassez, tendo em vista o crescimento do número de pescadores esportivos, e a desordem dessa prática no município, acarretando consequentemente maior esforço e pressão sob o ecossistema aquático.

Além de todas essas implicações que permeiam o conflito entre ambas as práticas, a negligência na contratação de guias de pesca tem se mostrado outro fator de insatisfação para os pescadores artesanais do município. Teramoto (2014) considera que uma das características importantes da pesca amadora consiste na geração de emprego, e, nesse sentido, os condutores de pesca tornam-se peça- chave do setor. No entanto, de acordo com os entrevistados, são poucos os pescadores esportivos frequentadores de São Caetano que têm um guia fixo e, exceto esses, a contratação só ocorre uma ou duas vezes quando os pescadores ainda não conhecem a região e os pontos de pesca. A respeito disso, o entrevistado relata:

> (...) "eles já vêm com a própria mercadoria deles de fora, já descem na lancha, já não pegam mais os nossos guias daqui da cidade. Eles só usam uma ou duas vezes as pessoas, aí aprendem e não contratam mais os guias. As pessoas só são usadas"
> (S., COMERCIANTE, Entrevista 2015).

Diante do relato acima, vale uma reflexão acerca do conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, que segundo Diegues (2001b), não é pré-lógico ou pré-científico, mas é construído a partir de uma observação contínua dos fenômenos naturais. Esse conhecimento leva o pescador a construir seus próprios mapas mentais, os quais lhes orientam sobre onde e como pescar, ou seja, um processo de habilidade cognitiva capaz de levar os pescadores a identificar zonas produtivas de pesca. Nessa perspectiva, Souza e Cañete corroboram que:

> (...) a pesca esportiva se utiliza de todo esse conhecimento para ser realizada, haja vista que o turista não conhece os pontos de pesca, nem o saber que envolve a captura. Esse pescador obtém o conhecimento da técnica no uso do equipamento apropriado como isca artificial, anzol e carretilha ou molinete,

Percebe-se então, diante disso, a apropriação do conhecimento tradicional dos pescadores artesanais pelos pescadores esportivos, na medida em que esses últimos aproveitam-se da habilidade cognitiva dos primeiros para descobrir e ter acesso aos pesqueiros de São Caetano de Odivelas.

Nesse contexto, 72,2% dos pescadores artesanais entrevistados percebem a pesca esportiva como uma atividade prejudicial ao recurso pesqueiro e aos pescadores, como mostra o Gráfico 3. Logo, a mesma tem ocorrido de forma desordenada, por meio da exploração predatória do recurso e da destruição dos seus meios de trabalho. Esse discurso, reafirmado na fala dos comerciantes, demonstra que a atividade de pesca esportiva tem ocorrido de forma desorganizada e que, portanto, carece de uma espécie de controle por meio de fiscalização quanto ao tamanho e limite de peixes capturados; e da cobrança de taxa aos praticantes dessa modalidade.

Gráfico 3 – Visão dos pescadores artesanais a respeito da pesca esportiva.



Fonte: Entrevistas 2015, elaboração própria.

Por fim, além das implicações socioambientais prejudiciais aferidas, a pesca esportiva foi considerada de pouca importância econômica para o município. O Gráfico 4 apresenta dados em percentual relativos ao retorno econômico gerado por essa atividade em São Caetano de Odivelas. Para o levantamento desse dado, foi considerada a opinião do universo de pescadores artesanais e comerciantes entrevistados.

Gráfico 4 – Retorno econômico gerado pela pesca esportiva.



Fonte: Entrevistas 2015, elaboração própria.

Todavia, não se pode desconsiderar o retorno econômico gerado por essa atividade em outras localidades do País. Conforme colocado por Teramoto (2014), no município de Bertioga, SP, a pesca esportiva tem se apresentado como importante fonte de renda aos munícipios, através da geração de emprego e renda nas embarcações, marinas, pousadas, restaurantes e movimentação no comércio local. Do mesmo modo, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatumã, localizada no Amazonas, essa atividade demonstrou expressividade econômica, gerando arrecadação de mais de R$10.000,00 ao ano para uma das comunidades integrantes da reserva (KOURY et.al., 2011).

Os dados apresentados com relação à inexpressividade econômica da atividade de pesca esportiva em São Caetano de Odivelas ainda carecem de uma investigação com maior profundidade, estendida a outros atores sociais envolvidos na cadeia da pesca esportiva e do turismo do município, como donos de empreendimentos hoteleiros, donos e funcionários de marinas, guias de pesca, entre outros envolvidos na cadeia informal da pesca esportiva. Somente a partir disso poderão ser construídas análises detalhadas e precisas a respeito desse resultado. No entanto, os totais apresentados a princípio não devem ser desconsiderados.

Considerações finais

A partir dos resultados apresentados pôde-se constatar e evidenciar a maneira como a pesca esportiva é percebida pelos moradores locais, especialmente pelos pescadores artesanais de São Caetano de Odivelas. Essa percepção esteve baseada na forma como essa prática tem ocorrido – e suas implicações socioambientais – no município, onde a atividade pesqueira representa a base de subsistência e de reprodução social para uma parcela considerável da população. Nesse sentido, a percepção de dois diferentes atores sociais, pescador artesanal e comerciante, foi de fundamental importância para se atingir os objetivos propostos e compreender o "porquê" da insatisfação e preocupação acerca dessa modalidade de pesca.

Os problemas socioambientais identificados afetam diretamente os pescadores artesanais. Dentre eles, a exploração desordenada do recurso e a destruição dos meios de trabalho dos pescadores estiveram entre os

mais citados. No entanto, a disparidade tecnológica das embarcações e equipamentos utilizados para se chegar aos pesqueiros e capturar o recurso também foi uma reclamação presente nos discursos dos pescadores, os quais demonstraram insatisfação a respeito de tal situação. Ademais, a ausência de fiscalização, limites de captura e cobrança de taxas pelo pescado capturado são medidas ainda inexistentes e, portanto, consideradas necessárias pelos entrevistados como estratégia de limite e ordenamento ao acesso dos pescadores esportivos ao recurso pesqueiro.

Dada à forma desordenada dessa atividade em São Caetano de Odivelas, constatou-se que, apesar de o município ser conhecido como um dos principais polos pesqueiros da região para a prática da pesca esportiva, na realidade, o que acontece é uma pesca predatória, sem limites e desprovida de princípios por aqueles que a praticam, haja vista o não cumprimento do pesque e solte. Assim, diferentemente dos princípios difundidos pela legislação vigente e por diferentes autores que dissertam sobre a pesca esportiva, em São Caetano de Odivelas essa prática tem tomado outro rumo. Logo tem se apresentado de maneira desorganizada e insustentável, à medida que se mostra predatória e perturbadora aos pescadores artesanais, sendo percebida, nesse caso, não mais como uma atividade que tem por finalidade o esporte ou lazer.

Contudo essa situação de desordem nas diferentes esferas ambiental e social a respeito da referida atividade pode ser modificada mediante a elaboração e implementação do plano de utilização da unidade de conservação criada no município. Através de debates e discussões sobre o assunto, no plano podem ser estabelecidas regras de uso da área e, consequentemente, dos recursos naturais não somente para os praticantes, mas também para todos os demais atores envolvidos no planejamento e operação da pesca esportiva na região.

Referências

ALMEIDA, N. J.; MORAES, S.; FERNANDES, D. **Conservação do ecossistema manguezal, a partir dos modos de uso pela comunidade extrativista da Vila Sorriso, São Caetano de Odivelas/Pa.** In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, Belém, 2012. Belém: ANPPAS, 2012. p. 1-13.

BARTHEM, R.B. Desenvolvimento da Pesca Comercial na Bacia Amazônica e Consequências para os Estoques Pesqueiros e a Pesca de Subsistência. In: ARAGON, L. E. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos**. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1992. p.489- 522 (Série Cooperação Amazônica, Vol. 13).

BARTHEM, R. B.; PETRERE, M. J.; ISAAC, V.; Ribeiro, M. C. L. D. B.; MCGRATH, D. G.; VIEIRA, I. J. A.; BARCO, M. V. A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo. In: VALLADARES-PÁDUA, C.; BODMER, R.E. (Org.). **Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil.** Rio de Janeiro: MCT-CNPq/Sociedade Civil Mamirauá, 1997. p.173-185.

BARROS, D. F.; TORRES, M. F.; FRÉDOU, M. L. Ictiofauna do estuário de São Caetano de Odivelas e Vigia (Pará estuário amazônico). **Revista Biota Neotrópica**, Campinas, v.11, n. 2, p. 367-373, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199120062036>. Acesso em: 09 mai. 2016.

BARROCO, L. S.; FREITAS, C. E. de. A pesca esportiva na Amazônia: implicações para a sustentabilidade dos estoques pesqueiros e da atividade. **Scientia Amazônia**, Amazonas, v.3, n.2, p. 93- 99, mai/ago. 2014. Disponível em: < http://scientia-amazonia.org/index.php/volume-publicado/2014-2/numero-2/>. Acesso em: 08 mai. 2016.

BEGOSSI, A. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** 2.ed. São Paulo: Rima, 2013. p. 195-219.

BORDALO, C. A . L; ABREU, W. L. Território e gestão da pesca em comunidades tradicionais no Nordeste Paraense: Estudo de caso no município de Marapanim - PA. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre - RS. **Anais...** Porto Alegre, RS, 2010. p.1- 11. Disponível em: <file:///C:/Users/Flavia/Downloads/download(338)%20(2).PDF>. Acesso em: 08 mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de pesca:** Orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008a. 56 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/

downloads_publicacoes/Turismo_de_Pesca_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2016.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Define as regras para a prática da pesca amadora no Brasil**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2009. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/phocadownload/legislacao/portaria_04_2009.pdf>.

Acesso em: 01 maio 2016.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. I Encontro Nacional da Pesca Amadora "**Construindo a política da pesca amadora".** Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2010a. 28 p. Disponível em: http://www.pescariabrasil.com.br/documentos/texto_base_1_encontro_pesca_amadora.pdf. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de pesca:** Orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b. 58 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Pesca_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2016.

_____. Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA. **Estabelece Normas Gerais para o Exercício da Pesca Amadora em Todo o Território Nacional**. Ministério da Pesca e Aquicultura/ Ministério do Meio Ambiente, 2012. Disponível em: < http://www.sedam.ro.gov.br/arquivos/arquivos/04-08-13-18-35-07INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20INTERMINISTERIAL%20No%20009%20MINIST%C3%89RIO%20DA%20PESCA.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Estudo Socioambiental Referente à Proposta de Criação de Reserva Extrativista Marinha no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará.** Pará: ICMBIO, 2014a. 102 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Tarrafa. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/artes_de_pesca/artesanal/arte_caida/tarrafa.pdf>. Acesso em: 13/07/2017.

_____. Decreto S/N, de 10 de outubro de 2014. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, localizada no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará. Diário Oficial da União, Pará, Nº 197, p. 2, 2014b.

_____. Cidade Brasil. **Microrregião do Salgado.** 2017. Disponível em: Acesso em: <http://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-salgado.html>. Acesso em: 07 jul. 2017.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: Paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. Recife: Clacso, 1994. p. 92-105.

_____. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. Revista **Ambiente & Sociedade**, v. VII, n.1, p. 149-156, jan/jun. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23541.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2016.

CAÑAS, R. P. A. **Conflitos Silenciosos:** A Pesca Amadora no Lago de Balbina, Presidente Figueiredo, Amazonas. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus, 2012.

CAÑETE, T. M. R. **Direito e populações tradicionais no Brasil:** da revisão à crítica de aplicabilidades e definições acadêmicas/jurídicas/legais. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Direito, Belém, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Flavia/Downloads/Dissertacao_DireitoPopulacoesPovos.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2016.

CUNHA, H. O. Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade (s/d). Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001a. 162 p.

_____. **Conhecimento Tradicional e Apropriação Social do Ambiente Marinho.** São Paulo: NUPAUB, 2001b. 18 p. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conhectradicapro.pdf>.Acesso em: 01 agosto 2015.

_____. **Marine Protected Areas and Artisanal Fisheries in Brazil.** India: ICSF, 2008. 68 p.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.

DIARIO ONLINE (DOL). **São Caetano de Odivelas**: Um polo pesqueiro. 2011. Disponível em:<http://www.diarioonline.com.br/noticia-155213-sao-caetano-de-odivelas-um-polo-pesqueiro.html>. Acesso em: 01 mai. 2016.

DUMITH, R. C. Território, territorialidade e identidade dos pescadores artesanais: Subsídios conceituais ao planejamento e gestão de Reservas Extrativistas Marinhas. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v.13, n.25, p.59-76, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/405>. Acesso em: 19 nov. 2016.

FAO (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS). **Conflict and Natural Resource Management**. FAO: Rome, 2000. Disponível em: <http://www.fao.org/forestry/21572-0d9d4b43a56ac49880557f4ebaa3534e3.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACOOL, A. Z. e MOSCAROLA, J. O método da pesquisa Survey. **Revista de Administração**. v. 35, n.3, p. 105-112, 2000.

FRÉDOU, T.; FIGUEIREDO FILHO, L. D.; TORRES, D. G.; FERREIRA, P. R. C.; SOUZA, E. G. LOPES, K. S. Diagnóstico, tendência, potencial e políticas para o desenvolvimento da pesca amadora. In: Diagnóstico da Pesca e da Aquicultura do estado do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305379487_Diagnostico_tendencia_potencial_e_politicas_publicas_para_o_desenvolvimento_da_pesca_esportiva>. Acesso em: 09 jun. 2017.

FURTADO, L. G**.** Pesca Artesanal: Um Delineamento de Sua História no

Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. [s.i], n.79, p.1-51, 1981.

HOLANDA, F. C. A. F. **Desenvolvimento Tecnológico, por Métodos de Arrasto de Fundo, na Captura de Recursos Demersais de Profundidade da Zona Econômica Exclusiva (Zee) Norte Do Brasil**. 2012. 135 f. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ce, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Político-Administrativa**. 2017. Disponível em: <http://www.ngb.ibge.gov.br/Default.aspx?pagina=divisao>. Acesso em: 07 jul. 2017.

LITLLE, P. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: II Encontro Nacional da ANPPAS, 9., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2004. p. 01- 09. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2016.

LOPES, K. S. **Plano de uso para a pesca esportiva da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatumã.** Amazonas, 2009, 42 p. Disponível em: http://www.uatuma.org.br/wp-content/uploads/2012/08/publicacao4.pdf. Acesso em: 8 jun. 2016.

KOURY, C. G.; GUIMARÃES, E. R.; STUPIÑAN, G.; LOPES, K. S. Participação e Envolvimento Comunitário na Pesca Esportiva na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. In: XVII Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca Engenharia de Pesca: Construindo o Desenvolvimento Sustentável do Setor Pesqueiro Nacional, 2011, Belém. Disponível em: < http://www.idesam.org.br/wp-content/uploads/2012/04/PescaEsportiva-ComunidadesRDSUatuma.pdf >. Acesso em: 03 jun. 2015.

MOURÃO, K. R. M.; FRÉDOU, F. L.; ESPÍRITO-SANTO, R. V.; ALMEIDA, M. C.; SILVA, B. B.; FRÉDOU, T.; ISAAC, V. Sistema de produção pesqueira pescada amarela – cynoscion acoupa Lacépede (1802): Um estudo de caso no litoral nordeste do Pará - Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca,** São Paulo, v.3, n.35, p.497- 511, 2009. Disponível em: <http://www.pesca.sp.gov.br/35_3_497-511.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

OLIVEIRA, D. M.; FREDÓU, T.; LUCENA, F. A pesca no Estuário Amazônico: uma análise uni e multivariada. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, Belém, v. 2, n. 2, p. 11-21, mai-ago. 2007. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/bmpegcn/v2n2/v2n2a02.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura. Diagnóstico, tendência, potencial e política pública para o desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal. In: **Diagnóstico da Pesca e da Aquicultura do Estado do Pará**, Belém, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Flavia/Downloads/artesanal_final%20(1).pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

_____. Companhia Paraense de Turismo - PARATUR. **Inventário da Oferta Turística de São Caetano de Odivelas.** 2012. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventario_sao_caetano_de_odivelas.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2016.

_____. Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura. **Sobre a pesca esportiva**. 2016a. Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/?q=node/22>. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará - FAPESPA. **Boletim do Turismo do estado do Pará**. 2016b. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/boletimeconomico.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará - FAPESPA. **Lançamento do Boletim do Turismo do estado do Pará**. 2016c. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/apresentacao_boletim_de_turismo_versao_final30_03_2016_0.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

PINHEIRO, E. S. **Sustentabilidade, Manguezais e Reserva Extrativista:** Instituições e atores sociais nos municípios de Curuçá e São Caetano de Odivelas. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

SANTOS, R. C. P. dos; LISBOA, R. C. L. Musgos (Bryophyta) da microrregião do Salgado Paraense e sua utilização como possíveis indicadores de ambientes perturbados. **Rodriguésia**. Belém, v. 59, n.2, p. 361- 368, 2008. Disponível em: <http://rodriguesia.jbrj.gov.br/FASCICULOS/rodrig59_2/008.pdf>. Acesso em: 07/02/2015

SANTOS, S. P. **Resex-mar de São Caetano de Odivelas/ Pa:** uma etnografia dos conflitos socioambientais. 2016. 134f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2016.

SANTANA, W. Pesca Esportiva. Governo Anuncia o fim do Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca Amadora**, [S.I: Wellerson Santana]. Disponível em: <http://www.pescamadora.com.br/2015/10/governo-anuncia-o-fim-do-ministerio-da-pesca-e-aquicultura/>. Acesso em: 02 jun. 2016.

SOUZA JUNIOR, O. G.; BOTELHO, M. A. S.; MAIA, A. E. F.; SILVA, J. L. G. A preservação da biodiversidade marinha e estuarina no nordeste do Pará como estratégia de enfrentamento à sobrepesca. In: X Encontro Latino Americano de Pós-graduação, São José dos Campos, 2010. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0255_0072_01.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

SOUZA JUNIOR, O. G.; SILVA, J. L. G.; BOTELHO, M. A. S.; SOUZA, F. R. M.; SOUZA, P. R. M. A cadeia produtiva do pescado na microrregião do salgado - pa e sua participação do índice de desenvolvimento humano local. In: IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia: Gestão, Inovação e Tecnologia para a Sustentabilidade, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/3761671.pdf>. Acesso em: 09. Jun. 2017.

SOUZA, F. D. L.; LOBO, Q. R. P.; CAÑETE, V. R. Pesca e Conflito: pescadores artesanais e a pesca esportiva, no município de São Caetano de Odivelas - PA. **Cadernos de Agroecologia**, Pernambuco, v.10, n. 3, p. [s.i], 2015. Disponível em: < http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/19853/10968>. Acesso em: 01 jun. 2016.

SOUZA, C. L. de; CAÑETE, V. R. A pesca esportiva e a pesca artesanal: lazer e sobrevivência na Hidrelétrica de Tucuruí (PA). **Revista Brasileira**

de Ecoturismo, São Paulo, v.8, n.5, p.614- 633, 2015. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/851/888#>. Acesso em: 12 mai. 2016.

TERAMOTO, C. S. **Conflitos entre pescadores artesanais e amadores de Bertioga/SP e adjacências**. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, São Paulo, 2014.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Conflitos ambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.

EMPRESAS EM REDE: UM ESTUDO SOBRE A REDE EMPRESARIAL TURÍSTICA DA CIDADE DE TABATINGA – AM

Salaniza Bermeguy da Cruz[1]
Antônio Henrique Queiroz Conceição[2]
Mário Mollo[3]*; Selomi Bermeguy Porto*[4]
Henrique F. L. C. Neto[5]

NETWORK COMPANIES: A STUDY ON THE TOURISM BUSINESS NETWORK OF THE TABATINGA CITY - AM

Resumo: A competitividade empresarial figura-se hoje como uma característica marcante do mercado, o que exige que as empresas busquem estratégias que contribuam para sua sobrevivência e crescimento. Nesse contexto, o modelo de negócio em rede consiste em uma nova alternativa utilizada pelas empresas no alcance de seus objetivos e do sucesso organizacional. Assim, muitas empresas têm utilizado esse novo modelo como uma alternativa estratégica para que possam alcançar vantagem competitiva frente às concorrentes. Desse modo, o presente estudo objetivou, de modo geral, analisar a rede empresarial turística Gastronômica, Hoteleira e de Agências de Turismo do município de Tabatinga - AM. E especificamente: Identificar as empresas que compõem

1 Administradora, Professora Auxiliar A, lotada no Curso de Administração do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: nizabermeguy@hotmail.com

2 Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Paulista, Brasil(2013) Professor Adjunto - 2 da Universidade Federal do Amazonas, Brasil. E-mail: henrique_mao@hotmail.com

3 Bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora 2 ,Doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil(2007) ;Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil.E-mail: mariomollo@gmail.com

4 Especialização em Gestão em Marketing de Serviço e Social pela Universidade Candido Mendes, Brasil(2015); Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil.E-mail: selomi_adm@hotmail.com

5 Universidade da Amazônia. E-mail: henrique.eng.civil@hotmail.com

o cenário empresarial; Diagnosticar como se estabelecem os laços entre os atores dessa rede; Avaliar o grau de cooperação dessa rede. A metodologia do estudo tem seu fundamento na pesquisa descritiva exploratória e apresenta caráter quantitativo e qualitativo, sendo apoiada pelo questionário como instrumento de pesquisa e o *software Ucinet 6.0*® *e o módulo NetDraw*® na coleta e tratamento de dados. Os resultados da pesquisa demonstram que o turismo no município de Tabatinga - AM apresenta-se como um setor incipiente, necessitando de ações direcionadas à organização e ao desenvolvimento deste, bem como de incentivo à cooperação e de parcerias entre empresas, de modo a contribuir para o aumento dos laços e do grau de cooperação entre os atores dessa rede.

Abstract: Business competitiveness is today a marked feature of the market, which requires companies to seek strategies that contribute to their survival and growth. In this context, the network business model consists of a new alternative used by companies in achieving their goals and organizational success. Thus, many companies have used this new model as a strategic alternative so that they can achieve competitive advantage over competitors. Thus, the present study aimed to analyze the Gastronomic, Hotel and Tourism Agency business network in the municipality of Tabatinga-AM. And specifically: Identify the companies that make up the business scenario; To diagnose how the bonds between the actors of this network are established; Evaluate the degree of cooperation of this network. The methodology of the study is based on exploratory descriptive research and presents quantitative and qualitative character; being supported by the questionnaire as a research tool and the Ucinet 6.0® software and the NetDraw® module in data collection and processing. The results of the research show that tourism in the municipality of Tabatinga-AM appears to be an incipient sector, requiring actions aimed at the organization and development of tourism, as well as encouraging cooperation and partnerships between companies, in order to contribute to the increase ties and the degree of cooperation between the actors in this network.

Palavras-chave: Cooperação; Rede de Empresas; Turismo.

Keywords: Cooperation; Corporate Network; Tourism.

Introdução

O turismo tem desenvolvido um importante papel na economia brasileira, visto que seu desenvolvimento tem apresentado grandes oportunidades, tais como: aumento da renda,

criação de novos postos de trabalho, incremento das atividades de proteção ambiental e cultural, ressurgimento de festas tradicionais etc. (DIAS, 2003).

Desse modo, as empresas turísticas buscam, constantemente, se aprimorar e se aperfeiçoar de acordo com as demandas do mercado, para melhor atender e superar as expectativas dos seus clientes, que neste caso são os turistas.

Com isso, uma das estratégias que tem se sobressaído é a cooperação entre as organizações, que já tem sido implementada há algum tempo, a partir de diferentes espaços, modos e configurações. Mais recentemente, a expansão tecnológica global ampliou a capacidade conectiva das organizações e as possibilidades de ações conjuntas (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

Nesse contexto, surge um novo modelo de negócio interligado e com ele as redes de empresas e as alianças estratégicas. Tais conceitos partem do princípio de que não se consegue realizar tudo sozinho e em quanto menos tempo melhor, já que no ambiente em que as pessoas e as empresas estão inseridas "tempo é dinheiro", ou seja, não se pode perder tempo tentando alcançar, de modo isolado, objetivos que devem ser alcançados em coletivo.

Assim, uma rede é "um conjunto de pessoas ou empresas (denominadas, tecnicamente, nós) interligadas por meio de relações dos mais diversos tipos (laços)" (LAZZARINI, 2008, p. 2). E as alianças estratégicas são formas que as empresas de um mesmo setor industrial, embora baseadas em países diferentes, utilizam para competir em escala global, preservando, contudo, sua independência (FUSCO; SACOMANO, 2009).

Vale ressaltar que, independente do local em que o turismo esteja sendo desenvolvido, é importante a união das empresas em busca de melhor atender as necessidades e os desejos de seus clientes (turistas), ou seja, é de extrema importância que as empresas busquem, de modo

conjunto, alcançar seus objetivos, por meio das redes de empresas. Lastres e Cassiolato (2005, p. 4) explicam que Rede de empresas "refere-se a formatos organizacionais, definidos a partir de um conjunto de articulações entre empresas, que podem estar presentes em quaisquer dos aglomerados produtivos mencionados".

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de se ter uma rede empresarial turística organizada e pronta a receber todas as demandas do mercado; daí a importância de se estudar a rede empresarial turística do município de Tabatinga-AM. Este é um dos munícipios que compõem o Estado do Amazonas e possui uma localização estratégica no extremo oeste do estado, na tríplice fronteira entre Brasil-Colômbia-Peru, apresentando-se, assim, como um local propício ao desenvolvimento do turismo.

Conforme dados do Portal Tabatinga (2014), na região de fronteira entre Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), há uma média anual de 10.000 turistas que chegam a essas cidades. Quanto à procedência, 15% são brasileiros, 40% são visitantes da Colômbia e outros 45% estão divididos entre visitantes do Peru, Estados Unidos e Europa, os quais ingressam pelo porto fluvial, aeroportos de Tabatinga e de Letícia, gerando um turismo de fronteira.

Conforme a descrição apresentada, tal estudo justifica-se, uma vez que para o sucesso de uma rede empresarial é importante a organização da mesma e a cooperação de seus atores. Desse modo, a presente pesquisa objetivou analisar a rede empresarial turística: Gastronômica, hoteleira e de agências de turismo do município de Tabatinga. Especificamente, a pesquisa objetiva: identificar as empresas que compõem o cenário empresarial; diagnosticar como se estabelecem os laços entre os atores dessa rede; e avaliar o grau de cooperação dessa rede.

Referencial Teórico

"A organização é um sistema criado pelo homem e mantém uma dinâmica interação com seu meio ambiente, sejam clientes, fornecedores, concorrentes, entidades sindicais, órgãos governamentais e outros agentes externos" (CHIAVENATO, 2003, p. 480).

Desse modo, as empresas são vistas como sistemas abertos que recebem influência do mercado, ou seja, precisam de outras empresas para que consigam alcançar plenamente seus objetivos.

Assim, um conceito que tem sido muito propagado e que tem se destacado entre as novas formas de negócios das grandes empresas é o de rede de cooperação. Todavia, antes de adentrarmos em tal conceito, faz-se necessário compreendermos separadamente as palavras que compõem o termo.

A cooperação, na visão genérica de seu significado, é definida como "o ato de se trabalhar em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados, entre os agentes" (LASTRES; CASSIOLATO, 2005, p. 9).

"O termo rede é muito amplo, e pode referir-se a relacionamentos entre vários agentes" (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 76). Lazzarini (2008) também afirma que rede é um conjunto de indivíduos ou organizações interligados por meio de relações de tipos diversos.

Balestrin e Verschoore (2008) afirmam que a cooperação tem por finalidade gerar benefícios que somente as empresas participantes podem usufruir, o que torna essas empresas mais fortes e competitivas frente àquelas que não integram o grupo constituído.

Baseado no pensamento de Paulillo (2000) referente à rede de cooperação, Fusco e Sacomano (2009, p.135) argumentam que esta:

> tem como objetivo prover o conjunto dos atores com condições agregadas superiores de competitividade, e, nesse caso, rede seria uma alternativa de organização para se otimizar as operações (eficiência) ou atender melhor as necessidades ditadas pelo contexto concorrencial (eficácia).

Desse modo, muitas empresas têm se agrupado em redes de cooperação buscando ganhar força para enfrentar o dinamismo e a acirrada disputa no mercado e também para manterem-se vivas e competitivas, pois:

> a pequena empresa isolada já não consegue se manter num ambiente tão volátil e, assim, as parcerias apresentam-se como uma alternativa viável, uma vez que conseguem estabelecer uma relação

> positiva no que diz respeito à combinação de pessoas, tecnologias e conhecimento, além do capital que deixa de estar concentrado nas mãos de um só proprietário (FUSCO; SACOMANO, 2009, p. 101).

Com isso, as palavras de ordem que têm prevalecido atualmente são: redes, parcerias e alianças, uma vez que esse novo modelo de negócio se constitui como uma estratégia competitiva e uma forma de intensificar os negócios.

Destarte, "a criação de parcerias reais voltadas para a melhoria contínua consiste na melhor e mais eficaz maneira de se garantir resultados positivos a curto e longo prazo" (ARAÚJO, 2009, p. 247).

Sob essa ótica, Lastres e Cassiolato (2005, p. 4) afirmam que rede de empresas "refere-se a formatos organizacionais, definidos a partir de um conjunto de articulações entre empresas, que podem estar presentes em quaisquer dos aglomerados produtivos mencionados". Os autores ainda advogam que:

> rede de empresas refere-se a arranjos interorganizacionais baseados na articulação formal ou informal de empresas autônomas. Essas redes nascem através da consolidação de vínculos sistemáticos entre firmas, os quais assumem diversas formas: aquisição de partes de capital, alianças estratégicas, externalização de funções da empresa, etc. Estas redes podem estar relacionadas a diferentes elos de uma determinada cadeia produtiva (conformando redes de fornecedor-produtor-usuário), bem como estarem vinculadas a diferentes dimensões espaciais (a partir das quais conformam-se redes locais, regionais, nacionais ou supranacionais) (LASTRES; CASSIOLATO, 2005, p. 19).

Nesse contexto, destaca-se a Análise de Redes Sociais (ARS ou *SNA*, da expressão em inglês *Social Network Analysis*), que consiste em uma abordagem oriunda da Sociologia, da Psicologia Social e da Antropologia (FREEMAN, 1996).

De acordo com Nelson (1984), redes sociais são compostas por um conjunto de contatos (formal ou informal, forte ou fraco, frequente ou raro, altamente emocional ou puramente utilitário) que ligam vários atores. Corroborando, Burt (1984) trata o termo redes como um conjunto

de atores ligados por meio de um conjunto de relações sociais de um tipo específico.

Desse modo, a *Social Networking Analysis (SNA),* ou Análise de Redes Sociais (ARS), trata-se de uma técnica interdisciplinar que propicia uma leitura dinâmica das interações sociais. Ela propicia uma alternativa à interpretação "estática" (no momento da leitura) do papel social do indivíduo ou grupo dentro de um contexto e pressupõe uma análise de tendência em um determinado contexto e não afirmações absolutas, isto é, a técnica é utilizada para oferecer uma perspectiva (GUIMARÃES; MELO, 2005).

Sob tal ótica, a fundamentação teórica desse estudo está alicerçada na ideia de empresas em rede de Lazzarini (2008). Segundo ele, uma rede é composta por nós (*nodes*) e por laços (*lines* ou *edges*) que interligam os nós. Os nós, em geral, são representados pelo que serão chamados genericamente atores (indivíduos ou firmas), enquanto os laços representam os relacionamentos entre eles. Os laços podem ou não ser direcionais. Laços direcionais ocorrem quando a relação se dá do ator A para o ator B, mas não o contrário. Matematicamente, uma rede nada mais é que uma matriz relacional: cada célula da matriz indica como um ator (linha) se relaciona com outro (coluna) (LAZZARINI, 2008).

Para entender a interação que ocorre nas redes, devem ser considerados os atributos de interação: densidade, cliques, equivalência estrutural, buraco estrutural, autonomia estrutural, centralidade, proximidade, poder de Bonacich, entre outros (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008). Neste trabalho, serão abordadas as seguintes medidas: centralidade de grau (*degree centrality*), centralidade de intermediação (*betweenness centrality*) e densidade (*density*).

Centralidade de grau - quanto mais central na rede for o ator, maior a capacidade de acessar, direta ou indiretamente, outros atores na rede (FREEMAN, 1979). Ela "avalia simplesmente o número de laços que um ator tem com outros atores" (LAZZARINI, 2008, p. 27).

Na centralidade de intermediação, a interação dos atores não adjacentes pode depender de outros atores, que podem potencialmente

ter algum controle sobre as interações dos dois atores não adjacentes. De acordo com Freeman (1979), Wasserman e Faust (1994), um ator é um intermediário que se liga a vários outros atores que não se conectam diretamente.

A densidade demonstra o grau de conectividade da rede. Ela é medida pela proporção de conexões existentes sobre o total de relações possíveis. Quanto maior a densidade da rede, maior o número médio de *links* que cada empresa terá, aumentando o nível de interdependência da rede (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

Metodologia

Para a realização de uma pesquisa, é importante a coleta de dados estatísticos que contribuam para responder aos objetivos propostos pela mesma. Desse modo, com o intuito de conhecer a realidade das Redes de Empresas, realizou-se uma pesquisa de natureza descritiva exploratória. Com isso, realizou-se inicialmente um levantamento bibliográfico da temática em estudo, que serviu como base para responder os objetivos da presente pesquisa.

No que diz respeito ao método de estudo, a presente pesquisa está classificada dentro do método dedutivo, que, segundo Santos (2005, p. 178), é um método que "tem suas proposições enfocadas na situação geral para explicar as particularidades e chegar a uma conclusão da afirmativa".

Em relação à obtenção dos dados, estes foram coletados por meio da pesquisa de campo, com aplicação de um questionário, com a modalidade *face to face*. A partir do levantamento realizado e com base nos dados obtidos, estes foram tabulados utilizando as planilhas do software Microsoft Office Excel 2007®. O software Ucinet 6.0 for Windows® é um programa para analisar dados de redes sociais (ARS); foi desenvolvido por Steve Borgatti, Everett e Martin Freeman Lin e é distribuído pela Analytic Technologies (BORGATTI *et al.* 2002). Possui um módulo integrado para desenhar gráficos de redes sociais chamado de *NetDraw*®, permitindo a criação e leitura de redes sociais e análise dos dados (BORGATTI *et al.* 2002).

Devido ao número reduzido de elementos a serem pesquisados, o presente estudo optou por realizar uma pesquisa censitária, ou seja, que abrange a totalidade dos componentes do universo (MARCONI; LAKATOS, 2009). O universo foi composto por sessenta e oito elementos, que consistem nas empresas que fazem parte da Rede Empresarial Turística do município de Tabatinga, de acordo com o inventário da Secretaria de Turismo do município.

Resultados e Discussão

Para uma compreensão mais eficaz dos gráficos das redes elaboradas com o *software Ucinet 6.0*® e o módulo *NetDraw*®, há uma descrição das legendas utilizadas (Figura 1).

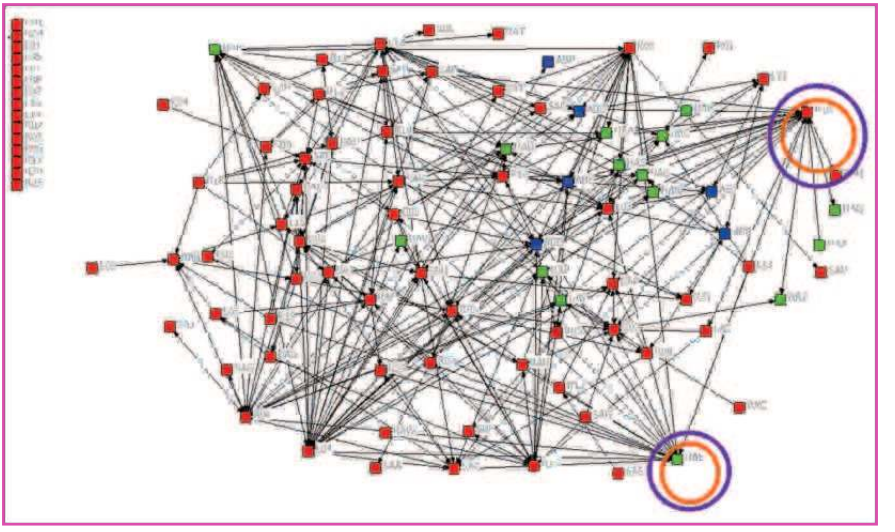
Figura 1 – Legenda geral dos gráficos das redes obtidas com o *software Ucinet 6.0*® e o módulo *NetDraw*®

	- Ator da rede de agência de turismo
	- Ator da rede gastronômica
	- Ator da rede dos meios de hospedagem
	- Indicador de destaque do Ator / Respondente com maior Centralidade de Grau - *Freeman's Degree Centrality*
	- Indicador de destaque do Ator/Representante com maior Centralidade de Intermediação – *Freeman´s Betweenness Centrality*

Fonte: Autor (2014).

Após a coleta dos dados, procedeu-se à criação das redes por meio do *software Ucinet 6.0*® *e o módulo NetDraw*®, sendo apresentado a seguir, como podemos visualizar na Figura 2.

Figura 2 – Rede de atores da gastronomia do município de Tabatinga



Fonte: Construída com o S*oftware Ucinet 6.0*® e o módulo *NetDraw*®.

O município de Tabatinga conta atualmente com vinte e três atores gastronômicos, distribuído em restaurantes, assadeiros (empresas que trabalham com a venda de frango assado) e lanchonetes. Salienta-se que antes eram vinte e cinco atores, todavia, dois deles não estão mais atuando no mercado empresarial. Quanto ao registro no Cadastur, não há nenhuma dessas empresas registradas, pois a única que possuía esse registro não mais existe.

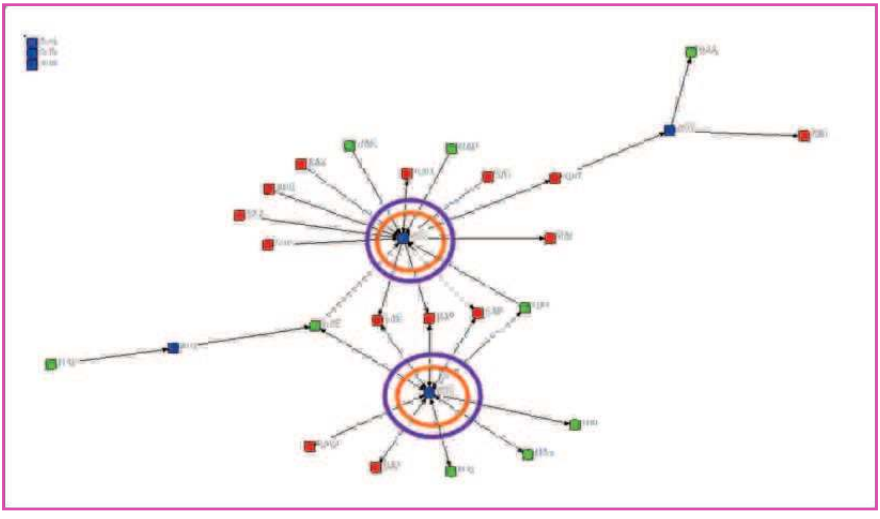
Vale ressaltar que a rede gastronômica é a maior rede turística, uma vez que possui o maior número de atores se comparada com as demais redes que compõem o cenário empresarial turístico. Ela é considerada, assim, como a que tem a maior representação empresarial no município.

Aplicando-se a ferramenta de *software Ucinet 6.0*®, foi possível obter indicadores, os quais destacam que a densidade dessa rede é de 3,9%, a centralidade de grau é de 21,5% e centralidade de intermediação é de 11,4%. Os dois atores com maior centralidade de grau e de centralidade de intermediação são os respondentes L04 e R16. Como se pode observar, ambos são os atores centrais dessa rede, ou seja, são os atores que possuem o maior número de conexões/laços da rede, sendo considerados os mais influentes.

Ademais, salienta-se que os atores G01, G04, L01, L06, L07, L08, L09, L10, L14, R02, R03, R06, R17, R20 e R25 estão isolados da rede, ou seja, não possuem conexões com os demais atores da rede, o que está diretamente relacionado a dois fatores: o primeiro fator é porque esses atores não indicaram nenhum ator e nem foram indicados pelos mesmos; o segundo fator é porque algumas empresas já encerraram suas atividades, ou seja, não existem mais.

O município de Tabatinga possui quatro agências de turismo (Figura 3), o que evidencia que esta é a rede com o menor número de atores do município; todavia, essa rede é mais densa do que a de gastronomia, que é a rede com maior número de atores, ou seja, as informações fluem mais rapidamente na rede das agências de turismo, o que pode estar ligado ao fato de esta possuir poucos atores.

Figura 3 – Rede dos atores das agências de turismo do município de Tabatinga



Fonte: Construída com o *Software Ucinet 6.0*® e o módulo *NetDraw*®.

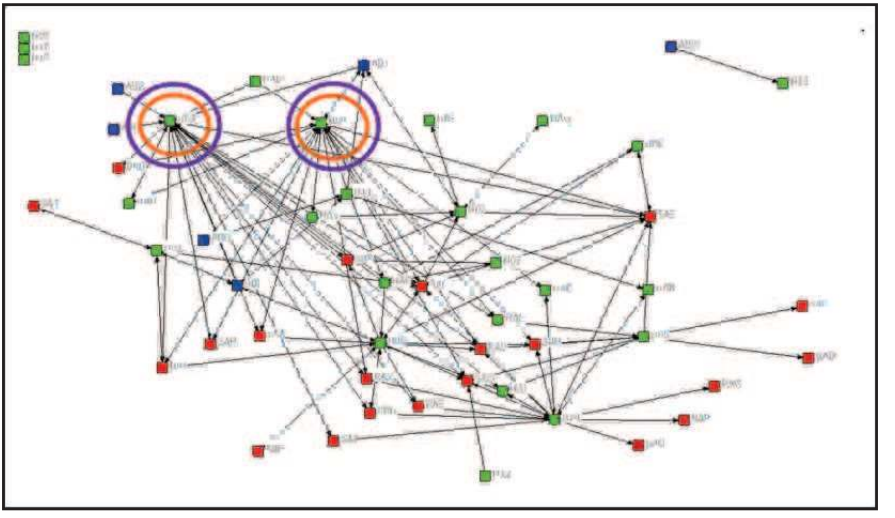
Ademais, como se pode observar, os atores A04, A05 e A06 não possuem laços; isso acontece porque são empresas que não mais atuam no mercado empresarial.

Com a aplicação da ferramenta de *software Ucinet 6.0*®, foi possível obter indicadores, que destacaram que a densidade dessa rede é de 5,3%,

a centralidade de grau é de 48,0% e a centralidade de intermediação é de 32,0%. Os atores A02 e o A07 são os de maior centralidade de grau e também de intermediação, configurando-se como os principais atores, já que são os que mais possuem laços dentro da rede. Destaca-se também que os atores BAP, SAE, HAZ, SAR e HAE são os intermediários, pois fazem a intermediação entre os dois principais atores.

O município de Tabatinga possui 14 atores dentro da rede de meios de hospedagem, de acordo com o registro fornecido pela Secretaria de Turismo local; desses atores, apenas sete possuem o registro no Cadastur (Figura 4).

Figura 4 – Rede dos atores dos meios de hospedagem do município de Tabatinga



Fonte: Construída com o *Software Ucinet 6.0*® e o módulo *NetDraw*®.

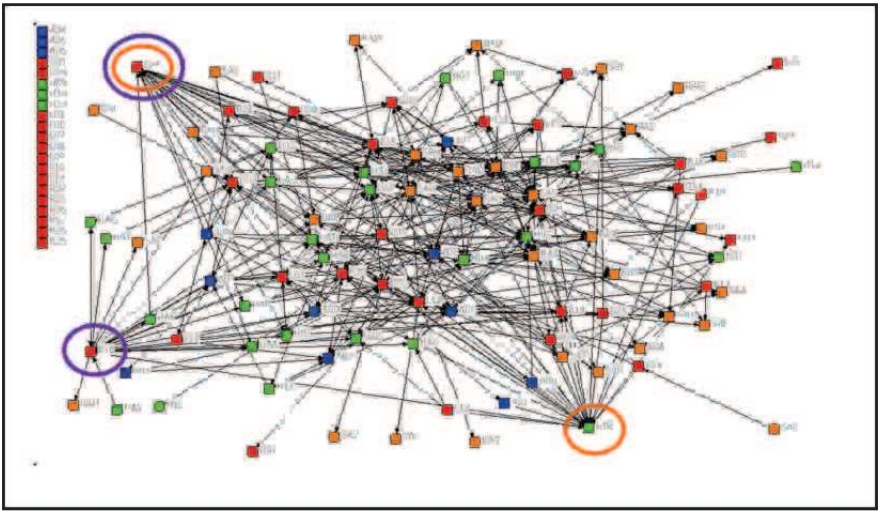
Como evidenciado na Figura 4, os atores ABD e H13 estão isolados dos demais atores da rede, ou seja, estes só possuem laços entre eles, não havendo laços com os demais. Além disso, ressalta-se que os atores H09, H10 e H15 não possuem laços, ou seja, não indicaram nenhum ator como parceiro, nem receberam indicação.

Aplicando-se a ferramenta de *software Ucinet 6.0*®, foi possível obter indicadores, dos quais se destacam a densidade dessa rede, que é de 5,7%, figurando-se como a rede com melhor densidade, se comparada

com as demais; já a centralidade de grau é de 36,9% e a centralidade de intermediação é de 22,3%. Os dois atores de maior centralidade de grau e de intermediação são H03 e H04.

Ao se observar os laços do agrupamento das redes de agências de turismo (Figura 5), dos meios de hospedagem (hotéis e pousada) e das empresas gastronômicas (restaurantes, lanchonetes e assadeiros) do município de Tabatinga, percebe-se que o mesmo apresenta muitas conexões – o que está relacionado ao fato de o município ser pequeno e possibilitar aos atores conhecer todos os demais –, mas não o suficiente para o tamanho deste.

Figura 5 – Rede dos atores da rede empresarial turística do município de Tabatinga



Fonte: Construída com o *Software Ucinet 6.0®* e o módulo *NetDraw®*.

Salienta-se que nessa rede os atores A04, A05, A06, G01, G04, H09, H10, H15, L01, L06, L07, L08, L09, L10, L14, R02, R03, R06, R17, R20 e R25 não possuem laços com os demais atores da rede, ou seja, estão isolados; isso ocorre pelo fato de algumas empresas não estarem mais no mercado e também porque algumas empresas não indicaram nenhum ator, nem foram indicadas.

Com a aplicação da ferramenta de *software Ucinet 6.0®*, foi possível obter indicadores, dos quais se destaca a densidade da "rede", decorrente do

agrupamento das redes de agências de turismo, dos meios de hospedagem e das empresas gastronômicas, que é de 3,9%. Tal dado evidencia uma baixa conexão entre os atores, se comparada com a possibilidade total de relações possíveis; com isso, nota-se que não ocorre o fluxo máximo nas informações, ou seja, a informação não flui rapidamente como o desejado e esperado.

Quanto à centralidade de grau desse agrupamento de redes, ela é de 16,5%, e os atores com maior centralidade são L04 e HAE; já a centralidade de intermediação é de 7,4% e os atores com maior centralidade de intermediação são L04 e R16. Como se pode observar, o respondente L04 é o principal ator, tanto na centralidade de grau, quanto na centralidade de intermediação.

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam que as redes com maior densidade são as redes de meios de hospedagem e de agências de turismo, com 5,7% e 5,3%, respectivamente; estas são as redes com menor número de atores. Quanto maior for a densidade da rede, maior será o número médio de links que cada empresa terá, aumentando o nível de interdependência da rede (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

Tabela 1 - Representação das medições das redes de agências de turismo, gastronomia e meios de hospedagem e do agrupamento das redes

REDES	DENSIDADE (%)	CENTRALIDADE DE GRAU (%)	CENTRALIDADE DE INTERMEDIAÇÃO (%)
Gastronomia	3,9	21,5	11,4
Agências de turismo	5,3	48,0	32,0
Meios de hospedagem	5,7	36,9	22,3
Rede Geral	3,9	16,5	7,4

Fonte: Construída com dados obtidos da ferramenta de *Software Ucinet 6.0*® e o seu módulo *NetDraw*®.

No que tange à centralidade de grau, a rede de agências de turismo novamente se destaca, por ter a maior porcentagem, 48,0%. Este fato se repete também na centralidade de intermediação, já que novamente essa rede se destaca pela alta porcentagem, 32,0%, quando comparada com as demais redes. Acerca da centralidade de grau, quanto mais central na rede

for o ator, maior a capacidade de acessar, direta ou indiretamente, outros atores na rede (FREEMAN, 1979).

Ademais, salienta-se que a rede total, ou seja, o agrupamento das três redes, apresenta porcentagens menores do que as demais. Isso evidencia que, quando essas redes se unem, diminuem as conexões e as informações não fluem tão rapidamente como quando estão separadas.

Em geral, analisando o contexto das redes, pode-se afirmar que a rede de agências de turismo é a que, atualmente, possui a melhor centralidade de grau e de intermediação e a segunda melhor densidade, como já citado anteriormente. Esse fato pode estar relacionado ao número reduzido de atores da rede, bem como aos muitos laços que há entre os mesmos, o que facilita o fluxo das informações dentro desta.

Para Lazzarini (2008), uma rede é densa quando vários atores estão conectados entre si. Observa-se que dentro de uma escala percentual, os percentuais apresentados para cada uma das redes, dos atores das agências de turismo, gastronomia e hotéis, mesmo quando medidas conjuntamente, continuam a demonstrar uma baixa conexão existente entre os atores. Apesar de haver uma possibilidade total de relações possíveis, isso acaba não permitindo com que ocorra fluxo máximo nas informações, ou seja, a informação não flui rapidamente como o desejado, ocasionando uma diminuição na interdependência da rede, tornando-se complicado suportar relações cooperativas.

Considerações Finais

O contexto do mundo atual é caracterizado pelas dinâmicas e rápidas mudanças de ordem política, social, econômica, tecnológica e cultural. Nesse sentido, muitos fatores irão influenciar no sucesso ou fracasso de uma empresa, principalmente a sua capacidade de adaptação aos novos cenários propostos pelo mercado empresarial.

Sob essa ótica, cooperação e alianças estratégicas tornam-se uma válvula de escape para a sobrevivência e crescimento de uma empresa. A partir disso, percebe-se que buscar um objetivo de modo isolado não deve ser uma prática de empresas que almejam o sucesso empresarial e a busca por parcerias, no entanto, deve ser uma constante.

Assim, compilando as reflexões apresentadas, foi possível compreender que a rede empresarial turística de Tabatinga ainda é "rudimentar", ou seja, não é uma rede propriamente dita, pois ainda está em processo de formação. Por esse motivo, ela tem enfrentado alguns obstáculos para se consolidar e se estruturar, uma vez que o turismo no município ainda configura-se como um setor incipiente, necessitando de mais políticas públicas e ações direcionadas para a organização, o desenvolvimento e o crescimento desse setor no município. Além disso, é importante que a rede empresarial turística esteja preparada e pronta para atender todas as demandas do mercado.

Ademais, foi possível verificar, a partir dos resultados, que a cooperação entre as empresas ainda não é uma prioridade destas, pois são poucas as que buscam estabelecer parcerias concretas com as demais organizações do município. A maioria prioriza o crescimento isolado por acreditar que as demais empresas não estão interessadas em estabelecer parcerias. Porém, é preciso que haja uma conscientização, pois a cooperação, na visão genérica de seu significado, é definida como "o ato de se trabalhar em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados, entre os agentes" (LASTRES; CASSIOLATO, 2005, p. 9).

Sendo assim, é importante que as instituições responsáveis por desenvolver o turismo na região promovam ações de conscientização e cooperação com os atores dessa "rede", mostrando a importância da cooperação quando se almeja a excelência empresarial. É necessário que estes trabalhem em prol de um planejamento que realmente seja um norteador das atividades turísticas no município.

Referências

ARAÚJO, Luís César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Vol. 2.

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge. **Redes de cooperação empresarial**: estratégias de gestão na nova economia. Porto Alegre: Bookman, 2008.

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. Ucinet for windows: Software for social network analysis. Harvard, MA: Analytic Tecnologies, 2002. Disponível em: <http://www.analytictech.com/downloadnd.htm>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

BURT, R. S. **Network items and the General Social Survey. Social Networks**, v.6, p.293-339, 1984.netdraw

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FREEMAN, Linton C. **Centrality in social networks I. Conceptual clarification. Social Networks**, v. 1, p. 215-239, 1979. Disponível em: <www.elsevier.com>. Acesso em 10 junho de 2014.

FREEMAN, Linton C. **Some antecedents of social network analysis.** Connections, v. 19, n. 1, p. 39-42, 1996.

FUSCO, José Paulo Alves; SACOMANO, José Benedito. **Alianças em redes de empresas:** modelo de redes simultâneas para avaliação competitiva. São Paulo: Arte & Ciência, 2009.

GUIMARÃES, Francisco José Zamith; MELO, Elisete de Sousa. **Diagnóstico utilizando Análise de Redes Sociais.** COPPE, UFRJ. Rio de Janeiro, 2005 (Monografia). Disponível em: <portal.crie.coppe.ufrj.br/portal/data/>. Acesso em: 08 de Julho de 2014.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais:** quinta revisão. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. [S.l.: s.n.], p.1-30. jun. 2005. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

LAZZARINI, Sérgio G. **Empresas em Rede.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MICROSOFT OFFICE EXCELL. Disponível em: Microsoft Store: <http://www7.buyoffice.microsoft.com/bra/default.aspx?country_id=BR&WT.mc_id=ODC_ptBR_GenBuy_2007F1>. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

MICROSOFT WORD. Disponível em: Microsoft Store: <http://www7.buyoffice.microsoft.com/bra/default.aspx?country_id=BR&WT.mc_id=ODC_ptBR_GenBuy_2007F1>. Acesso em: 05 de junho de 2014.

NELSON, R. **O uso da análise de redes sociais no estudo das estruturas organizacionais.** Revista de Administração de Empresas, v.24, n.4, p.150-157, 1984.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder & territórios produtivos:** indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX. São Carlos: UFSCAR, 2000.

PORTAL TABATINGA. **Conheça Tabatinga.** Disponível em: <http://www.tabatinga.am.gov.br>. Acesso em: 09 de julho de 2014.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica.** 5. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE TABATINGA. **Inventário turístico do município de Tabatinga**. Tabatinga, 2014.

SILVA JÚNIOR, Antônio Batista da. **A empresa em rede:** desenvolvendo competências organizacionais. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis:** methods and applications. In: structural analysis in social the social sciences series. Cambridge: Cambridge University Press, 857 p. v. 8, 1994.

Práxis

Marco Antônio Vaz de Lima:

O Comunitário precisa ser o protagonista de todas as etapas do turismo de base comunitária do baixo Rio Negro

Marco Antônio Vaz de Lima é amazonense, nascido em Barreirinha, mas desde um ano de idade, morando em Manaus. É funcionário público da Prefeitura Municipal de Manaus, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente. Foi gestor do Parque Municipal do Mindu, do Parque Nacional do Jaú onde participou efetivamente na elaboração do Plano de Manejo dessa unidade. Foi também gestor do Parque Municipal das Nascentes do Mindu, aonde estão localizadas as principais nascentes do igarapé do Mindu. Trabalhou durante seis anos como coordenador de projetos do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), na região do Baixo Rio Negro, onde teve a oportunidade de coordenar o Fórum de Turismo de Base Comunitária, um espaço aberto de discussões sobre a temática do Turismo Comunitário na Região Metropolitana de Manaus. No início dos anos 2000 assumiu a Gestão da RDS do Tupé, onde teve a oportunidade de coordenar a criação do Conselho Deliberativo e o Plano de Uso Público dessa unidade, ficando até o final de 2008. Em julho de 2016, retornou para a Gestão da RDS do Tupé e coordenou a elaboração do Plano de Gestão da referida unidade, documento aprovado e publicado no dia 25 de setembro de 2017. Recentemente em reunião realizada em junho de 2017, no município de Novo Airão/AM, assumiu a presidência do Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro

Terceira Margem (TM) - Fale um pouco sobre o trabalho de construção do Fórum de Turismo de Base Comunitária do baixo Rio Negro? Como foi esse processo?

Marco Antônio (MA) - Antes de falar do processo é importante relembrar algumas coisas. Acredito que o pontapé inicial para esse trabalho se deu a partir de uma proposta que o IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas)

aprovou no Ministério do Turismo, naquele edital sobre turismo de base comunitária. E aqui no estado do Amazonas foram duas propostas aprovadas: a do IPÊ, para a região que a gente chama de entorno sul, do Parque Nacional de Anavilhanas, que é a região aqui do baixo Rio Negro; e a da Fundação Vitória Amazônica que aprovou uma outra proposta deste mesmo edital para um trabalho com turismo de base comunitária lá no Rio Unini. E quando esse projeto já estava em vias de finalização, já no encerramento, nós fizemos uma oficina no Parque Municipal do Mindu, em fevereiro de 2011 e o objetivo dessa oficina era fazer um plano de ação de todo o estudo que tinha sido realizado.

TM - E durou quanto tempo?

MA - O projeto é de 2008, mas acho que os recursos começaram a vir em 2009.

TM - Um ano de duração?

MA - Eu acho que foram quase dois. Porque em fevereiro de 2011 a gente estava finalizando. A gente precisava fazer essa oficina, no intuito de fazer um plano de ação de um produto a ser enviado para o Ministério do Turismo como finalização do projeto, prestação de conta e aquela coisa toda. E aí nessa oficina no Parque do Mindu nós tivemos um grupo bem heterogêneo, de pessoas representando diversas instituições governamentais, não governamentais, pessoal do *trade turístico*, comunidades, pessoal da academia. Naquele momento estava o pessoal da UEA também. E aí a gente foi trabalhando durante o dia e quando chegou na hora do almoço a gente reuniu um grupo de pessoas e ficamos refletindo. Nós estamos fazendo mais um planejamento, esse planejamento daqui a pouco é um produto que vamos mandar para o Ministério do Turismo, vamos mandar tudo direitinho e aí? Vai ficar mais um planejamento colocado dentro da gaveta que a gente não implementa, vai ficar por isso mesmo? A gente vivencia essa situação, de termos até bons planejamentos, mas que poucos saem do papel. E aí a gente refletiu e achamos por bem lançar uma proposta. Conversamos com algumas pessoas que a gente achava que seriam estratégicas para essa situação. E lançamos a proposta. A ideia era criar um grupo de trabalho sobre essa questão de turismo de base comunitária, para tentar de alguma

forma ir implementando esse plano de ação. Assim fizemos, no final da reunião da oficina lançamos a proposta e ela foi aprovada, o pessoal topou seguir junto. E aí nós criamos o grupo de trabalho. Passado esse momento a gente começou, porque sempre tem que ter alguém puxando. E o IPÊ naquele momento, como estava fazendo a organização, estava lançando essa proposta, se comprometeu em estar puxando, animando esse processo. E aí a gente começou a puxar algumas reuniões, já sabíamos quem seriam aquelas pessoas estratégicas para a discussão dessa temática, pessoas que estavam inclusive na oficina. E começamos a trabalhar, a reunir. Inicialmente a gente tentou levar esse grupo de trabalho para a estrutura de um Conselho de Unidade de Conservação que existia aqui na Região do baixo Rio Negro. Essa região que a gente está falando do entorno sul, do Parque Nacional de Anavilhanas. A proposta inicial era que fosse para o Conselho do Parque Sul, na época a gestora era a Cilene, ela topou e tentou viabilizar isso. Só que chegou um momento que a gente viu que era muito burocrático, que a gente ia passar muito tempo para resolver essa situação e se a gente ficasse esperando por isso estava sujeito a ideia morrer e a gente parar. E acabava. E aí a gente conversando achou por bem criar um fórum aberto de discussões, porque aí não tem comprometimento institucional. A gente vai ter um grupo de pessoas interessadas em discutir essa temática e a gente estabelece regras mínimas para a gente poder conseguir se reunir. Assim fizemos e começamos o trabalho com a cara de fórum e isso demorou um tempo. Isso demorou quase um ano nessa discussão de como é que leva para a estrutura de um conselho ou não. Foi o tempo que a gente conheceu a professora Cristiane e que ela estava fazendo o trabalho de mestrado dela. Você já tinha terminado nessa época?

TM (Cristiane) - Ainda não. Em 2012 sim, já tinha defendido.

MA - Foi quando a gente convidou ela para participar desse grupo e a partir daí ela se engajou no processo e outros professores aqui da UEA. Na época a Susy estava começando eu acho que o doutorado. Se engajou também e foram bastante atuantes nesse processo. Susy, professora Cristiane, professora Glaubécia, depois a professora Jocilene e outros também, professora Simone, que de alguma forma participou também. E aí a gente chegou ao ponto de conseguir reunir uma vez por mês. Definimos

uma carta de princípios para o Fórum que tem até hoje, e o Fórum, a gente tem certeza que alavancou muitas coisas interessantes. Esse grupo hoje está um pouco adormecido, mas ele não morreu. Ele está aí. Acho que pode acontecer muita coisa ainda a partir desse grupo.

TM - Como o senhor define o Fórum?

MA - Eu defino o Fórum, antes de tudo, como um grupo de pessoas comprometidas com essa temática de turismo na nossa região. E principalmente com essa questão do turismo de base comunitária, e essas pessoas veem isso como uma alternativa interessante para desenvolver um trabalho nessa região. Fizemos inclusive uma oficina lá na comunidade Três Unidos, a Cristiane liderou esse processo, porque nós queríamos na época estabelecer diretrizes para a questão de turismo de base comunitária. Chegamos a fazer uma segunda oficina na comunidade Tumbira. Eu não participei dessa segunda, mas aconteceu. E esse material está todo aí guardado. Por que a gente fez nas comunidades? Porque era justamente para ter uma participação massiva dos comunitários, porque a gente imagina que eles é quem são os protagonistas desse processo. E esse material está guardado aí, uma hora ele vai servir. Porque a nossa ideia é que a gente possa levar isso para os tomadores de decisão, para os gestores. Para que eles possam a partir disso estabelecer até políticas públicas para essa questão.

TM - Apenas para situar o leitor dessa entrevista que não é do estado, onde se localiza essa região do baixo Rio Negro?

MA - O baixo Rio Negro é uma região que a gente identifica como essa região mais próxima a Manaus. Porque o Rio Negro, a gente ouve falar do Alto Rio Negro que é a região de São Gabriel da Cachoeira. No Médio Rio Negro, que é aqui a região entre Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. E no Baixo Rio Negro, que é a região já aqui de Novo Airão mais ou menos, um pouquinho acima. Inclusive tem o Mosaico de Áreas Protegidas do baixo Rio Negro, que é um conjunto hoje de 12 unidades de conservação que engloba toda essa área que a gente chama de baixo Rio Negro. É uma área de 12 unidades de conservação: oito unidades estaduais, três federais e uma municipal. E essa área para se ter uma ideia é uma área com mais de sete milhões de hectares. Imensa, né?

TM - O Fórum ainda está funcionando? Quais são as instituições que integram o Fórum?

MA - Hoje são instituições daqui do estado. No auge do Fórum, quando a gente inclusive planejou estabelecer as diretrizes e tudo mais, se imaginou que isso poderia se replicar para outras regiões não só do estado do Amazonas, mas como da Amazônia. E a gente não conseguiu continuar avançando dessa forma, porque aconteceram algumas coisas no meio desse caminho. Eu acredito que 2014 deve ter sido o auge, entre 2014 e 2015. Porque inclusive tinha a questão da Copa do Mundo acontecendo. Aí aconteceram algumas situações, mudanças de governo, veio a situação da crise por qual o país ainda está passando, infelizmente, e tudo isso criou uma série de dificuldades. As ONG's hoje estão com poucos projetos, com dificuldade de recursos, as instituições governamentais passam por dificuldade, a gente sabe disso. Houve mudança de governo que por si só já muda muita coisa nas estruturas. Tudo isso foi acontecendo. Como é um fórum aberto, você vem, participa e em determinado tempo você não tem mais interesse e sai. Outras podem vir, mas tem instituições que, por exemplo, a gente considera praticamente cativas nesse processo. Instituições como a, na época SDS, agora Sema tem uma participação relevante, até por conta das Unidades de Conservação que estão nessa região. A Prefeitura de Manaus com as Semas, o IPÊ. O IPÊ (ONG) hoje está meio que desmantelado, mas ainda tem pessoas participando e eu, mesmo sendo da prefeitura, nunca deixei de ser IPÊ. A gente continua de alguma forma ajudando nesse processo. A Fundação Amazonas Sustentável. O pessoal das comunidades, por exemplo, o seu Peba jamais deixou de participar, de colaborar, de ajudar. O próprio pessoal da Amazonastur, com todas as dificuldades, mas tem participado. O pessoal do Sindicato de Turismo, a Rosilda tem sido sempre participativa nesse processo. Quer dizer, são algumas instituições que quer queira, quer não, estão sempre participando. Eu acredito que o Fórum hoje está meio desativado, mas na hora que a gente chamar todos virão, com certeza.

TM - Quais as principais conquistas do Fórum?

MA - Acho que inicialmente a formação desse grupo, porque são pessoas, como eu falei, são muito comprometidas. Além de nos tornarmos amigos, é um grupo de pessoas que realmente, quando se compromete

com uma determinada coisa, leva adiante. Daí a gente conseguiu várias conquistas ao longo desse tempo. Eu acho que a participação dos membros do Fórum em vários encontros, instâncias, inclusive em nível internacional. Porque nós tivemos a participação da Nailza e da Susy em um evento em Londres. Participação em vários encontros em nível nacional, ENTBL em Juiz de Fora, eventos em Rio Branco, em São Luís, em Belém. Em todos esses locais alguma vez fui eu, outra foi a Susy, outra foi a Cilene, outra foi a Nailza. Cada um estava habilitado a falar um pouquinho da experiência que a gente vivencia aqui. Eu acho que foram conquistas importantíssimas. A questão do material de divulgação que a partir daquele material a gente estabeleceu uma arte. Várias instituições se comprometeram e houve várias tiragens daquele material. Por conta disso a gente fez muita divulgação do trabalho. A inclusão de roteiros da região no Passaporte Verde, na época da Copa do Mundo. Acho que isso foi uma grande conquista também. Sem falar algumas publicações a partir do Fórum, de livros e outros. Pessoas escrevendo artigos e tudo mais.

TM - Uma conquista que eu acho que seria interessante colocar, foi que a partir dessa discussão, da temática do turismo comunitário, a UEA vem realizando desde 2011 o Encontro de Turismo Comunitário da Amazônia. E desde a primeira edição a gente vem tentando construir, digamos assim, o entendimento sobre o que seria esse turismo comunitário com as comunidades. Então, como o Marco falou dessas oficinas que aconteceram em Três Unidos e depois no Tumbira, foi o início de pensar uma proposta. O que essas comunidades entendem por turismo comunitário? Porque uma coisa a gente via muito, existe turismo do Rio Negro, turismo em várias comunidades, mas de fato quais são os princípios que regem esse entendimento sobre turismo comunitário? Foi muito legal, os princípios que o Marco falou, os princípios também foram sido construídos no Fórum e a gente percebe esse engajamento das pessoas. Foi dada essa missão para o Fórum, vamos para o evento tal, vamos participar de uma feira tal. Quem pode ir? Quantas pessoas podem ir? Quem pode ajudar com isso? Então você percebe que o Fórum é de pessoas mesmo, não é só de instituições.

TM - O senhor poderia aprofundar quais são os princípios do turismo base comunitária?

MA - Eu acho que essa parte teórica é mais a professora Cristiane que vai ajudar. Mas, com certeza é essa coisa do protagonismo mesmo das comunidades. Da coisa acontecer a partir sempre delas. Até porque a gente imagina que a gestão desse negócio, desse empreendimento, seja a partir do que eles façam. Tanto é que os roteiros, quando o grupo de pessoas, de visitantes ou a pessoa individual acertava, ele acertava o pacote diretamente com o comunitário. A gente não tinha interferência nisso. Isso de alguma forma até dificultava, porque às vezes o turista não quer trazer dinheiro para pagar, ele quer pagar com cartão de crédito. O comunitário não tem isso. E tem toda essa dificuldade que é uma dificuldade que é enfrentada até hoje, mas era tudo com o comunitário. Inclusive com a possibilidade de dentro daquele pacote, que era acertado lá, destinar uma porcentagem para a associação comunitária daquela comunidade. Foi tudo pensado dessa forma. E a gente imagina que o princípio de tudo é essa situação, em que o comunitário seja realmente protagonista de todas essas etapas da atividade.

TM (Cristiane) - Acho que esse é o princípio maior. Assim, tem alguns outros que a gente coloca como o associativismo, o cooperativismo, deles trabalharem realmente em rede. De chegar e ver que na comunidade existem famílias que prestam determinado serviço. A gente inclusive não usa muito esses termos no turismo comunitário porque a gente entende que é uma outra perspectiva. Do turismo mais responsável, envolvido com a questão cultural muito mais forte do que essa simples troca de lar. Conhecer, pronto, vai embora. Não, tem esse envolvimento, tem essas trocas culturais. Então assim, isso que o Marco falou é a essência do turismo comunitário. Da comunidade se apropriar disso, de ela pensar qual é a forma que ela vai gerir, ainda que tenha o processo capitalista de pano de fundo, mas são outras relações que se estabelecem também. Vai ter que ter o pagamento, claro, mas em uma outra perspectiva, mais de reconhecimento da experiência vivenciada.

MA - E eu acho que uma coisa também que a gente enfatiza em todos os nossos momentos, principalmente com a comunidade, tá aqui, o seu Peba, pessoa que representa a comunidade, e que a gente sempre fala que

não é o turismo que vai resolver tudo. Turismo é uma possibilidade, uma alternativa e a gente não quer que o comunitário que presta aquele serviço deixe de ser pescador, deixe de ser agricultor, de ser artesão, por conta do turismo. Queremos que ele continue sendo aquilo que ele desempenha lá na comunidade dele, lá onde ele mora.

TM - Quais as dificuldades encontradas para manter vivo e atuante esse Fórum? Eu acho que você já colocou algumas, mas quais seriam essas dificuldades?

MA - A limitação de tempo que você tem na sua instituição. Essa situação, cada mudança de governo você fica a mercê, porque você tem pessoas ali comprometidas naquele momento, mas que poderão, de acordo com a vontade dos governantes, serem tiradas daquelas funções. Nada é eterno. A gente sempre precisa de renovações, de mudanças, e às vezes as mudanças são muito positivas, mas às vezes até você começar a engrenar tudo de novo, demora um pouquinho. Eu vejo que isso também é uma dificuldade. A própria questão da crise, da limitação de recursos. Nós nunca tivemos recursos alocados diretamente para o Fórum, mas por meio da iniciativa das pessoas, do interesse, era possível dentro das instituições. Cada um de nós representando as suas instituições a gente insistia até conseguir dentro dos orçamentos das instituições alocar alguns recursos que nos possibilitou fazer algumas atividades. Eu falei aqui alguma coisa do material de divulgação que a gente conseguiu fazer impressões, custear alguma coisa de viagem, passagem, essa coisa toda. Tudo isso ajudou e hoje nós estamos cada vez mais limitados, os orçamentos cada vez mais limitados para essa questão.

TM - Quais as metas do Fórum para os próximos anos?

MA - Acho que a principal meta é não deixar o Fórum acabar, morrer. É continuar movimentando essa roda. Com todas essas dificuldades que nós estamos tendo hoje, as comunidades ainda veem nesse grupo, um grupo importante para alavancar essas atividades, até por conta da distância dos órgãos governamentais com essa temática do turismo.

Debate

Turismo de base comunitária e sustentabilidade

Por: *Glaubécia Teixeira da Silva e Francisco Carlos Borges de Souza*

Glaubécia Teixeira da Silva

Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pelo Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É turismóloga e professora do Curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas. Trabalha há 11 anos com as comunidades ribeirinhas do Amazonas desenvolvendo projetos voltados para a implementação do Turismo de Base Comunitária, bem como, atua junto às instâncias governamentais por meio dos conselhos, fóruns e grupos de trabalho em busca da construção de políticas públicas regionalizadas e interiorizadas. A experiência adquirida nesses trabalhos resultou na sua tese doutoral intitulada "Turismo em comunidades tradicionais: políticas de desenvolvimento local, territorialidades humanas e alteridades na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM)". Suas pesquisas envolvem as áreas de: Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local; Territorialidades, alteridades e Turismo; Percepção Ambiental e Turismo; Cultura, Sociedades e Ambiente Amazônico; Interfaces entre Cultura, diversidade cultural amazônica e turismo.

Francisco Carlos Borges de Souza

Possui mestrado profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) onde defendeu a dissertação intitulada "Histórico comparativo dos processos de redelimitação e recategorização dos Parques Estaduais Rio Negro Setor Norte e Setor Sul, Amazonas, Brasil". Graduado em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2013). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Gestão Ambiental.

Diretor Geral do Fórum Permanente de Apoio as Comunidades Rurais e Ribeirinhas do Município de Manaus (FOPEC). Membro do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Anavilhanas.

Glaubécia Teixeira – Professora UEA

Acredito que o ponto de partida para essa discussão em relação ao turismo comunitário e a questão da sustentabilidade é observar a forma como eles dialogam, esses conceitos. Então nós percebemos as afinidades. Não há essa possibilidade, realmente, da discussão desse turismo comunitário sem entender quais são essas premissas da sustentabilidade, que nós esperamos que sejam alcançadas ao longo do tempo com as práticas de turismo. Eu trabalhei especificamente na pesquisa de doutorado na margem direita do Rio Negro, na RDS do Rio Negro, com três comunidades. E também tenho uma experiência grande com atividades pela universidade pela margem esquerda do Rio Negro, observando, principalmente, a questão dos conflitos que são gerados e percebendo também como é que se dá a questão da participação das pessoas nesse processo. Eu acredito que o ponto fundamental desse turismo comunitário é a valorização das pessoas. Não somente como legitimadoras das políticas públicas, mas enquanto pessoas que são capazes de fazer uma análise do seu ambiente, de ter uma vivência que é importante para que o turismo se concretize, o turismo sustentável. E o turismo sustentável se dá na medida que você conhece a importância da presença dessas pessoas. E não focar apenas na questão da conservação ambiental, porque um problema apresentado ao longo da pesquisa é que as primeiras propostas para essas áreas, o foco era justamente o da conservação. E as pessoas estavam um tanto alijadas desse processo. São áreas protegidas, áreas de conservação. Então as pessoas em um primeiro momento recebem essa notícia que de estão fazendo parte de uma área protegida. Mas elas não entendem qual é o propósito dessa proteção. Uma proteção que exclui as pessoas do seu ambiente de vida, de vivência, do seu espaço de uso cotidiano. Então essas pessoas são surpreendidas por essas políticas nesse sentido. De que elas são excluídas, elas são impedidas muitas vezes de usar o seu território da forma tradicional que elas sempre utilizaram. Então, tanto na margem direita, quanto na margem esquerda, se percebia essas tensões, esses conflitos, por conta dessa situação de

supervalorizar os aspectos naturais da natureza em si, excluindo as pessoas desse contexto da natureza. Então se você quer pensar sustentabilidade, você tem que inserir as pessoas, porque elas são parte. A natureza tem na sua constituição a ação humana também. Então esse agente social, esse ser social precisa estar contemplado nessas políticas. E a primeira visão que eu tive dessas políticas nessas áreas é que elas efetivamente não incluíam as pessoas. Inclusive eu usei na minha tese um conceito que foi norteador do início ao fim. Que é o conceito da alteridade. Essas pessoas precisam ser vistas na sua condição de moradoras daquelas áreas, com toda a sua carga histórica, a sua história de vida, de todas as suas experiências, as suas práticas, as suas vivências. Precisava ter esse olhar sobre essa pessoa nessa condição, e não apenas como público-alvo de uma política pública, ou um parceiro de um projeto em que ele tem uma participação mínima como protagonista. Ele não assume necessariamente uma posição protagonista, que é uma premissa, um princípio do turismo comunitário, que é esse protagonismo, ou seja, esses indivíduos têm que ter essa noção. A ideia era de enxergar a condição dessas pessoas e ouvir o que essas pessoas tinham a dizer. Eu acredito que existem situações distintas em que elas são colocadas principalmente quando se fala em processo político. Quando elas estão organizadas, elas são representadas por meios das suas associações, dos seus grupos sociais já constituídos. Mas muitas vezes as falas dessas pessoas não chegam efetivamente a gerar uma demanda, uma pauta de discussão nas instâncias mais elevadas da gestão pública, por exemplo. E isso eu posso afirmar quando observo, em nível de gestão estadual, o Fórum Estadual de Turismo, que seria o órgão principal para debater essas questões, as dificuldades, os principais entraves para o desenvolvimento do turismo, de se pensar o turismo em nível de estado e não se concentrar apenas em alguns municípios como acontece atualmente. Nós temos uma forte tendência e isso já vem desde a criação das políticas públicas daqui do Amazonas na década de 70, dos primeiros planos que foram pensados para a área do turismo, de uma grande concentração de atividades na área urbana de Manaus. Posteriormente alguns outros municípios a partir de políticas como o programa nacional de municipalização do turismo e posteriormente nós tivemos um programa que veio a substitui-lo, o programa de regionalização de turismo. Começou-se a inserir novos

municípios nessas propostas. Acontece que ainda há uma grande assimetria na participação desses municípios nas discussões sobre o turismo no Amazonas. Pra vocês terem ideia, no ano passado teve uma reunião desse Fórum e apenas cinco municípios participaram, que era pra decidir diretrizes para a gestão do turismo. Você tem um Fórum que deveria debater, gerar as demandas e daí saírem as propostas. No final das contas resume-se a um corpo técnico que está dentro de um único órgão e que define o que vai ser prioridade. E eu posso afirmar, categoricamente, que o turismo sustentável não é uma prioridade das nossas políticas. Porque não se pensa essas questões da divisão dos benefícios de forma equitativa. Do maior envolvimento das pessoas no processo de criar habilidades entre essas comunidades, entre essas pessoas envolvidas com o turismo. A habilidade para o gerenciamento de forma que, ao longo do tempo, o estado atue por meio das suas políticas, mas que as pessoas assumam o controle na condução daquela situação. Da gestão do empreendimento, seja o empreendimento que eles tenham lá, seja da própria organização do turismo na comunidade. Existe um distanciamento muito grande entre o que nós pensamos em relação ao turismo, no campo teórico, do turismo comunitário, do turismo sustentável para o que o estado pensa enquanto formulador das políticas públicas. Essas políticas, inclusive eu não utilizo esse termo "políticas públicas" na minha tese no sentindo de identificar aquelas políticas que são implementadas no estado porque elas são políticas tipicamente governamentais. E o que caracteriza essa política governamental é o seu caráter temporário. Então ela tem um prazo muito curto de validade, um alcance também muito curto e as suas ações não têm uma perenidade. Então se propõe os objetivos, algumas metas, mas ao longo do tempo essas metas, esses objetivos não são avaliados se realmente alcançaram a sua finalidade. Qual a extensão desse alcance. Muitas vezes você em uma única comunidade beneficia poucas famílias. Você pensa uma política que deveria atingir um número mais expressivo, enfim, várias comunidades de várias áreas de conservação, por exemplo, como é o caso do programa de regionalização do turismo, que pensa também no diálogo com as políticas ambientais. Porque uma das características daqui da nossa região é que o turismo sustentável chega através das políticas ambientais e não pelas políticas de turismo. E essa é uma característica forte. Então essas políticas

ambientais pensam na questão da conservação ambiental e tenta agrupar, envolver esses moradores das áreas protegidas das Unidades de Conservação. E justamente pensar de que maneira eu posso usufruir desses recursos que estão disponíveis aí para o uso do turismo. Ao mesmo tempo envolver as pessoas, valorizar as culturas. A cultura local. E promover um benefício econômico, porque a atividade turística não deixa de ser uma atividade econômica. Aí quando você percebe o que o órgão oficial propõe em termo de política pública para o turismo você vê um enfoque demasiado nas questões mercadológicas do turismo. Na criação de uma infraestrutura turística para o local, como recentemente nós temos visto a proposta de criação de pousadas comunitárias com investimentos de recursos públicos. A exemplo aqui da área que eu fiz o estudo, nós temos duas pousadas em duas Unidades de Conservação em que a proposta chegou para as pessoas já pronta. As comunidades receberam essas propostas prontas. Então, assim, qual é o diálogo que se estabelece com essas pessoas? Será que a prioridade delas era realmente a construção da pousada? Elas estavam preparadas para gerir? Em alguns exemplos que nós temos as comunidades não conseguem estabelecer ou desenvolver habilidades para o gerenciamento. Gera muitos conflitos porque nós temos uma questão muito peculiar aqui na nossa região, a sazonalidade. No momento, precisa que essa comunidade tenha autonomia para o gerenciamento dos empreendimentos comunitários e aí começam a surgir as dificuldades. Como vai lidar, por exemplo, com a questão da seca e da cheia. A cheia não é problema pra eles, mas a seca interfere muito, por exemplo, no acesso à comunidade. Como é que um estabelecimento se mantém ao longo do ano com essas questões sazonais e também com a dificuldade logística. Não existe transporte regular para essas comunidades. Como é que o turista chega nessa comunidade? Ele vai ter que fretar um barco, uma voadeira. O fretamento de uma voadeira para uma das comunidades onde existe um projeto custa cerca de mil e duzentos reais. Se apenas um casal de turistas quiser ir conhecer a comunidade ele não compra um pacote com transporte com esse alto custo. Então isso vai criando dificuldades. Além dessa dificuldade logística e das questões sazonais, nós temos as questões estruturais das comunidades. Como é que essas comunidades se organizam para gerenciar esses empreendimentos? O próprio turismo em si, como é

que eles captam demanda? Como é que eles distribuem as tarefas dentro da comunidade? São questões que ainda não estão muito claras. Cada comunidade, por exemplo, assume uma forma de gerenciamento do seu empreendimento. Então em algumas dá certo e em outras não. Essa questão da clareza do que é e de como se dá esse turismo comunitário acho que, ainda para algumas comunidades, não está muito clara. Qual o papel que cada um que quer participar, que quer se engajar, quer se envolver? Percebemos que tem muita gente disposta a se envolver, a se dedicar para aquele trabalho. Mas ao mesmo tempo eles encontram muitas dificuldades. As pessoas que não concordam com o turismo acham que há um desperdício de recurso, que ao invés de investir numa pousada, num restaurante, poderia investir na escola, no posto de saúde da comunidade, porque eles têm muita dificuldade de acesso a esses serviços. A maioria dos serviços está distante deles. E aí eles começam a pesar na balança o que é prioritário, o que eles gostariam realmente que fosse implementado nesse momento. O turismo chega para essas comunidades como o remédio que vai curar todos os males e isso é preocupante. Porque como nós estávamos conversando anteriormente, o turismo é uma alternativa às atividades produtivas já existentes na comunidade. Em alguns casos o turismo acaba substituindo essas atividades produtivas, mas por conta de outros problemas gerados na questão legal, na criação dessas Unidades de Conservação. Então as Unidades de Conservação têm certas restrições de práticas produtivas de exploração de recursos. Então, por exemplo, pesca, agricultura, caças essas atividades em geral têm uma certa limitação. O que acontece, por exemplo, numa área do baixo Rio Negro que é onde eu trabalhei com um mosaico de Unidades de Conservação de categorias diferentes? Nós temos desde as menos restritivas como APA's - APA da margem direita do Rio Negro até um Parque Nacional, que estabelece por exemplo a prática de visitação, mas não pode haver pesca, agricultura, caça. Quando se pensa na formulação, na criação dessas áreas, se estabelecem territórios, limites territoriais que não necessariamente atendem aquilo que a comunidade está acostumada a vivenciar. Por exemplo, as áreas de pesca dos moradores do baixo Rio Negro são áreas abrangidas por parques que são Unidades de Conservação de proteção integral. Como é que os moradores lidam, por exemplo, com a questão de restrição da pesca? Nas comunidades que eu pesquisei, por

exemplo, eles não poderiam pescar no Rio Negro, porque é na área do Parque de Anavilhanas, nem para se alimentar. Como isso já foi um projeto que chegou para eles e eles não entendiam muito bem o que era, o que iria impactar na vida deles. Então criou uma tensão muito grande. Atualmente estão construindo o acordo de pesca para solucionar o problema. A área da margem direita do Rio Negro, as pessoas que ocuparam aquela área ali no início, que construíram aquelas comunidades, são tradicionalmente madeireiros. Eles viviam da exploração da madeira. Quando aquilo se tornou uma Unidade de Conservação, acabou com aquela possibilidade das pessoas e elas ficaram sem alternativa. Ninguém chegou lá e disse: olha, nós vamos criar uma Unidade de Conservação, mas você não vai poder mais extrair madeira de onde você extrai hoje. E você vai ter uma outra atividade pra se dedicar. Não foi feita dessa forma, então as pessoas antes tiveram que sair de lá. Passaram por muitas dificuldades, inclusive, relatos de pessoas que passaram fome. Essas formas como as políticas chegam para as pessoas precisam ser repensadas. As pessoas precisam ser enxergadas na sua condição de pescador, de agricultor, de ribeirinho. De pessoas que têm hábitos que nem sempre entram em acordo com as regras que são estabelecidas pelas leis.

Quando você analisa especificamente essas formas de proteção estabelecidas e que elas trazem esses modelos, inclusive, que nasceram desde a década de 60 nas discussões sobre a proteção da biodiversidade, você considera que esse tipo de visão sobre essa questão dos ambientes não é tão compatível com a realidade amazônica?

Glaubécia: Exatamente. Desde o aspecto como ela é feita, que no início as primeiras Unidades de Conservação criadas aqui nessa região amazônica eram todas de proteção integral. Posteriormente, a partir das demandas sociais, principalmente dos exemplos que surgiram no Acre, por meio das reivindicações. Como é que você pode tirar o homem do seu ambiente no intuito de conservar aquele ambiente? Você colocando essas pessoas como inimigas daquele ambiente e não como um ser que se integra a esse ambiente? Então essa separação do homem na natureza ocorreu nos primeiros formatos de Unidades de Conservação que foram criados.

E esse isolamento do homem fez com que houvesse essas reivindicações. Porque surgiram as Unidades de Conservação que são chamadas de uso sustentável. Como as Reservas de Desenvolvimento Sustentável que aqui no Amazonas elas são a maioria das Unidades de Conservação que tem esse propósito de aliar a conservação da natureza com a manutenção das práticas tradicionais, das pessoas que vivem nesses locais. Mas ainda assim ela não é discutida com essas pessoas ao ponto de que realmente se estabeleçam normas e regras que se adéquem ao modo de vida dessas pessoas.

Terceira Margem: no sentido de refletir acerca do lugar das pessoas na sua condição de privilegiadas economicamente e não privilegiadas. Essas notas todas ao que se observa parece haver algumas assimetrias também nesse sentido. Se eu não posso explorar esse território de uma determinada forma em virtude dele estar regido por uma série de regras, enfim, oriundas dessa condição de área de proteção, seja uma RDS, enfim, ou uma APA. Mas como fica, por exemplo, o fato de existir nesses territórios pessoas com diferentes condições sociais. Porque do lado da comunidade Saracá pode ter um sujeito social que é dono de extensões três vezes maiores que a comunidade do Saracá e ele, por exemplo, ele pode fazer uma coisa que não pode ser feita. Arrendar terra, vender terra, inclusive estabelecendo relações absolutamente desiguais. Então como é que o órgão instituído ali na condição de ser um agente da política pública, vai agir em relação a isso? Porque isso ocorre. Vamos citar populações que estão em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Como é que você tem uma pequena área, que na realidade é uma comunidade, que ela vai ter que pagar 37 mil reais por mês. Como é que isso é possível? Aí eu tô entrando nessas questões que afetam diretamente as populações tradicionais. Por que como é que eu vou entender que eu não posso nada e existe um sujeito que pode tudo e que ele é meu vizinho? Então como que você reflete isso a luz dessa mesma reflexão que você estava fazendo em termos de pensar o papel das políticas públicas, a compreensão sobre essas Unidades? Porque se a gente vai falar de valorização das pessoas, a gente tem que falar em equidade social.

Francisco de Souza – Comunitário e pesquisador da área

É possível afirmar que a comunidade foi surpreendida especificamente em 92 com o boom de criação de Unidades de Conservação. E foi se aglomerando um desconforto generalizado em todo o baixo Rio Negro, dentro do território do mosaico de áreas protegidas. E por meados de 2005, o governo lança a primeira política pública que a comunidade ouve e se sente amparada, que foi a tão sonhada e a tão badalada política Zona Franca Verde. Então quando chega essa política dentro do território a gente se sente, pelo nome da política, amparado dentro de todos os aspectos. O que ocorre é que a partir de 2004 e 2005, a comunidade vê isso e lá por 2006 se sente mais uma vez totalmente desamparada. E a organização social começa buscar algo diferenciado. Começa a buscar algo dentro da comunidade científica. Algum retorno de alguns trabalhos, solicitar o trabalho da comunidade científica para ler, para entender, para buscar algum argumento para chegar dentro desse diagnóstico. E a palavra sustentabilidade existe para grupos específicos e não para um território específico. As pessoas são apontadas e por isso que essas políticas tanto do turismo e as demais políticas que envolvem a sustentabilidade não alcançam as comunidades. Para que o comunitário entre para buscar qualquer ajuda é no mesmo nível de um dono do Hotel Tropical. Primeira coisa que ele pede: titulação da terra. Nós somos sabedores que na Amazônia nós não temos 3% de pessoas, de habitantes, com titulação definitiva da terra. Já começa por aí uma política errônea. Depois, você mora em uma Unidade de Conservação, que é o nosso caso. É gerenciada por vários órgãos: ICMBio, federal, a prefeitura Municipal, as Semas e Sema. E esses órgãos não conversam. E aí a norma federal não bate com a norma estadual. A norma estadual não bate com a norma municipal. E a gente fica naquele jogo de cintura sem saber como entender as políticas públicas que nós podemos ser alcançados. Então fica difícil de a gente entender. Como é que e para onde vou correr quando alguém se diz que é proprietário de uma gleba de terra. Quando nós vamos buscar a titulação definitiva, os órgãos jogam para outros órgãos. E aí a lei que cria a Unidade de Conservação diz numa RDS que é para seus moradores, no entanto essa mesma lei ampara quando chega algum empresário e compra, ou troca de favores, as melhores partes dessa Unidade. Casos específicos: lá na Unidade RDS Conquista.

O empresário que fez essa ponte aí, uma das empreiteiras trocou, iludiu a proprietária da cachoeira do Arara para trocar a sua propriedade do Arara por duas casas do Programa Minha casa, minha vida. Já poderia alugar uma e ter subsistência. Vejam bem, eu não tenho assistência social, eu não tenho assistência médica, eu não tenho saneamento básico, eu não tenho de onde tirar minha renda e tenho uma riqueza milionária, mas, ao mesmo tempo, sou humilde, sou pobre nessa cidade carente. Pobreza extrema. Vou fazer o quê? Vou trocar. E hoje ela está aqui em Manaus, filho viciado, filha prostituta, mas ela tem um salário de aluguel da casa dela. Está sobrevivendo. E esse mesmo proprietário chegou e isolou a área desconhecendo todas as leis, ou, se conhecendo, infringindo. A comunidade, que é dona, pela lei da mudança de categoria não poderia mais usufruir, não poderia mais tomar banho. E tivemos que buscar apoio. Ainda bem que com o retorno da unidade científica acordando a comunidade e a comunidade passando a entender seus direitos, e o mínimo possível do movimento político, conseguiu inverter. Ainda inverter entre aspas, passar a tomar banho, e vamos entrar numa luta jurídica para retomar a área. Não dá pra entender como se faz uma política pública federal usando a palavra sustentabilidade onde a sustentabilidade é proibida. Não foi relatado. Hoje nós estamos brigando, estamos com um ano e meio brigando, como mudou de Estação Ecológica para Parque está tendo uma mudança do plano de manejo. E dentro da minha lógica, da dissertação, eu consegui mostrar: como é que eu sou pescador sem água? Pescador de terra seca. Onde eu não posso ter a minha subsistência, que infringe a coisa principal do país, que é a Constituição, que diz que todo o brasileiro tem direito a alimentação, escola, mas não sabe dar escola, não sabe dar alimentação. Tivemos que ir em Brasília falar com o presidente do ICMBio e mostrar para ele que o nosso leite é o caldo de jaraqui com farinha. E eu só tenho jaraqui na água. A farinha até posso colocar na terra, onde me permite como RDS. Mas o que mais me chama a atenção é o formato da criação das políticas. É bem possível se afirmar: é focalizado para grupos. Voltando à política da Zona Franca Verde. Na Djalma Batista tem uma loja, que tem lá lanchas, carros importados e diz assim: financiamento pelo programa Zona Franca Verde. Agora como é que eu, caboclo, vou poder comprar uma lancha daquela? Se eu não posso nem plantar. Como é que eu vou dizer não quando chega uma

pousada na minha comunidade. Como é que eu to argumentado para dizer não, se quando se ouve falar sobre turismo e é apresentado em jornal, tem milhões e milhões de reais liberados. E aí eu vejo aquela ali como a minha tábua de salvação. Poxa, vai ter uma pousada e eu não estou gastando nada, mas só que não me foi preparado a administração. Mas gente começou a se preparar. Nós temos tanto no lado esquerdo, quanto o lado direito e dentro do território do mosaico do baixo Rio Negro, estamos caminhando, apesar de não ser entre organizações governamentais, inter-institucionalmente, mas interpessoalmente. Estado, prefeitura, união, ONGs, a própria comunidade estão fazendo uma gestão compartilhada e muito bem feita. Muito bem discutida. E isso está nos fortalecendo a preparar um grande dossiê. Para que a gente possa exigir uma política pública diferenciada, para que a gente possa mostrar aos nossos políticos, que não adianta estar capacitada se não tiver uma política que ampare a capacitação. A política diz que pra você montar uma pousada você tem que ter um quadro funcional adequado. E através do Fórum de Turismo de Base Comunitária foram capacitados vários comunitários. Tanto na área culinária, tanto quanto na parte de recepção, camareiras, todo um círculo de gestão. A comunidade em si não está despreparada para recebê-los. Ela simplesmente está, eu não digo desmotivada, mas ela está... aí vem a pergunta que sempre me fazem: preservar o quê, para quem e por quê? Se eu preservo, não tenho direito. Quem tem direito é quem vem de fora. Que tem condições financeiras, tem conhecimento e tem influência. E para quê? Se eu, dentro da minha própria casa, continuam roubando o que é meu. Que é, no caso, da comunidade ter que pagar 37 mil pra um cidadão que diz que é dono. E que a própria União não sabe se ele é dono ou não.

TM - Você falou sobre essa questão da adequação das pousadas comunitárias. Conseguiste pesquisar ou entender esse cenário? O que a implantação dessa pousada comunitária deu de contribuição? Ou foi mais conflito do que contribuição? Enfim, entendeu esse contexto dessa implantação, que foi de cima pra baixo sem a comunidade trabalhar?

Glaubécia - É preciso entender o contexto em que esses projetos são implementados. E um deles que em algumas comunidades tanto a pousada,

quanto o restaurante, são frutos de um incentivo de um programa que é destinado, que faz parte do programa de mudanças climáticas do estado, que é o programa Bolsa Floresta. O Bolsa Floresta tem várias capilaridades. Então o que acontece? Existem incentivos para as organizações, dentro das organizações sociais nas comunidades. Bolsa Associação, Bolsa Família, Bolsa Renda, Bolsa Social, enfim. Cada uma dessas ramificações, que são chamadas as modalidades da Bolsa Floresta, abrange determinados aspectos. De construção de escola, de casa de farinha, enfim. E uma delas, que é o Bolsa Renda, visa a criação de alternativas na geração de renda para essas comunidades. No caso do turismo para essas comunidades, como elas foram extremamente afetadas pela limitação das suas práticas produtivas, como a pesca e, principalmente a extração da madeira, pensou-se que ali era um local de rota de visitação já de muitos anos. Desde a década de 80 já é uma rota estabelecida de turismo, de exploração de turismo por agências de viagens, por pessoas que não são agência, ou individualmente exploram. E isso envolve também empresas daqui de Manaus, mas também tem empreendedores individuais de pessoas que moram nas comunidades próximas. Então a iniciativa da construção dessas pousadas era justamente de suprir aquela renda que foi cortada daquela família. Ou seja, no impedimento de extrair madeira ele vai trabalhar com turismo, que ele está mantendo a floresta em pé, que é o lema do programa Bolsa Floresta. Manter a floresta em pé. E ao mesmo tempo aproveita toda a biodiversidade local, envolve as comunidades no processo, enfim. O que acontece: essas políticas são conduzidas por organismos não governamentais. E os organismos não governamentais, muitos deles fazem trabalhos muito sérios e tudo, mas eles não têm o papel que o estado tem. Eles não podem assumir o papel do estado. E o que está acontecendo é justamente essa inversão de papéis. Então o que acontece? Se eu estou impedido de fazer uma atividade e chega uma proposta de implementar uma pousada na minha comunidade, que vai envolver várias famílias, que vai dar emprego para o meu filho, para a minha esposa. Por que vou recursar uma proposta dessa? Então há um encantamento nesse discurso que é feito por meio dessas propostas que são levadas às comunidades. Então as pessoas se encantam, elas realmente criam expectativas, que na realidade com o tempo eles percebem que não é bem assim como se propôs no início. Por que na realidade o discurso

dessas instituições que implementam as políticas de projetos por meio do programa Bolsa Floresta é que as pessoas fizeram a escolha para que esses empreendimentos fossem implementados nas comunidades. Porque existem recursos do programa que são destinados para cada comunidade e aí eles financiam esses empreendimentos. Poderiam fornecer, por exemplo, uma indústria de pescado. Uma compra de uma máquina de polpa de açaí ou outra fruta, mas eles escolheram a pousada.

TM - Mas foram os comunitários que escolheram?

Glaubécia - Mas por conta dessa atitude, todo esse envolvimento que há por conta do discurso que se estabelece com essas pessoas. Quais são as principais palavras que a gente identifica nesses discursos e que estão nas propostas dos projetos? É o empoderamento social, empoderamento feminino. Então há muito o trabalho de se trazer as mulheres para fazerem parte desses projetos. Por que a gente percebe que as mulheres têm um papel muito importante na comunidade. Muitas vezes elas são as chefes de família. Elas que são responsáveis pelo gerenciamento da renda familiar. Elas trabalham, elas são professoras, elas são donas de casa, são mães. Elas são lideranças na comunidade. Então trazer essas pessoas para junto dos projetos significa que você vai criar um ambiente no qual não há embate.

TM - E também uma outra coisa que eu tenho ouvido a respeito. Muitos dos órgãos, as grandes financiadoras, principalmente o Banco Mundial. Eles estabelecem, por exemplo, quem são as categorias sociais que são bem-vistas para liberar recursos. Populações indígenas, populações tradicionais. Então, por exemplo, a fundação que capta esse recurso, sabe exatamente quem são os sujeitos que ela vai acessar para captar esses recursos. Então há uma manobra também perversa nesse contexto.

Glaubécia - Todo o contexto da articulação tem uma finalidade. Todo a articulação, em si, tem uma finalidade. Então se você faz parcerias com as mulheres porque existe, por exemplo, o Consulado da Mulher, que é uma organização não governamental financiada por uma grande indústria de eletrodomésticos, que faz uma proposta de financiar projetos

em comunidades ou localidades onde há uma vulnerabilidade social muito alta, e levar esses projetos que de certa forma tem uma contrapartida para essas empresas. Elas não estão ali simplesmente no sentido de realizar uma ação social, mas no sentido de fazer também o seu marketing ambiental. Porque na medida que essa organização lança um edital para classificar projetos a serem premiados, isso também é divulgado pela empresa. Essas comunidades estão na rede mundial, estão sendo divulgadas como sendo projetos dessas instituições. Então para as marcas das empresas que financiam isso é extremamente positivo. Isso significa agregar valor aos seus produtos. Da mesma forma o banco Bradesco, da mesma forma a Coca-Cola. Quer dizer, ninguém está ali, digamos assim, com o papel de apenas auxiliar ou prestar, dar algum apoio financeiro, ou técnico para aquelas pessoas porque elas necessitam. Mas porque eles também têm essa contrapartida. E esse jogo de mercado é o que tem realmente sustentado tantos rojetos. O que me preocupa é por não ser o estado que conduz essas ações. Qual é o comprometimento dessas organizações, não só essa especificamente que é oficialmente o braço do estado, mas existem outras que estão implementando políticas também utilizando recursos públicos? Qual o comprometimento que essas organizações têm com a sustentabilidade desses projetos? Então a gente tem que pensar também, quem formula essas políticas? O que acontece com todos os projetos e todos os recursos investidos nessas comunidades? Eles param? Eles vão ter andamento? Como fica a situação? Qual é a garantia que as comunidades, ou os moradores, têm de que todos os esforços que eles empreenderam vão ter continuidade futuramente? Essas pessoas não fazem parte do processo da construção dessas políticas. Por isso que nós não podemos ter uma política que seja copiada de outros modelos, principalmente de uma realidade diferente daqui da Amazônia. E mesmo dentro do próprio estado do Amazonas você vai ver realidades extremamente distintas. O que eu identifico aqui de realidade do turismo do baixo Rio Negro é muito diferente do que eu vou identificar lá no Alto Rio Negro, no Madeira, no Solimões, enfim, nos outros rios.

Francisco - O que chama atenção nisso daí é a importância do empoderamento. Vejam bem, quando o empoderamento é direcionado, respeitado e codificado como comunidade ela muda. Vamos citar

exemplos: o lado direito, lá todas as políticas são direcionadas pelo patrono, correto? Direcionada pelo patrono. Por que o Rio Negro, especificamente, é colonizado ainda.

TM - O que é o patrono?

Francisco - O patrono, por exemplo, quem é o patrono de lá? Assim, em termos? Porque ainda vivemos em termos de patrão. Essa é a grande diferença. Essa é a real, então quem é o coronel lá? Essa é a faísca. No entanto, do outro lado essa situação de coronel a gente conseguiu amenizar. Nós temos parceiros. O que eu quero dizer com isso, por exemplo, da mesma forma que nós fomos, não digo induzidos, mas capacitados, eles foram. Correto? Porém, vejamos a diferença. Houve uma pousada colocada lá no Tumbira. Houve uma pousada criada lá na Nova Esperança. Qual é a diferença? A Nova Esperança é autossustentável agora, posso afirmar isso. Porque na rede do turismo ela conseguiu se expandir. Na rede do artesanato ela vende artesanato para a Itália, vende artesanato para São Paulo. E aquilo ali está envolvendo a cadeia do turismo também, que os próprios artesãos resolveram. Como? Eu sou artesão, mas preciso que o cara venha aprender aqui comigo, então vamos fazer o melhor para mim. Fez uma casa boa pensando para ele com quarto pra quando quisessem visitar. Que é a lógica que a gente entendeu do que é o turismo da base comunitária. Eu vou fazer o melhor pra mim, o turismo vai usufruir como meu convidado. Logicamente que o lado daqui não está uma maravilha, mas assim mesmo está te dizendo, olha, é possível fazer. Diferente do outro lado, que veio tudo pronto, riquíssimo, correto? Farto e porém estão minguando. A exemplo dessa mesma fartura, nós também fomos buscar. Na comunidade de Santa Maria, a FAS colocou da mesma forma que nós aceitamos. Vamos ver, vamos analisar. Mas o que aconteceu? O restaurante que no primeiro dia deu cinco mil reais de lucro, anima qualquer comunidade de 50 famílias. E graças a Deus ganhei agora na loteria. Só que a loteria faliu. Que só foi aquele dia. Hoje pegaram uma motosserra, derrubaram o restaurante e as panelas tão tudo por aí espalhadas.

TM - E aí a gente volta. Qual é o princípio maior do turismo comunitário? O protagonismo. A comunidade precisa ser convidada a pensar junto aquela proposta.

Francisco - O bacana é quando a raiz da semente se espalha. A exemplo de lá. Por exemplo, 30% da comunidade não gosta de turismo. Eu não gosto de turista aqui, mas se você gosta e está trazendo algum benefício para minha comunidade, eu vou te ajudar a fazer um chapéu de palha. Desde que, quando o turista chegar, tente evitar a minha casa.

Glaubécia - Acho que nesse processo a organização social é fundamental para você conseguir esse protagonismo. Eu vi uma nítida diferença em termos da atuação das organizações sociais, das associações, das cooperativas, dos grupos organizados dentro das comunidades. Do que existe na RDS Puranga Conquista e o que existe na RDS do Rio Negro. Em virtude da forte atuação dessas organizações que conduzem o processo político. E a comunidade fica com um papel secundário nesse processo. Então o que está havendo? As organizações não têm uma força muito grande no sentido de reivindicar os seus direitos. Reivindicar melhorias, ir contra a implementação de alguns projetos. Mesmo que eles não acreditem muito em um projeto eles não têm essa motivação de ir contra essas propostas. Então de certa forma eu percebi por meio da minha pesquisa que essas associações estão um pouco acomodadas com a situação. Porque eles estão vendo que estão vindo benefícios. Não são benefícios que eles desejam. Não atendem as suas necessidades, mas muitas vezes eu percebi que se os moradores não tem o que querem ou desejam, mas se está tendo um pouco, então vai tentar com o pouco que tem. Distintamente do que acontece na região onde o seu Francisco mora. A articulação das associações é muito forte. Tanto é que eles têm um fórum próprio que articula as demandas. Ainda pouco nós estávamos conversando sobre a questão da iluminação do programa luz para todos, que ainda não chegou na comunidade. A questão de educação, de segurança, enfim. E eles estão sempre trazendo essas demandas para o âmbito da gestão pública. O que eu percebo em outra realidade é que a comunidade faz as suas reivindicações junto ao conselho gestor da Unidade, mas existem sempre os intermediários. Pouquíssimas vezes eu soube de alguma ação em que a comunidade tomou a frente para vir aqui em Manaus. Foi o caso quando criaram a RDS. Eles, por meio da associação, todas as comunidades da RDS vieram a Manaus conversar com o governador. Questionar o porquê que essa RDS foi criada. Porque eles

estavam sendo impedidos de pescar, de caçar, de plantar. Mas isso foi antes da implementação do programa Bolsa Floresta. Depois disso não se teve notícias de outras mobilizações em que a comunidade, ou as comunidades assumiram esse papel. De chegar junto ao governador, de chegar junto ao prefeito do município seja de Novo Airão, seja de Iranduba. Também ainda tem essa questão territorial de fazer parte de três municípios, porque tem uma parte que abrange Manacapuru ainda. Ainda tem essa questão jurisdicional. Essa certa acomodação que existe, eles próprios reconhecem isso. Porque em alguns momentos a comunidade não vai a frente porque é desunida. Não tem essa união como a força para fazer as reivindicações. E há um certo desinteresse. Por quê? Por que se ele tem o Bolsa Floresta, ele tem acesso a determinados benefícios que o programa dá. Se ele reivindicar ele pode perder.

Francisco - O governo em si nunca levou uma ambulância para a comunidade. Aí a comunidade vai ter lá a ambulância, aí tem a sua lancha, tem a gasolina. O cara que pilota pago pelo programa, eu fico preso nas quatro mãos. Eu nunca tive isso aqui, eu tenho agora. Então eu vou ficar aqui, na minha e vou aguentar o que vem de cima pra baixo.

TM – Em uma comunidade que tem 50 famílias, por exemplo, o turismo agrega?

Glaubécia: Não, nem sempre. Primeiro tem essa questão do interesse. Nem todos são a favor do turismo. Depois tem a questão de como essas atividades são distribuídas. Em duas comunidades que eu pesquisei teve um fato bem interessante. Como eles gerenciam de forma diferenciada. Uma comunidade faz o seguinte, ela tem um recurso para gerenciamento da pousada. Ela faz a reserva de capital para que a pousada continue se mantendo. São convidadas famílias e isso muda a cada demanda que tem para prestação de serviço. Um grupo de determinadas famílias vai e executa. E recebe a diária. Na outra comunidade eles recebem o lucro que é gerado daquela demanda e divide pra todas as famílias da comunidade. As que trabalham e as que não trabalham. E aí quem trabalha se acha injustiçado. Poxa, eu trabalho, mas aí depois vou ter que dividir o fruto do meu trabalho para todo mundo, inclusive aqueles que não ajudam em nada. Então há um

certo conflito. Aí na hora que chama para trabalhar nem todo mundo quer, mas na hora de dividir todos querem. Então há essas animosidades também em virtude da forma como eles lidam com isso. E na outra comunidade eles conseguem gerenciar isso mais facilmente, então só recebe quem trabalha com o turismo na comunidade. Todos estão convidados a trabalhar, mas efetivamente só recebe quem está lá trabalhando.

Francisco - Na realidade, o desordenamento é que causa isso. Por exemplo, na comunidade, recebe cem turistas final de semana. Só que desses cem turistas, 90 vem pelas empresas que passam, e dez, cinco vem no turismo de base comunitária. E aí o que ocorre? Como a demanda do turismo de base comunitária é pouca começa esses empreendimentos.

TM – Quais os impactos positivos e negativos que o turismo pode trazer para a comunidade?

Francisco - Eu acho que, para o turismo, a gente possa realmente distinguir os impactos positivos, porque a gente só tem visto impacto negativo. Deve existir uma política contínua. E não uma política de programa de governo. Porque a gente faz todo um programa, até que o governo venha aderir fez dois anos. Quando ele bota em votação fez mais dois anos e mudou o governo. Então por não ser uma política contínua nós estamos remoendo um projeto que começou em 2008. E quando chega no ponto de dizer, agora nós vamos, ele retorna para trás novamente. Eu acho que a academia está com, não digo obrigação, mas está com uma responsabilidade muito grande de pegar todos esses desamparados e tentar fazer uma audiência pública dentro da casa dos homens. A classe política tem que enxergar o caminho a ser levado. Só não querem enxergar e aí eu acho que aproveitando a oportunidade tentando trazer mídias internacionais. Porque se não se falar de fora pra dentro também não escuta. Pra que haja uma mudança. Não existe política pública que eu conheço melhor do que a do Brasil. Não existe ideologia de sustentabilidade que eu conheça a altura da nossa, mas não são aplicadas. Ela não é direcionada, ela não é afirmada. É por isso que existe a grande maioria que é a minoria sofrida e abandonada em todos os sentidos. Da educação ao conhecimento.

Glaubécia - Esse papel que tu falas da academia, acho que em pequenas iniciativas já vem acontecendo. Você precisa ampliar o alcance dessas ações. Estimular essa intergovernabilidade, estimular esses espaços de diálogo, os conselhos, que atuam no sentido de debater mesmo essas temáticas. Principalmente ouvir essas demandas no local, na base, ouvir essas organizações de base. Por que são elas, realmente, que podem, dar um encaminhamento mais adequado. Dar um direcionamento para que essas políticas possam ser efetivas. Produzir o resultado que elas esperam. Até coloquei aqui algumas sugestões em virtude dessas dificuldades que a gente encontra enquanto pesquisadores, enquanto professores que atuam nessas áreas. É de realmente buscar por meio dessas instituições, dessas organizações, das instâncias locais de governança, de buscar as respostas a esses problemas. Aproximar mais o estado por meio desse diálogo com essas organizações de base. Acredito também que há um aproveitamento muito aquém das pesquisas que são realizadas nessas áreas, que podem nortear muitos trabalhos e as propostas de ações governamentais. Precisa antes de você fazer propostas, fazer o estudo da viabilidade dessas atividades, desses locais. Pra isso tem diagnósticos, estudo de viabilidade de mercado, de inventários que podem ser feitos. Isso dá uma base muito maior pra se definir efetivamente se é o turismo comunitário que vai poder dar essa alternativa de ganho para a comunidade. Ou se é necessário investir antes em outras ações que são estruturantes. Essa é a questão. E a outra coisa também que eu vejo é que há um aproveitamento mínimo em relação ao que se pode ter. Do que nós já temos em termos de legislação. Nós, por exemplo, há muito tempo, desde a década de 90, temos um fundo de turismo. Então esse fundo de turismo tem que ser reativado pelo estado, porque muitas das vezes o que impede você de realizar uma ação na comunidade é a falta de recurso. Tendo fundo para o turismo você já tem uma possibilidade de ter recursos pra isso. Esse fundo já é garantido por lei, ele só não está sendo ativado. Não está sendo utilizado. Isso já faz parte da legislação estadual. Então pegar todos esses recursos, esses instrumentos legais que nós temos e fazer utilização deles. Atualizar essas diretrizes para estipular efetivamente como fazer esse turismo nessas comunidades. Turismo sustentável. E já existe um decreto de 2010 que é o 30.873 que estabelece diretrizes, mas isso muitas vezes não chega ao conhecimento dos principais interessados.

E não há uma adequação para as realidades das comunidades. Tem que ter também avaliação e acompanhamento se é implementado. Isso a gente tem um péssimo exemplo do que é feito em nível de estado, porque nós não temos como avaliar o resultado. Ou seja, tudo que foi investido desde 2008 nós não sabemos o quanto se alcançou das metas, quais objetivos foram efetivamente alcançados. Qual a contribuição disso em termos de benefícios para as comunidades. Nós não temos dados. Quando nós falamos de turismo sustentável é preciso fazer o planejamento. Pra fazer planejamento você precisa de dados. Ou seja, é a base pra que você tome alguma iniciativa. Outro passo importante é a educação para a cidadania mesmo. Para as pessoas se reconhecerem como agentes de transformação. Acho que isso também em alguns momentos a gente sente falta disso. De cada morador se sentir na condição de promover alguma transformação na sua realidade. Fazer alguma mudança. Eu falo isso no sentido de que eu percebi uma certa acomodação. Mas quando a pessoa tem clareza dos seus direitos, na sua capacidade em termos de reivindicar algo pra si, pra sua comunidade e de se mobilizar pra isso. Como a gente vê em outras áreas também. Acho que a relação cidadã é imprescindível. Tudo isso tem de ser feito de uma forma muito participativa. A gente não ta querendo dizer que o turismo vai deixar de ter seu caráter mercadológico. Não, ele vai continuar tendo. A forma como a gente vai explorar esse turismo é que vai ser diferenciada. E é essa a proposta do turismo comunitário. De que você não siga aquela lógica do mercado de ter cada vez mais lucro, de explorar os recursos sem ter o seu limite. Se distribuir cada vez mais os seus benefícios para as pessoas que estão envolvidas com ele já é um passo gigantesco nesse sentido de sustentabilidade.